

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA (UNIARA)  
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

**Luciane Maria Jayme Biancardi**

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): PROPOSIÇÃO DE INDICADORES  
LOCAIS**

ARARAQUARA  
2010

**Luciane Maria Jayme Biancardi**

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): PROPOSIÇÃO DE INDICADORES  
LOCAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento.

**Orientador:** Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

ARARAQUARA  
2010

**B472a Biancardi, Luciane Maria Jayme**

**Uma análise crítica do Índice de Desenvolvimento da  
Educação**

**Básica (IDEB): proposição de indicadores locais / Luciane Maria**

**Jayne Biancardi. – Araraquara: Centro Universitário de  
Araraquara,**

**2010.**

146 f.

Orientador: Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário de  
Araraquara,  
Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio  
Ambiente, 2010.

*Dedico a meu marido, Júnior, e às minhas  
filhas, Lívia e Laura, que conseguem ser a  
luz de meu viver.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço primeiramente a Deus, sempre presente em minha vida.*

*Agradeço ao meu orientador, Luiz Manoel, por conduzir-me ao caminho do conhecimento.*

*Agradeço ao meu marido, Júnior, pelo apoio, paciência e amor.*

*Agradeço às minhas filhas, Lívia e Laura, pela compreensão em minha ausência.*

*Agradeço à minha mãe, Regina, por sempre me incentivar, acreditando que sou capaz.*

## RESUMO

O tema deste trabalho está articulado aos estudos da política pública educacional no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE), tendo como recorte do objeto o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A contribuição deste estudo é a proposição de indicadores locais para avaliação da qualidade no processo de ensino e aprendizagem, ampliando a ótica atual que abarca somente fluxo e retenção. Portanto, além de realizar uma análise crítica do processo avaliatório governamental, pretende-se elencar variáveis e indicadores a partir dos municípios e suas respectivas unidades escolares que possibilitarão ampliar a eficácia desta avaliação, uma vez que se acredita haver uma complexidade mal resolvida na prática do desempenho escolar. A coleta de informações limitou-se a dois municípios, Bebedouro/SP e Catanduva/SP, duas unidades escolares com IDEBs diferentes em cada município, sendo uma escola de centro e outra de periferia. Aplicaram-se questionários e entrevistas com diretores, vice-diretores, pais de alunos, professores e secretários municipais de educação. Os resultados obtidos demonstram a influência efetiva de variáveis locais de categoria social, educacional, econômica, cultural, dentre outros. A conclusão remete à questão de existir a interferência de variáveis locais distintas de uma unidade escolar para outra, ocasionando a proposição de 24 indicadores locais, sendo um indicador de localidade (geográfico), 15 indicadores de unidade educacional local e 8 indicadores de classe social, que interferem no índice do IDEB. No entanto, isso não é avaliado, portanto, não existem metas para se atingir e mudar essa realidade. Propõe-se novos estudos em que se aplicariam os indicadores locais para avaliação, sendo essa questão objeto de novas pesquisas.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Plano Nacional de Educação (PNE). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Indicadores locais.

## ABSTRACT

The theme of this work is to articulate educational policy studies under the National Education Plan (PNE), focusing Object Development Index of Basic Education (IDEB). The great contribution of this study is the proposition of local indicators for assessing the quality of teaching and learning, expanding the current optical that embraces only retention, therefore, in addition to performing a critical analysis of the governmental evaluative process, aims to list variables and indicators from the municipalities and their respective school units that will allow increasing the efficiency of this assessment, since it believes that there is a complexity not resolved in the practice of school performance. The data collection was limited in two counties, being Bebedouro/SP and Catanduva/SP, with two school units IDEBs different in each municipality, being one school center and other peripheral. There were applied questionnaires and interviews with principals, vice principals, students parents, teachers and municipal secretaries of education. The results demonstrate the effective influence of local variables of social class, educational, economic, cultural and others. The conclusion refers to the question of exist different local variables from one school unit to another, leading to proposition of 24 local indicators, being one location (geographic), 15 educational and 8 social class and that interferes in the IDEB index, however, this is not evaluated, so there aren't marks to get and change that reality. It is proposed that further studies where it could be applied the local indicators for evaluation; being this question the subject for new research.

**Keywords:** Public Policy. National Education Plan (PNE). Index of Basic Education Development (IDEB). Local indicators.

## **LISTA DE QUADROS**

**QUADRO 1:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica conforme amostragem de pesquisa

**QUADRO 2:** Quadro de Unidades Escolares utilizadas na pesquisa de campo

**QUADRO 3:** Quadro de análise para coleta de informações

**QUADRO 4:** Resultado dos possíveis indicadores locais

**QUADRO 5:** Unidades Escolares utilizadas na pesquisa de campo



## **LISTA DE FIGURAS**

**FIGURA 1:** Mapa da localização do município de Bebedouro

**FIGURA 2:** Vista aérea da cidade de Bebedouro

**FIGURA 3:** Alunos do 2º ano do Ensino Fundamental

**FIGURA 4:** Pátio de refeições da Escola Coronel Conrado Caldeira

**FIGURA 5:** Pátio da Escola Coronel Conrado Caldeira

**FIGURA 6:** Pátio para as crianças brincarem da Escola Coronel Conrado Caldeira

**FIGURA 7:** Sala de aula de computação dos alunos

**FIGURA 8:** Sala dos professores com acesso à internet e impressora para uso exclusivo dos docentes

**FIGURA 9:** Biblioteca da Escola Yolanda C. G. Villela

**FIGURA 10:** Biblioteca da Escola Yolanda C. G. Villela

**FIGURA 11:** Espaço para a merenda da Escola Yolanda C. G. Villela

**FIGURA 12:** Espaço para a merenda da Escola Yolanda C. G. Villela (visão ampla)

**FIGURA 13:** Espaço livre para brincadeiras da Escola Yolanda C. G. Carneiro

**FIGURA 14:** Espaço livre para brincadeiras da Escola Yolanda C. G. Carneiro

**FIGURA 15:** Quadra poliesportiva descoberta da Escola Yolanda C. G. Villela

**FIGURA 16:** Equipamentos e roupas da banda da Escola Yolanda C. G. Villela

**FIGURA 17:** Horta escolar da Escola Yolanda C. G. Villela

**FIGURA 18:** Horta escolar da Escola Yolanda C. G. Villela

**FIGURA 19:** Sala de computação para as aulas dos alunos da Escola Yolanda C. G. Villela

**FIGURA 20:** Pannel de incentivo as boas maneira da Escola Yolanda C. G. Villela

**FIGURA 21:** Mapa da localização do município de Catanduva

**FIGURA 22:** Vista aérea da cidade de Catanduva

**FIGURA 23:** Sala de vídeo e biblioteca da Escola Octacílio de O. Ramos

**FIGURA 24:** Pátio com palco da Escola Octacílio de O. Ramos

**FIGURA 25:** Espaço para coleta seletiva de lixo da Escola Octacílio de O. Ramos

**FIGURA 26:** Espaço para brincadeiras da Escola Octacílio de O. Ramos

**FIGURA 27:** Quadra coberta para os alunos da Escola Octacílio de O. Ramos

**FIGURA 28:** Parte da frente da Escola Prof. Nelson de Macedo Musa (quadra coberta do ginásio de esportes)

**FIGURA 29:** Ginásio de esportes da Escola Prof. Nelson M. Musa

**FIGURA 30:** Espaço para a merenda dos alunos da Escola prof. Nelson M. Musa

**FIGURA 31:** Sala dos professores da Escola Prof. Nelson de M. Musa

**FIGURA 32:** Espaço para descanso dos professores da Escola Prof. Nelson de M. Musa

**FIGURA 33:** Sala de computação da Escola Nelson de Macedo Musa

## **LISTA DE SIGLAS**

ABE – Associação Brasileira de Educação

APM – Associação de Pais e Mestres

CAE – Conselho da Alimentação Escolar

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB – Câmara de Educação Básica

CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

CME – Conselho Municipal de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CONED – Congresso Nacional de Educação

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo do Desenvolvimento do Ensino Fundamental

HTPC – Hora de trabalho pedagógico coletivo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDI – Índice de Desenvolvimento da Infância

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC – Ministério da Educação

MIS – Museu da Imagem e do Som

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento

PAR – Plano de Ações Articuladas

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PIB – Produto Interno Bruto

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROINFO – Programa Nacional de Informática na Educação

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEB – Secretaria de Educação Básica

SIMEC – Sistema de Monitoramento do Ministério da Educação

SLI – Sistema Local de Inovação

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I: Contextualização da evolução histórica das Políticas Nacionais de Educação (PNE).....</b>	<b>20</b>
1.1 Evolução histórica da Política Educacional no Brasil .....	22
1.2 O Plano Nacional de Educação (PNE): instituições, organizações, atores e metas.....	30
1.3 Os municípios como gestores do Plano Nacional de Educação (PNE): Implicações e formas de gestão .....	37
<b>CAPÍTULO II: O Processo Avaliatório do Plano Nacional de Educação (PNE): uma análise crítica e uma proposta de indicadores locais .....</b>	<b>47</b>
2.1 Processo institucional do sistema avaliatório no Brasil.....	47
2.2 Análises dos processos avaliatórios no Brasil: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).....	50
2.3 Proposta de indicadores de controle e impacto da eficácia de gestão para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano): indicadores de diagnósticos locais .....	58
<b>CAPÍTULO III: Perfis diferenciados das instituições e da gestão dos municípios de Bebedouro e Catanduva.....</b>	<b>67</b>
3.1 Estrutura de gestão do município de Bebedouro e o perfil das unidades escolares.....	68
3.2 Estrutura de gestão do município de Catanduva e o perfil das unidades escolares .....	87
<b>CAPÍTULO IV: Diagnóstico dos indicadores do Plano Nacional de Educação (PNE) nos municípios .....</b>	<b>103</b>
4.1 Apresentação dos indicadores de classe social e da unidade educacional local .....	103
4.2 Interferências dos indicadores das unidades educacionais locais e de classe social na eficácia do processo de ensino e aprendizagem nos municípios .....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>119</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>122</b>
APÊNDICE A: Roteiro (I) de entrevista para diretores, vice-diretores e coordenadores de escola .....	122
APÊNDICE B: Questionário para o representante da educação municipal .....	130

APÊNDICE C: Roteiro (II) de entrevista para diretores, vice-diretores e coordenadores de escola .....	135
<b>ANEXOS .....</b>	<b>137</b>
ANEXO A: Quadro de Metas de maior impacto financeiro .....	137
ANEXO B: Tabela da estimativa de alunos a serem atendidos com base nas metas do PNE .....	139
ANEXO C: Questionário para a família do aluno: pais ou responsáveis .....	140

## INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho está articulado aos estudos de políticas públicas educacionais no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE), tendo como recorte do objeto o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A contribuição deste estudo é a proposição de indicadores<sup>1</sup> locais para avaliação da qualidade no processo de ensino e aprendizagem, ampliando a ótica atual que abarca somente fluxo e retenção. Avança ao realizar uma análise crítica do processo avaliatório governamental e pretende elencar variáveis<sup>2</sup> e indicadores a partir dos municípios e suas respectivas unidades escolares que possibilitarão ampliar a eficácia<sup>3</sup> dessa avaliação, uma vez que acredita-se haver uma complexidade mal resolvida na prática do desempenho escolar.

O PNE oferece suporte a uma das maiores mudanças já ocorridas nas políticas públicas educacionais referentes à Educação Básica. O objetivo da educação básica é oferecer as condições mínimas necessárias a um indivíduo para poder viver em sociedade. Atende a criança de zero ano ao que antecede a faculdade, recebendo suporte organizacional de sua própria Secretaria (Secretaria de Educação Básica – SEB), que acompanha avaliativamente o PNE.

Quando se fala em educação, o conceito avaliação é termo comum. Todo processo educacional reclama avaliação, desde a individual do aluno, de uma instituição até de uma política pública. Nesta pesquisa, a avaliação de política educacional será de interesse incondicional, observando o IDEB, que apresenta os resultados de desempenho escolar em proficiência, através da Prova Brasil e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e os resultados de rendimento escolar, que é o fluxo apurado pelo censo escolar. O questionamento é: qual seria a importância da análise das variáveis locais caso o IDEB viesse

---

<sup>1</sup> Um indicador consiste em um valor usado para medir ou acompanhar a evolução de algum fenômeno ou o resultado de processos sociais. Indicadores podem ser produzidos com base em resultados de pesquisas de avaliação e estes também expressam certas condições relativas a *estrutura, processos e resultados* (indicadores de impactos e efeitos) de acordo com as dimensões do estudo a partir do qual são produzidos (DRAIBE, 2001 apud ALMEIDA 2008).

<sup>2</sup> Uma variável consiste em qualquer atributo de um fenômeno classificável em duas ou mais categorias. Ver: Vasconcelos, R. M. **Complexidade e Pesquisa interdisciplinar**: Epistemologia e Metodologia Operativa. 2002. 231 p.

<sup>3</sup> Analisar a eficácia das políticas consiste em comparar os objetivos traçados e os resultados alcançados, identificando a diferença do que foi realizado do que foi previsto. É a medida de acordo com os efeitos próprios da política (PAULILO, 2006, apud ALMEIDA, 2008).

a considerar as eficácias e entraves<sup>4</sup> que interferem em uma determinada localidade? Considerando que o IDEB apresenta um indicador para cada escola de um município e a média entre essas escolas resulta na nota do município, questiona-se sobre a realidade dessa média. As variáveis locais de uma escola seriam as mesmas em todas as unidades escolares? Existe falácia na sondagem realizada? A média estabelecida para cada unidade escolar e município é capaz de dissimular as diferenças? Essas questões são algumas hipóteses secundárias que serão comprovadas ou refutadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Segundo Vasconcelos (2002, p. 512):

Toda pesquisa deve buscar identificar a expressão concreta das características do fenômeno em foco – e, portanto, de suas variáveis – por meio de parâmetros quantitativos e/ou qualitativos operacionais ou, mais precisamente, por meio da identificação e/ou construção de indicadores.

Acredita-se que uma ação não existe de maneira isolada, mas sim de maneira contextualizada, que oferece e recebe interferências de diferentes ordens, bem como dos atores envolvidos.

Ao reportar o presente estudo à questão dos atores envolvidos nesse processo, mais especificamente aos gestores escolares, passa-se a considerar os diversos outros atores que atuam no funcionamento de uma unidade escolar, como, por exemplo, o aluno, a família do aluno, o professor, o coordenador, o vice-diretor, o diretor, o secretário municipal de educação, a secretaria de educação do estado, entre outros.

Rosar (1999) apresenta referência à questão “gestão” em que a autora traz a intenção de resgatar o avanço das análises teóricas sobre a influência do “modelo empresarial” no funcionamento do sistema educacional brasileiro, desde os anos da ditadura militar. Ressalta que as experiências práticas de gestão democrática da educação básica realizadas em administrações municipais de caráter democrático-popular necessitam ser avaliadas e expandidas para que se materializem as concepções avançadas de educação desenvolvidas pelos setores progressistas que são assimiladas e ressignificadas pelos grupos

---

<sup>4</sup> Entraves são filtros institucionais e organizacionais (regras, normas, políticas públicas, convenções de mercado) quando estes dificultam a capacidade de operação e de obtenção de recursos dos *atores* de uma política pública (ALMEIDA, 2008). O conceito de ator, segundo Thiollent (1997 apud ALMEIDA, 2008), pode ser entendido como qualquer grupo de pessoas que dispõe de certa capacidade de ação coletiva consciente em contexto social delimitado.



hegemônicos que atuam nas três instâncias de poder político e administrativo federal, estadual e municipal.

A Lei nº 10.172/2001, do Plano Nacional de Educação consagrou-se como uma das principais implantações da política educacional. O trabalho de Hermida (2006) apresenta estudos relacionados à compreensão de possíveis motivações que impulsionaram a preponderância nacional na reforma educativa no Brasil. Dentre as principais, o autor destaca o *Plano Nacional de Educação – Proposta do Poder Executivo para o Congresso Nacional*, destaca ainda a mudança de denominação do plano que, anteriormente à sua aprovação, era chamado *Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira*. O autor nos remete à questão de haver ou não haver a participação de todos os brasileiros no processo de elaboração e implementação de uma política, no caso a Lei nº 10.172 – Plano Nacional de Educação.

A lei acima mencionada foi complementada pelo decreto 6.094/2007, Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), criticado por Saviani (2007, p. 1251) ao apresentar o questionamento: “Em que medida esse novo plano se revela efetivamente capaz de enfrentar a questão da qualidade do ensino das escolas de educação básica?”. Remetendo esse questionamento aos estudos aqui levantados, é necessário saber que, para tanto, Saviani faz algumas considerações, como a necessidade de entender tanto a composição deste plano como identificar cada uma de suas ações (seus programas), desenvolver uma análise de sua singularidade com relação ao Plano Nacional de Educação, bem como no que tange à qualidade do ensino da educação básica e a possibilidade de sugerir uma maneira de superar os limites diagnosticados.

No sentido da problematização apresentada, o objetivo central deste trabalho é avançar nos estudos relacionados ao tema políticas públicas de educação, propondo o processo de avaliação da aplicabilidade e eficácia do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nos espaços locais, especificamente no Ensino Fundamental nas séries iniciais do 1º ao 5º ano, abarcando como universo analítico dois municípios.

Foram escolhidas duas instituições escolares em cada uma dessas localidades a partir de um crivo de classe social. Nesse sentido, os resultados deste trabalho indicam que, além dos indicadores locais, também foram identificados indicadores de classe social<sup>5</sup> como determinantes para a efetividade dos resultados das unidades avaliadas no processo avaliatório

---

<sup>5</sup> Os indicadores de classe identificados como determinantes para a eficiência das unidades escolares analisadas no processo avaliatório educacional formam a renda familiar, segurança alimentar, escolaridade familiar, dentre outros.

governamental. Verificou-se que as escolas de centro obtiveram melhores resultados que as de bairro reportadas por diferenças significativas em indicadores de classe social como renda familiar, segurança alimentar, escolaridade, estrutura familiar, dentre outros e também de indicadores locais como capacitação dos professores, projeto pedagógico, estrutura física, dentre outros. Os resultados apontaram que o trabalho avançou na identificação dos indicadores de efetividade das unidades escolares e que o aprimoramento desses, em curto prazo, somente é possível a partir dos indicadores locais, pois os de classe passam por mudanças mais estruturais da sociedade.

Reportou-se à escolha de duas cidades no interior do estado de São Paulo, sendo Bebedouro e Catanduva. O município de Bebedouro apresenta 77.812 habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) per capita 27.884,27, e Catanduva, 114.812 habitantes e PIB per capita 13.034,911. Em cada um dos municípios escolhidos foram selecionadas duas escolas para serem pesquisadas, sendo uma localizada no centro da cidade e outra na periferia. Registrou-se o IDEB observado e a meta a ser atingida de cada unidade escolar.

A hipótese central deste trabalho é que as aplicabilidades, eficácias e entraves das metas relacionadas ao Plano Nacional de Educação, que é uma política de cima para baixo, ganham contornos diferenciados nos espaços locais, que se apresentam com perfis próprios, com características específicas nos aspectos de gestão da política, cultural, econômico, social, dentre outros. A comprovação ou refutação dessa hipótese pode ser auferida até então, apenas através dos resultados do IDEB, que avalia proficiência e fluxo. Verifica-se, portanto, que apesar das leis, metas e normas, o ambiente institucional tem condições específicas locais, tem variáveis analíticas próprias de seu ambiente, que interferem e que são determinantes na análise dessas aplicabilidades, eficácias, bem como dos entraves. Observa-se que essas ações específicas são mais relevantes, devendo existir, portanto, outros indicadores de diagnóstico e avaliação locais.

O presente trabalho pretende abordar esse horizonte de análise, através da construção de indicadores e de aprimoramento que irão nortear a análise do ambiente institucional, de governança e de gestão dessa política pública, que é de contorno nacional, mas tem aplicabilidades nos municípios.

O IDEB considera a proficiência dos alunos de 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries ou 5<sup>o</sup> e 9<sup>o</sup> anos, através da Prova Brasil, e o fluxo, ou seja, o nível de evasão, reprovação e aprovação dos alunos, avaliado bianualmente, através do censo escolar. Teve sua primeira nota em 2005 em que foi atribuída uma meta a ser atingida em 2007, portanto a nota é o IDEB observado e a meta é a nota que se deve atingir. No ano de 2007 houve nova avaliação e estabeleceu-se a

meta para 2009. No ano de 2009 houve, em novembro, nova avaliação da Prova Brasil, em que será atribuída uma nova nota (IDEB observado) e a meta a se atingir para 2011.

O marco teórico definido para o desenvolvimento do trabalho é o de análise e avaliação da política educacional. Nessa linha de contribuição destaca-se o conceito de política como sendo um campo multidisciplinar, ou seja, um território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos, citado por Souza (2006). Segundo Almeida (2008), a avaliação tem sido instrumento de gestão valioso para se conhecer e viabilizar programas e projetos, e até mesmo redirecionar, quando necessário, os objetivos, oportunizando a reformulação de rumos e propostas, bem como fornecendo subsídios para tomadas de decisões.

A avaliação de políticas públicas não é simplesmente um instrumento de aperfeiçoamento ou redirecionamento dos programas empreendidos pelo governo, mas especialmente, uma ferramenta capaz de prestar contas à sociedade das ações governamentais. Também não podemos restringir a avaliação de políticas públicas apenas à aferição de suas metas quantitativas, mas devemos nos reportar à qualidade do resultado atingido. (ALMEIDA, 2008).

As pesquisas de campo pautaram-se na realização de questionários semi-estruturados e abertos com os atores que considera-se envolvidos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. O **Quadro 3**, apresentado no Capítulo II elenca toda uma análise necessária para a coleta de informações em relação aos seus possíveis atores. O primeiro universo analisado remete a um questionário contendo 83 questões para os diretores, vice-diretores e coordenadores das escolas, a quem se chama de atores envolvidos no processo de gestão. O roteiro da entrevista encontra-se no Apêndice A.

No decorrer da coleta de dados percebeu-se a necessidade de um diagnóstico mais detalhado por parte dos diretores das escolas, portanto o Apêndice C apresenta outro questionário para esses atores, em uma complementação de coleta de dados. A intenção é a de que essas questões fossem respondidas pelos profissionais que participam do processo de gestão da escola, do planejamento e execução das diretrizes e componentes curriculares, bem como no processo de relação entre o aluno e sua família. No Anexo C, encontra-se o questionário para os pais de alunos, a quem se considera como parte da comunidade local que se encontra inserida no processo educacional por apresentar seu filho participante do contexto ao qual a pesquisa se remete, ou seja, o contexto educacional. O terceiro universo analisado acontece através de questionário apresentado no Apêndice B para o responsável pela execução de uma política pública local, ou seja, o responsável pela educação municipal, o secretário municipal de educação.

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos. No Capítulo I, faz-se a contextualização da evolução histórica das políticas nacionais de educação; o Plano Nacional de Educação: instituições, organizações, atores e metas; os municípios como gestores do PNE: Implicações e formas de gestão.

No Capítulo II, trabalha-se o processo avaliatório do Plano Nacional de Educação: uma análise crítica e proposta de indicadores locais; análise dos processos avaliatórios no Brasil: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; proposta de indicadores de controle de impacto da eficácia de gestão para o IDEB no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano): indicadores de diagnósticos locais.

No Capítulo III, descrevem-se os perfis diferenciados das instituições e da gestão nos municípios de Bebedouro e Catanduva. O Capítulo IV realiza o diagnóstico dos indicadores do PNE; propõe indicadores locais (da unidade educacional local e de classe social); e apresenta a interferência desses indicadores locais na eficácia do processo educacional nos municípios pesquisados.

Espera-se que os resultados deste trabalho representem mais do que uma análise local com a construção de indicadores de avaliação e, que seja uma proposta de aplicabilidade para pesquisas futuras.

## **CAPÍTULO I: Contextualização da evolução histórica das Políticas Nacionais de Educação (PNE)**

A vida em sociedade envolve uma complexidade de conflitos de opiniões, de interesses, de idéias, de valores. Para que haja a sobrevivência e o desenvolvimento dessa sociedade, o conflito deve ser mantido dentro de limites. Segundo Rua (2002), para que esses limites administráveis aconteçam, existem apenas dois meios: a coerção pura e simples e a política. O interesse do presente estudo leva a indagar o que é política, mais especificamente a política educacional nacional.

Rua (2002) observa que a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.

A política pode ser transformada em objeto de pesquisa ampla e abrangente que necessita de uma abordagem teórica e metodológica eficiente; com óticas multidisciplinares voltadas para as ações sociais como a educação, saúde, segurança, habitação, economia, entre outros e que comportem sua complexidade. Torna-se, portanto, urgente a análise de suas aplicabilidades e eficácias para se propor ajustes e aperfeiçoamentos.

Avaliar ações políticas remete primeiramente a uma análise, interesse esse que supera simplesmente o conhecimento sobre planos, programas ou projetos desenvolvidos e implementados por políticas setoriais. A abordagem política apresenta a pretensão de analisar “a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos de política com o arcabouço dos questionamentos tradicionais da ciência política” (WINDHOFF-HÉRITIER, 1987, p.7).

Estudos demonstram que a falta de teorização dificulta a análise de políticas, sendo que essa ausência é explicável se levar em conta o interesse de conhecimento da própria política no empirismo, ou seja, na prática política.

Frey (2000, p. 231) ressalta a questão de que ao se analisar uma política em países em desenvolvimento, é preciso considerar o fato de que o instrumento conceitual da análise foi elaborado em países industrializados e, portanto, precisa sofrer ajustes às particularidades de cada país: “É preciso uma adaptação do conjunto de instrumento da análise de políticas às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento”. Acredita-se, portanto, que, ao avaliar a política educacional, a mesma cautela deve ser considerada. Nesse

sentido o presente trabalho tem como pretensão estudar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Estuda-se, no presente texto, a política educacional a partir do IDEB, que é um índice de avaliação educacional e estabelece uma média nacional baseada nos resultados obtidos pelos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE), ou seja, países desenvolvidos. Considerando que o IDEB avalia fluxo e proficiência nas disciplinas de português e matemática, através dos alunos de quartas e oitavas séries, resultando em um índice para cada unidade escolar e em uma média para o município através desses resultados, acredita-se na existência de variáveis locais distintas de um município para outro. Analisa-se, portanto, se essas variáveis locais são reais, bem como avaliadas, uma vez que o papel do governo em definir e implementar uma política deve também atentar-se à sua avaliação.

Faz-se necessário abordar a questão: educação.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 2008a).

A citação anterior, retirada da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é seguida por dois parágrafos que demonstram a importância dessa lei em disciplinar a educação escolar por meio do ensino, e que a educação deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, portanto, não isolada da realidade de mundo, nem mesmo fragmentada em algumas disciplinas ou conteúdos programáticos. É preciso considerar que a noção de mundo estende-se ao conceito da realidade em que o aluno se encontra inserido e não somente ao conceito de mundo como sendo o domínio dos conhecimentos e das ciências. Os conteúdos devem elencar os aspectos regionais da realidade de vida do aluno, ou seja, suas vivências locais.

Os objetivos deste estudo norteiam a pretensão de verificar a relação das políticas educacionais brasileiras antes do Plano Nacional de Educação<sup>6</sup> com as dos dias

---

<sup>6</sup> O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001 oportunizou o surgimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

atuais, bem como a relação da educação com o mundo, com a realidade de vida dos educadores e educandos, ou seja, com o sistema educacional.

### **1.1 Evolução histórica da Política Educacional no Brasil**

Para contextualização histórica da política educacional no Brasil, vale registrar que, com o início da República, as idéias liberais de ampliação dos direitos de voto, separação entre Igreja e Estado, laicização do ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e com isso o exercício do direito do voto, antes limitado pela renda, passam a ser pela instrução, ficando os analfabetos excluídos do processo eleitoral. O ensino secundário permaneceu até 1930, quase que totalmente entregue aos cuidados da iniciativa particular. Não existia um ministério destinado aos negócios da educação e essa ausência agravava quaisquer ações de ordem federal, apesar da criação do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, em 1890, que tivera pouco mais de um ano de duração.

Na década de 1920, começaram a se propagar os princípios e ideais da escola renovada, permitindo que se firmasse um movimento de valorização do ensino; do poder da educação como instrumento de reconstrução social, política e moral. A importância atribuída à educação escolar nesse período pode ser traduzida no entusiasmo pela educação e no otimismo pedagógico que marcaram o referido decênio.

A educação começava a se construir na área técnica, defendida por educadores profissionais. Criou-se a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, que agremiou elementos de todo o país em torno de questões de âmbito nacional, relativas à educação escolar. Através de conferências, cursos, debates, inquéritos, os profissionais da educação divulgavam as idéias da escola nova, contribuindo para a formação de uma nova consciência educacional, relativa ao papel do estado na educação, à necessidade de expansão da escola pública, ao direito de todos à educação, à exigência de uma política nacional única de educação, na qual a União exerceria o papel de coordenadora no desenvolvimento do ensino em todo o país.

Muitas dessas idéias vieram a consubstanciar-se em proposições do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, nos ideais de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes e outros.

A queda da República Velha, sob o impacto da Revolução de 1930, transformou as relações de poder entre o Governo Federal e os Estados, dando início a um

período de progressiva centralização política. Essa nova ordem político-econômica e o aumento da população urbana, advinda da área rural, bem como o aparecimento de novas ocupações profissionais ligadas a uma vida urbano-industrial, passaram a demonstrar na educação uma possibilidade de êxito profissional e ascensão social.

A fala de escolarização para toda a demanda cresceu consideravelmente e a rede escolar foi ampliada. Segundo Baía Horta, na campanha de Getúlio Vargas à Presidência da República, foi explorada essa questão em que se colocava a educação como um dos instrumentos apropriados para assegurar a valorização do homem e melhorar a condição de vida dos brasileiros sob o ponto de vista moral, intelectual e econômico. Acredita-se que, na tentativa de atender à demanda, não foi oferecida uma política educacional intencionalmente definida, nem mesmo houve a intenção de ajustar a organização escolar a sua nova e heterogênea clientela.

No Governo Provisório, houve a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, em 14 de novembro de 1930. A pasta foi ocupada durante todo o governo getulista por mineiros. Francisco Campos foi o primeiro a assumir o ministério, permanecendo até 16 de setembro de 1932, seguido por Washington Pires até julho de 1934. A seguir passou a pasta para Gustavo Capanema, que a deixou somente em 1945, tendo sido assistido por Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Heitor Villa-Lobos e Manuel Bandeira, entre outros representantes da cultura, da literatura e da música nacionais.

Segundo Badaró (2000), outros nomes freqüentavam com assiduidade o ministério, e mantinham excelentes e cordiais relações com o ministro, homens como San Tiago Dantas, Marques Rebelo, Cândido Portinari, Augusto Frederico Schmidt, Rodolfo Garcia, Augusto Meyer, Costa Rego, Gilberto Amado, Afrânio Peixoto, Joracy Camargo, Roquette Pinto, Jaime Costa, Leonel Franca, Assis Republicano, Archimedes Memória, Hekel Tavares. Além dos que trabalharam com ele na construção do edifício sede do Ministério Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Bruno Giorgi, Burle Marx e Celso Antônio<sup>7</sup>. Ainda sobre o ministro da educação, consagrado como ícone da cultura no período Getuliano, Gomes (2000) ressalta a importância dele junto à história do período de 1930 a 1945, pois foi Capanema quem guardou papéis, relatos, rascunhos e até mesmo bilhetes desse momento em seus pertences. Esse acervo oportunizou o resgate histórico.

---

<sup>7</sup> A influência de tais amigos bem como o perfil intelectual de Capanema o consagrou como Ministro da Cultura.



O ministério Capanema ficou conhecido pelas grandes reformas que promoveu. Projetos iniciados na gestão de Francisco Campos foram amadurecidos e implementados. Entre eles destacam-se a reforma do ensino secundário e o projeto de reforma universitária, que resultou na criação da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi também nessa época que se definiu uma política de preservação do patrimônio cultural do país<sup>8</sup>. Merecem destaque, ainda, a criação do Instituto Nacional do Livro e a construção do edifício sede do Ministério da Educação no Rio de Janeiro, marco da moderna arquitetura brasileira, com painéis de autoria de Cândido Portinari.

A gestão Capanema também ficou marcada pela chamada nacionalização do ensino. Os efeitos da política autoritária e centralista do Estado Novo provocaram, entre algumas ações, o fechamento da Universidade do Distrito Federal, bem como condutas repressivas contra as escolas mantidas pelas colônias alemãs no sul do país. Foram fechadas mais de mil escolas, sobretudo depois de 1942, quando o Brasil rompeu relações com a Alemanha.

Após esse período, Capanema começou a promulgar as Leis Orgânicas do Ensino, reformando vários ramos do Ensino Médio. Mais uma vez, não ouvimos falar em investimentos no ensino básico. Dentre as mudanças ocorridas, foi implementada uma política educacional centralizadora que buscava a equiparação dos estabelecimentos educacionais, traduzindo-se na tentativa de regulamentar em âmbito central a organização e o funcionamento de todos os tipos de ensino no país. Dessa maneira, portanto, as Leis Orgânicas do Ensino, através de decretos, leis federais regulamentaram os diversos ramos e modalidades de ensino: secundário, industrial, comercial, agrícola, normal e primário. A ação federal sobre toda a rede escolar do país ficaria garantida mediante a equiparação dos estabelecimentos estaduais.

Com a derrubada da ditadura Vargas em 1945, entre os principais fatos ocorridos após esse momento aconteceu a chamada redemocratização do país e uma nova constituição foi promulgada, em 1946. Assim foi retomada a orientação descentralizadora e liberal da Carta de 1934, restabelecendo grande parte de seus dispositivos sobre a educação. A União ficou incumbida de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional e de organizar um sistema federal de ensino de caráter supletivo, estendendo-se a todo o país, nos estritos limites das deficiências locais. Os Estados e o Distrito Federal voltavam a ter a atribuição expressa de organizar os seus respectivos sistemas de ensino.

---

<sup>8</sup> A definição de uma política de preservação do patrimônio cultural do país culminou na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

As Leis Orgânicas permaneceram em vigor até a formulação das Leis de Diretrizes e Bases (LDB), em 1961, com algumas modificações. Foi o caso do ensino primário e normal.

Em 20 de dezembro de 1961 foi implantada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, na busca da unificação do ensino e da eliminação do dualismo administrativo herdado do Império, bem como a intenção de descentralização do sistema como um todo. No entanto não foram vistas inovações.

No ano de 1971, a 5.692/71, lei de aspectos doutrinários, fixa diretrizes e bases para o ensino do primeiro e segundo graus (atualmente Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio), estabelecendo procedimentos nacionais para a escolarização no Brasil.

No decorrer dos anos algumas mudanças aconteceram através de leis e decretos, sem grandes modificações. Dessa maneira, toda a constituição nacional encontrava-se com emendas, decretos e alterações. Em 1988 o Brasil recebeu a nova Constituição Brasileira sob a bandeira da redemocratização; com isso a responsabilidade pela organização dos sistemas de ensino deixa de ser exclusiva dos Estados, reconhecendo-se a existência dos sistemas municipais e admitindo-se a competência concorrente. Assim, o artigo 211 estabelece: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino” (BRASIL, 2008a). No entanto, coube a União à competência privativa de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Introduzido o primeiro projeto na Câmara dos Deputados em 1988, a nova Lei de Diretrizes e Bases só foi aprovada em 20 de dezembro de 1996, sob o nº 9.394.

No ano de 1988, com a Constituição Nacional, percebeu-se a oportunidade de um plano de caráter legislativo, mas somente em 1996, com a atual LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 1996, em seus artigos 9º e 87, é que a União foi realmente incumbida da elaboração do PNE em colaboração com os estados, Distrito Federal e os municípios. Assim instituiu-se a chamada década da educação. Estabeleceu-se, portanto, que a União, no prazo de um ano a partir de sua aprovação, deveria encaminhar ao Congresso Nacional o plano nacional, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes.

Havia a intenção de finalizar a LDB e buscar engatilhar o PNE. Acontecia, no campus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, em 31 de julho de 1996, o I Congresso Nacional de Educação (I CONED), que reuniu 5.000 pessoas de 27 estados brasileiros. Ao final do encontro estabeleceram que uma das tarefas de seus participantes fosse construir, de maneira coletiva e democrática, um plano nacional que expressasse a compreensão e a vontade coletiva da sociedade brasileira. Foi no II CONED,

também em Belo Horizonte, que finalmente atingiram o objetivo estabelecido, criaram o *Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira*.

O Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira foi encaminhado à Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 1998, pelas mãos do deputado Ivan Valente, em que se constituiu no PL nº 4.155/98. Paralelamente, o governo federal também elaborava o seu plano de educação, a partir de consultas a diferentes entidades, como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), e que acabou sendo enviado ao Congresso Nacional fora do prazo estabelecido pela LDB, com a identificação de 4.173/98. Foi anexado ao projeto anterior e o Congresso recebeu como prioritário o de nº 4.173/98, ou seja, a proposta do governo federal.

A proposta identificada como sendo da sociedade brasileira caracterizava-se por um perfil democrático popular por ser uma proposta da sociedade que buscava o fortalecimento da escola pública com a democratização da gestão educacional e por solicitar um acréscimo urgente de financiamento para o alcance da qualidade do ensino, um aumento do PIB de menos de 4% para 10%, ao final da década do PNE.

Valente e Romano (2002) esclarecem que o plano do governo federal expressava a política do capital financeiro internacional, bem como a ideologia das classes dominantes centralizadoras. Sendo centralizado na esfera federal, demonstrava um aparente abandono pelo Estado em manter e desenvolver o ensino, procurando transferir essa tarefa para a sociedade. Observam ainda que não contemplava as necessidades e solicitações da sociedade brasileira, “sendo uma espécie de salvo-conduto para que o governo continuasse implementando a política que já vinha praticando [...]” (VALENTE; ROMANO, 2002, p. 102).

Segundo Pinto (2002), todo o fórum e os deputados se mobilizaram em favor da melhoria da educação através dos avanços que o plano poderia oferecer, apresentando o texto final com mudanças no que se referia ao financiamento educacional. Isso não aconteceu por ter sido vetado pelo então presidente.

Finalmente o Plano Nacional de Educação recebeu sua aprovação no ano de 2001, pela Lei Federal de nº 10.172, assinada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, com nove vetos, tendo também como signatário o então Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, que responde atualmente pela Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo. O Plano destaca-se por sua importância, por definir metas e

objetivos da educação brasileira e os meios para que essas se realizem, bem como por viabilizar a criação dos planos dos estados e dos municípios.

O PNE e seus planos correspondentes recebem acompanhamento avaliativo da Secretaria de Educação Básica, que apresenta ações e programas específicos para o alcance das metas, como o Compromisso e Metas Todos Pela Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação, o financiamento da educação pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e programas de formação dos profissionais da educação.

No ano de 2007, foi criado pelo decreto 6096, de 24 de abril, um complemento para servir de apoio ao Plano Nacional de Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que veio para colaborar, em termos de execução de ações. O PDE inclui metas de qualidade para a educação básica; contribuindo para que as escolas e as Secretarias de Educação se organizem para o atendimento dos alunos, oferecendo acompanhamento e assessoramento aos municípios com baixo indicadores de ensino, entre outras propostas que buscam alcançar seus objetivos através de mais de 40 programas apresentados.

O livro do Ministério da Educação *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas* busca colocar os cidadãos e interessados a par das concepções que inspiram o PDE, bem como busca reconhecer na educação uma face do processo dialético que se estabelece entre socialização e individualização da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo.

Dentre todos os programas do PDE, o *Compromisso e Metas Todos Pela Educação*, implantado pelo decreto 6.094, de 24 de abril de 2007, que:

é um plano de metas que integra o PDE e diz respeito à mobilização em torno da melhoria da Educação Básica no Brasil, está servindo de orientação para condutas educacionais nos municípios. A base do Compromisso e Metas Todos Pela Educação é a conjugação dos esforços da União, estados, Distrito Federal e Municípios atuando em regime de colaboração (BRASIL, 2008b).

A íntegra da publicação do decreto 6.094/2007 do Compromisso registra “a atuação das famílias e da comunidade no regime de colaboração, em proveito da melhoria da

qualidade da educação básica” (BRASIL, 2008b), em seu artigo primeiro, ação essa que necessita de uma postura mediadora da escola com relação à família.

O Compromisso e Metas Todos Pela Educação apresenta como proposta a articulação de esforços para a melhoria da qualidade, oferecendo como indicador o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é comparável entre todas as redes de ensino. Apresenta também um conjunto de diretrizes a serem adotadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios na gestão de suas redes e práticas pedagógicas, composto por 28 metas que, após a adesão, o Ministério da Educação enviará uma indicação de metas a atingir, elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), chamada Base de Dados Educacionais. A adesão é voluntária por parte do Município, Estado ou Distrito Federal por meio de assinatura pelo prefeito, portanto escolhem-se para análise os dois municípios mencionados, bem como os resultados do IDEB de cada um deles.

O Índice de Desenvolvimento da Educação, objeto principal desse estudo, é um indicador que pretende diagnosticar o rendimento de uma escola e/ou rede de ensino através de uma taxa média de aprovação dos alunos por série, e o desempenho de cada um em exames padronizados pela Prova Brasil ou Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). O seu diagnóstico permite detectar o produto entre desempenho e rendimento escolar, ou seja, aproveitamento e tempo, além de estabelecer uma média nacional baseada nos resultados obtidos pelos países da Organização Para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE).

Para que todos esses objetivos sejam alcançados, o Ministério da Educação registra que “é necessária a participação de toda a sociedade” (BRASIL, 2008c). Tanto é que ex-ministros da Educação, professores e pesquisadores de diferentes áreas do ensino foram convidados a contribuir para a construção do Plano. Para se resolver a enorme dívida que o Brasil tem com a educação, o PDE não pode ser apenas um projeto do governo federal, tem que ser um projeto de todos os brasileiros. Portanto, a escola deve atuar com seus diversos atores nesse processo, bem como na relação com o aluno e sua família<sup>9</sup>. Por que então não avaliá-los?

Na busca por oferecer estudos referentes a essa questão, busca-se coletar dados que possam auferir resultados. Escolheu-se para a pesquisa de campo os municípios paulistas Bebedouro e Catanduva no que se refere ao Ensino Fundamental I, anos iniciais (1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série ou 1<sup>o</sup> ao 5<sup>o</sup> ano). Bebedouro apresenta uma população de 77.812, taxa de escolarização de 94%, IDEB de 4,9 e a meta 4,9; Catanduva apresenta uma população de 114.812 habitantes,

---

<sup>9</sup> Ao mencionar os diversos atores envolvidos nesse processo, elenca-se diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico, professores, alunos, pais de alunos, inspetores, serviços gerais, merendeiros, entre outros.

taxa de escolarização de 93,8%, IDEB de 5,1 e meta de 3,9, segundo dados do Ministério da Educação e Cultura. Plano de Desenvolvimento da Educação, Brasília: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Em cada município realizaram-se estudos em duas escolas com perfis diferenciados, portanto em cada uma das cidades foi escolhido uma primeira escola que apresenta um perfil diferente da segunda, sendo uma unidade escolar de bairro centralizado e outra de bairro periférico. No ano de 2009 houve nova avaliação através da Prova Brasil e a análise de fluxo.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica se apresenta como proposta de articulação de esforços para a melhoria da qualidade de ensino. É um indicador que permite diagnosticar, melhor dizendo avaliar, o rendimento de uma escola e/ou rede de ensino através de uma taxa média de aprovação dos alunos por série e o desempenho de cada um em exames padronizados pela Prova Brasil ou SAEB. O seu diagnóstico permite detectar o produto entre desempenho e rendimento escolar, ou seja, aproveitamento e tempo, além de estabelecer uma média nacional baseada nos resultados obtidos pelos países da OCDE.

Percebe-se que existe uma ausência de consideração para com a realidade local de cada unidade escolar quando avaliadas pelo IDEB, bem como uma desconsideração para com a realidade municipal. Considerando que, de uma localidade para outra, os perfis são diferentes, como por exemplo, da comunidade quilombola para a indígena, de escolas da região sul para as escolas da região norte do país, etc., inclusive acredita-se que em um mesmo município existam perfis diferentes de uma unidade escolar para outra por interferências locais, ou seja, variáveis que oferecem interferências diferentes e por espaço e classe social.

## 1.2 O Plano Nacional de Educação (PNE): instituições, organizações, atores e metas

O Plano Nacional de Educação (PNE) foi instituído em janeiro de 2001, pela Lei Federal nº 10.172, sendo um plano decenal, com duração de dez anos. O seu artigo 2º determina que os estados, o Distrito Federal e os municípios elaborem, em consonância com o PNE, seus planos correspondentes.

Falar em um plano nacional remete a fazer relação com o termo *todos os brasileiros*. Ao refletir sobre as preocupações que afligem a sociedade brasileira, considera-se a busca incessante pela compreensão da rede de relações humanas, com menor índice de desigualdade social, cultural, econômica entre outras. Ao especificar esse plano em educacional acrescenta-se a incompreensão pela desigualdade intelectual e de oportunidades.

Coube ao PNE definir as metas a serem atingidas pela educação no país, bem como os meios para que estas se realizassem. As metas estabelecidas, inicialmente, constam ser aproximadamente 300, de caráter quantitativo e qualitativo (Exemplificadas no Anexo A). As de impacto financeiro apresentam certa dificuldade de viabilização, pois não demonstram apresentar a proibição de todos os mecanismos que o viabilizassem financeiramente e, sem um comprometimento maior da qualidade, no atendimento das metas ali estabelecidas, o então presidente da república vetou, assim, todos os recursos adicionais, por parte do governo federal. Para maiores esclarecimentos, o Anexo B apresenta uma Tabela que exemplifica o impacto sofrido nos sistemas de ensino em suas metas quantitativas de atendimento.

Atualmente o Brasil conta com o PNE, que contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros, embasado nas lutas e proposições daqueles que defendem uma sociedade mais justa e igualitária. Chegar a sua elaboração e aprovação custou décadas de espera para o povo brasileiro.

A aspiração por um plano nacional de educação no Brasil teve início há décadas. No ano de 1932, nos ideais de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e demais educadores, os quais, através do Manifesto dos Pioneiros da Educação, traziam concepções em busca de unidade e continuidade de pensamento em planos de reformas educacionais, com perfil unitário, bases científicas e que derrubassem uma educação fragmentada e desarticulada. Eram 25 homens e mulheres que propunham uma reconstrução educacional. Em 1946, a Constituição Brasileira, em seu artigo 2º, anunciava a necessidade de um plano nacional de educação concebido pela União, que oferecesse orientação, supervisão, e acompanhamento em todo o território nacional e em todos os graus de ensino. Dessa maneira,

essas aspirações permaneceram latentes em diversos momentos da história brasileira, exceto na Carta de 1937.

Registrou-se em 1962 a primeira vitória rumo a esse alcance, na ocasião da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O Brasil não teve um projeto de lei, mas um Plano Nacional de Educação que se caracterizava por ser um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos. Em 1988, na Constituição Nacional, a oportunidade recebida foi a de conhecer um perfil de política pública com caráter descentralizador. Em 1996 houve a criação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nesse momento a União foi realmente incumbida da elaboração do PNE em colaboração com os estados, Distrito Federal e os municípios, e assim instituiu-se a chamada década da educação. A LDB rege que um de seus principais objetivos é oferecer aos municípios condições para que atuem de maneira a respeitar o seu perfil local e atendendo ao que ela oferece como base comum curricular. O presente estudo pretende mostrar se essa descentralização acontece nos dias atuais, bem como o respeito ao perfil local.

Foi, portanto, a partir de 2001, que o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado, obrigou os Estados e os municípios a elaborarem os seus planos correspondentes. Os objetivos do plano, em síntese, focalizam a busca da elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino; o acesso do aluno à escola, bem como a sua permanência; participação do profissional da educação na elaboração do projeto pedagógico, dentre outros.

O PNE e seus planos correspondentes recebem acompanhamento avaliativo da Secretaria de Educação Básica (SEB), que apresenta ações e programas específicos para o alcance das metas, como o Compromisso Todos Pela Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação, o financiamento da educação pelo Fundo do Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) e FUNDEB e programas de formação dos profissionais da educação.

No artigo 4º o plano deixa clara a incumbência da União em instituir um Sistema Nacional de Avaliação e estabelecer os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas que constam no plano. Considerando que o plano contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros, seria óbvio que o sistema de avaliação considerasse tais quesitos<sup>10</sup>. Com esse intuito, no ano de 2007, foi criado pelo decreto 6.096, de 24 de abril, um complemento para servir de apoio ao Plano Nacional de Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que veio para colaborar, em

---

<sup>10</sup> O IDEB avalia somente fluxo e proficiência.



termos de execução de ações. Acredita-se que, com essa implantação, o próprio governo admitiu a ineficácia do plano e a necessidade de uma complementaridade. O PDE inclui metas de qualidade para a educação básica; contribui para que as escolas e as Secretarias de Educação se organizem para o atendimento dos alunos; oferece acompanhamento e assessoramento aos municípios com baixos indicadores de ensino, entre outras propostas que buscam alcançar seus objetivos através de mais de quarenta programas apresentados.

Um dos programas é o de interesse do presente estudo: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que se apresenta como proposta de articulação de esforços para a melhoria da qualidade de ensino, oferecendo metas para serem alcançadas e assim atingir índices, na intenção do cumprimento do artigo 4º do plano nacional. É um indicador que permite diagnosticar, melhor dizendo, avaliar o rendimento de uma escola e/ou rede de ensino, através de uma taxa média de aprovação dos alunos por série, e o desempenho de cada um em exames padronizados pela Prova Brasil ou SAEB. O seu diagnóstico permite detectar o produto entre desempenho e rendimento escolar, ou seja, aproveitamento e tempo, além de estabelecer uma média nacional baseada nos resultados obtidos pelos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE). Observa-se, no entanto, a falta de respeito ao perfil local, descumprindo assim o descrito no PNE.

Segundo Pinto (2002), o sucesso do PNE estaria nas mãos das três esferas públicas federal, estadual e municipal. Acreditamos que podemos acrescentar que estaria também à mercê da sorte ou nas mãos do poder de adaptação local que influencia uma determinada implementação legislativa.

Na íntegra do texto do plano, o tópico 2 existe a explicação dos objetivos e prioridades, o último parágrafo diz que “tratando-se de metas gerais para o conjunto da nação, será preciso, como desdobramento, adequação às especificidades locais e definição de estratégias adequadas, a cada circunstância, elaboração de planos estaduais e municipais” (BRASIL, 2008c). Isso deixa claro que os atores principais estão em primeiro momento nas figuras do Estado e do Município, a partir da elaboração desses planos que deveriam oferecer um diagnóstico real da situação local, a qual envolveria demais atores para viabilização do plano.

O mencionado plano explica de maneira clara sua atuação nas diversas modalidades do ensino, ou seja, na educação básica e na superior. O objeto de interesse desse estudo encontra-se na educação básica, no ensino fundamental obrigatório, que atende crianças de 7 a 14 anos. Os estudos do presente trabalho estão limitados aos 4 primeiros anos do ensino fundamental. Caso os municípios estudados já tenham aderido à implantação do

ensino de 9 anos, deter-se-á aos 5 anos iniciais, crianças de 6 a 10 anos nos municípios de Bebedouro e Catanduva, escolhendo para análise duas escolas de bairros diferentes, em cada um dos municípios.

As diretrizes norteadoras da educação fundamental estão contidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares para o ensino fundamental. Há a obrigatoriedade de que cada escola construa ou reformule o seu projeto político pedagógico, ou seja, as diretrizes que cada instituição vai seguir, embasadas nas leis que regem a categoria, bem como seguindo as orientações do Plano Nacional de Educação, uma elaboração que também represente a própria expressão da organização educativa da unidade escolar. Dessa maneira se faz necessário criar conselhos escolares, que deverão orientar-se pelo princípio democrático da participação. A maneira de funcionamento do conselho de cada escola analisada encontra-se na seção 1.3. A intenção é a de que a gestão da educação e a cobrança de resultados, tanto das metas como dos objetivos propostos no Plano Nacional, envolva a comunidade, alunos, pais, professores e demais trabalhadores da educação.

No âmbito da educação nacional o plano rege como diretrizes que é obrigatório ampliar o número de crianças que consigam concluir a escolaridade obrigatória, associado à tendência da diminuição da idade dos concluintes, permitindo que um número maior de jovens ambicione uma carreira educacional mais longa. Surge a preocupação com a questão do IDEB avaliar além de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática a questão do fluxo, ou seja, percentual de aprovação e retenção dos alunos de cada escola. Reprovar aluno significa admitir um índice do IDEB baixo. Aprovar aluno significa combater o baixo índice. Aluno aprovado significa aluno com domínio de conhecimento? Acredita-se haver uma falácia na questão da reprovação.

O Plano Nacional de Educação apresenta uma série de objetivos e metas a serem cumpridas no que tange à educação básica. Como já mencionado, o objeto desse estudo concentra-se no período I do Ensino Fundamental, ou seja, nas crianças dos primeiros cinco anos do ensino fundamental. Nesse período específico os objetivos e metas resumem-se em universalizar o atendimento de toda a clientela do ensino fundamental, no prazo de cinco anos a partir da data de aprovação desse plano, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola.

O governo pretende estabelecer em regiões em que se demonstrarem necessários programas específicos, com a colaboração da União, dos Estados e dos municípios; ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório; regularizar

o fluxo escolar reduzindo em 50%, em cinco anos, as taxas de repetência e evasão, por meio de programas de aceleração da aprendizagem e de recuperação paralela ao longo do curso, garantindo efetiva aprendizagem; elaborar padrões mínimos nacionais de infraestrutura para o ensino fundamental, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos e com as realidades regionais, incluindo espaço, iluminação, insolação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança e temperatura ambiente, instalações sanitárias e para higiene, espaços para esporte, recreação.

Incluído nas ações de implementações de programas está o investimento em bibliotecas e serviço de merenda escolar, adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais, atualização e ampliação do acervo das bibliotecas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos, telefone e serviços de reprodução de textos, além de informática e equipamento multimídia para o ensino; obrigatoriedade de que as escolas atendam a todas as exigências mencionadas; assegurar que, em três anos, todas as escolas tenham formulado seus projetos pedagógicos, com observância das Diretrizes Curriculares para o ensino fundamental e dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

No entanto, percebe-se que nas escolas existem muitas dificuldades ainda a serem superadas. Ao elaborar o Projeto Político Pedagógico (PPP) procura-se seguir as orientações federais, ou seja, elaborá-lo de maneira democrática e participativa, com o envolvimento de todos os atores da unidade escolar e dos pais de alunos, bem como o respeito ao perfil local, mas na prática isso se torna difícil. Ao reunir todos os atores de uma unidade escolar surgem proposições subjetivas e por vezes cada um quer o que mais lhe convém. Quando a escola consegue descrever com objetividade o perfil da realidade local em que a unidade escolar está inserida, surge o sentimento de impotência ao se deparar com a difícil missão de resolver os problemas que a afligem e não ter autonomia para tanto. A falta de autonomia refere-se não somente à questão de gestão, mas também ao aspecto financeiro.

O PNE busca também promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de conselhos escolares ou órgãos equivalentes; integrar recursos do Poder Público destinados à política social, em ações conjuntas da União, dos Estados e dos Municípios, para garantir, entre outras metas, a Renda Mínima Associada a Ações Socioeducativas para as famílias com carência econômica comprovada; manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério de Educação; elevar de quatro para cinco o número de livros didáticos oferecidos aos alunos das quatro séries iniciais do ensino fundamental, de forma a cobrir as áreas que

compõem as Diretrizes Curriculares do ensino fundamental e os Parâmetros Curriculares Nacionais; prover de literatura, textos científicos, obras básicas de referência e livros didáticos pedagógicos de apoio ao professor as escolas de ensino fundamental; transformar progressivamente as escolas unidocentes em escolas de mais de um professor, levando em consideração as realidades e as necessidades pedagógicas e de aprendizagem dos alunos; associar as classes isoladas unidocentes remanescentes a escolas de, pelo menos, quatro séries completas; prover de transportes escolares as zonas rurais, quando necessário, com colaboração financeira da União, Estados e Municípios, de forma a garantir a escolarização dos alunos e o acesso à escola por parte do professor; articular as atuais funções de supervisão e inspeção no sistema de avaliação; prever formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos professores, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio; assegurar a elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos mediante a implantação, em todos os níveis de ensino, de um programa de monitoramento que utilize os indicadores dos sistemas Nacional de Avaliação da Educação Básica e dos sistemas de avaliação dos Estados e Municípios que venham a ser desenvolvidos.

O Plano Nacional de Educação apresenta também a intenção de estimular os municípios a proceder a um mapeamento, por meio de censo educacional, das crianças fora da escola, por bairro ou distrito de residência e/ou locais de trabalho dos pais, visando localizar a demanda e universalizar a oferta de ensino obrigatório; tratar a educação ambiental como tema transversal, desenvolvendo-a como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, em conformidade com a Lei nº 9.795/99; apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania; observar as metas estabelecidas nos capítulos referentes à educação a distância, formação de professores, educação indígena, educação especial e financiamento e gestão.

No Plano Nacional de Educação, o capítulo 4, item 10, diz respeito ao Magistério da Educação Básica, especificamente à formação dos professores e valorização do magistério. O diagnóstico apresentado é o de que a busca pela melhoria da qualidade do ensino, que é um dos objetivos centrais do plano, somente poderá ser alcançada se for promovida também a valorização do magistério. Essa valorização não se limita às condições de trabalho, salário e carreira, mas também à formação profissional inicial e à formação continuada<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> A simultaneidade dessas três condições, mais do que uma conclusão lógica, é uma lição extraída da prática. Esforços do sistema de ensino e, especificamente, das instituições formadoras em qualificar e formar professores

Observa-se, nos dois municípios investigados, a insatisfação dos professores com relação ao salário e falta de tempo para o estudo, bem como dificuldade em conseguir comunicação e comprometimento com os pais de alunos.

No propósito de buscar coerência com esse diagnóstico, o plano estabelece diretrizes e metas relativas ao seu cumprimento, quer no tocante aos espaços físicos, à infraestrutura, aos instrumentos e materiais pedagógicos e de apoio, aos meios tecnológicos, etc., quer no que diz respeito à formulação das propostas pedagógicas, à participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e nos conselhos escolares, quer, ainda, quanto à formulação dos planos de carreira e de remuneração do magistério e do pessoal administrativo e de apoio. Diante de tais diretrizes e metas, a questão de tais ações torna-se preocupante, uma vez que não são avaliadas, portanto, não apresentam índices. Comprova-se a existência de tais dificuldades. Questiona-se sobre a falta de tais mensurações estarem ou não prejudicando o sistema.

Uma atenção especial deve ser oferecida à qualificação do pessoal docente, pois se apresenta como um dos maiores desafios para o plano. O Plano Nacional de Educação sugere ao Poder Público dedicação prioritária à solução desse problema. Diz-nos que:

a implantação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação é uma condição e um meio para o avanço científico e tecnológico em nossa sociedade e, portanto, para o desenvolvimento do país, uma vez que a produção do conhecimento e a criação de novas tecnologias dependem do nível e da qualidade da formação das pessoas (BRASIL, 2008c).

Diante de tais colocações o Plano deixa clara a importância da criação dos planos estaduais e municipais em consonância com o nacional. Há a necessidade de integração quanto aos objetivos, prioridades, diretrizes e metas para se alcançar as metas estabelecidas. Diante de tantos índices a preocupação é referente à questão de entender o mecanismo de avaliação por indicadores. É possível mensurar somente parte, ou seja, fragmentos de tais metas?

---

têm se tornado pouco eficazes para promover a melhoria da qualidade do ensino por meio de formação inicial porque muitos professores se deparam com uma realidade muitas vezes desanimadora. Ano após ano, grande número de professores abandona o magistério devido aos baixos salários e às condições de trabalho nas escolas. Formar mais e melhor os profissionais do magistério é apenas uma parte da tarefa. É preciso criar condições que mantenham o entusiasmo inicial, a dedicação e a confiança nos resultados do trabalho pedagógico [...] (ver: Plano Nacional de Educação, Lei 10.172/2001, Capítulo 4, tópico 10).

Ainda referente ao relato do Plano Nacional de Educação, diz que:

a implantação e o desenvolvimento desse conjunto precisam de uma coordenação em âmbito nacional, de uma coordenação em cada Estado e no Distrito Federal e de uma coordenação na área de cada Município, exercidas pelos respectivos órgãos responsáveis pela educação (BRASIL, 2008c).

### **1.3 Os municípios como gestores do Plano Nacional de Educação (PNE): Implicações e formas de gestão**

Uma das mudanças ocorridas com as atuais políticas foi referente à educação básica no Brasil, o que atingiu diretamente os municípios. Essa educação é composta pelo Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e apresenta como objetivo principal oferecer a educação mínima necessária para que um indivíduo possa viver em sociedade, bem como progredir em estudos superiores e exercer sua cidadania. Abrange a criança de zero ano ao que antecede à faculdade, é orientada pela LDB e pelo PNE, que são regidos pela Constituição da República Federativa do Brasil e recebe suporte organizacional e pedagógico da Secretaria de Educação Básica (SEB).

Ao fazer-se o uso da palavra política em diferentes momentos, aparece um significado semelhante em todas as situações: o de política querer dizer certa maneira de lidar com as coisas, de gerenciar, de impor uma forma de funcionamento. Pode-se dizer que política é uma atividade que se relaciona com a vida pública, que se liga ao trabalho de conduzir, direcionar os destinos dos Estados, dos municípios, da população. Para tanto é necessário que pessoas sejam investidas de poder para que possam decidir sobre certos rumos. Há a necessidade de que exista nos municípios autonomia para mudanças, implementações e avaliações.

Segundo o decreto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE):

o enlace entre educação e desenvolvimento é essencial na medida em que é por meio dele que se constituem as interfaces entre a educação como um todo e as outras áreas de atuação do Estado (BRASIL, 2008c).

Não importa a abrangência do território considerado, um bairro ou um país. A relação recíproca entre educação e desenvolvimento só se fixa quando as ações do Estado são alinhadas e os nexos entre elas são fortalecidos, potencializando os efeitos mútuos desse movimento de busca de sintonia das políticas públicas entre si e do qual depende a potencialidade dos planos setoriais, inclusive o educacional, que passam, nesses termos, à condição de exigência do desenvolvimento econômico e social, garantindo-se que o todo seja maior que a soma das partes.

A LDB oferece condições para que o município atue de maneira respeitosa ao seu perfil local, adequando e normatizando as peculiaridades regionais e locais a partir do que ela oferece como base comum do currículo, bem como da carga horária e presença mínima em aula e formas de aprovação. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) avalia fluxo e proficiência, não considerando as interferências de variáveis locais que são próprias de um único lugar. Não acontece o respeito às particularidades locais e regionais, uma vez que são consideradas importantes, mas não são avaliadas.

A SEB apresenta o programa de Avaliação e Acompanhamento do Plano Nacional de Educação e dos Planos Decenais Correspondentes, que, além de se responsabilizar pela avaliação do plano, estimula estados e municípios a criarem seus planos correspondentes e os avaliarem a cada cinco anos, de acordo com a própria lei. Todas as ações e programas da SEB visam o alcance das metas do PNE.

As atuais políticas e programas da Secretaria de Educação Básica são: Compromisso e Metas Todos Pela Educação, que visa à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Para essa adesão é preciso que o prefeito de cada município assine o Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, bem como realize o diagnóstico da situação da educação no município e em seguida elabore o Plano de Ações Articuladas (PAR). A seguir inserem-se os dados do PAR no Sistema de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC).

No acompanhamento temos o Conselho Nacional de Educação (CNE), que objetiva colaborar na formação da política nacional de educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministério da Educação. As câmaras de Educação Básica e Superior são constituídas cada uma, por doze conselheiros, o Secretário de Educação Fundamental e o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, nomeados pelo Presidente. A Câmara de Educação Básica tem como atribuições analisar e emitir pareceres sobre procedimentos e resultados de processos de avaliação da Educação

Infantil, Fundamental, Média, Profissional e Especial, deliberar sobre diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação; e acompanhar a execução do PNE.

O decreto-lei completar ao plano nacional, o PDE apresenta como prioridade a educação básica de qualidade para todos, através do envolvimento de todos os brasileiros, pais, alunos, professores e gestores em busca do sucesso e permanência do aluno na escola.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é o órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pelas avaliações do mencionado sistema. Esse trabalho é feito pelo IDEB. Através dos *Indicadores Demográficos Educacionais*, que é um conjunto de doze Tabelas, que apresentam informações sobre população, Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento da Infância (IDI), taxa de analfabetismo e taxas de escolarização nos Ensino Fundamental e Médio, resultados da Prova Brasil. Diante dessa ação da política pública mencionada seria de se esperar que os municípios trabalhassem de maneira democrática e participativa junto aos seus diferentes atores, ou seja, que os diretores, coordenadores, professores, alunos e pais de alunos tomassem conhecimento e atuassem junto à pretensão de melhorias.

Ações de perfil democráticas e participativas são as esperadas para que essa prática demonstre em sua implantação e desenvolvimento resultados democráticos e descentralizadores. Nos municípios pesquisados constatam-se ações que buscam atingir essas expectativas. Existem conselhos implementados que oferecem essa oportunidade.

Em Bebedouro e Catanduva pratica-se um estatuto do Conselho Municipal de Educação (CME), participativo e democrático. Fazem parte desse Conselho membros da sociedade civil em suas diversas categorias, como representantes da área da saúde, educação, comércio, imprensa, presidentes de bairros, advogados, contadores entre outros. As reuniões são mensais e passam pelos membros todo o planejamento do departamento ou secretaria de educação local. Podemos exemplificar colocando duas questões. Antes de o município implantar um projeto de grande porte como um reforço escolar, em que há a necessidade de contratação de inúmeros professores ou a adoção de um sistema de apostilamento para a rede educacional, a idéia é apresentada para os conselheiros e passa por eleição. A soberania do conselho é capaz de deferir ou indeferir ações encaminhadas pelo secretário, responsável pela pasta da educação.

Há também outros conselhos municipais de grande influência na educação. O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) também existe nos municípios de Bebedouro e Catanduva, tendo sido criado da mesma maneira do CME.



O Conselho da Alimentação Escolar (CAE) também atua nos dois municípios e apresenta conselheiros representantes de diversas categorias da sociedade civil e membros especialistas da área, como as nutricionistas da educação municipal.

Outro que merece menção é o Conselho do FUNDEB, criado por representantes dos professores e capaz de aprovar ou não as contas utilizadas com os recursos do Fundo Nacional da Educação Básica. Sua principal atribuição é acompanhar a aplicação de, no mínimo, 60% desse recurso em remuneração do professor.

Torna-se relevante mencionar que existe a obrigatoriedade da criação desses conselhos municipais pelas instâncias superiores, ou seja, os governos estadual e federal tornam essa prática obrigatória. No entanto, cabe a cada município buscar oferecer condições realmente democráticas e participativas na criação e manutenção desses conselhos, ou seja, oportunidade de participação da sociedade como um todo e não através de acordos entre conhecidos, bem como a oportunidade de realizarem reuniões mensais com pautas e atas de cada assunto mencionado, além de oferecer a participação dos conselheiros em reuniões estaduais e até mesmo federais.

Em termos de unidade escolar essa prática também acontece através de algumas ações como a Associação de Pais e Mestres (APM), constituída por representantes de pais, professores e alunos, que acompanham as ações da escola. A elaboração do Projeto Político Pedagógico deve ser realizada através da participação de todos os atores que compõem a unidade escolar: diretor, vice-diretor, coordenador, professores, inspetores entre outros, até mesmo o aluno. Verificamos essa prática nos municípios visitados através de registros.

As leis regem que há a necessidade de os municípios realizarem suas prestações de contas através da divulgação do que foi realizado no município com a verba pública. Na educação isso acontece nos municípios visitados através da impressão de jornais e criação de fóruns municipais.

Os municípios pesquisados desenvolvem suas atividades com base nas leis federais e estaduais de educação. No entanto uma delas funciona como sendo departamento de educação e a outra como secretaria, o que oferece diferenças em termos de resoluções próprias, pois, quando secretaria, dispõe de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) próprio e adquire mais liberdade de ação local e menos compromisso com a secretaria de educação de estado; já o departamento depende de orientações e aprovações da secretaria de estado.

O município de Bebedouro compreende um departamento de educação representado pelo senhor Fabiano Botamedi. O departamento é formado por uma equipe de cinco supervisores e coordenadores pedagógicos que realizam acompanhamento e orientações nas unidades escolares. A prática de visitas *in loco* é considerada de grande importância para a equipe, uma vez que se acredita que a ótica às peculiaridades diferentes de cada lugar auxilia na busca de soluções. Acredita-se que ouvir relatos dos diretores das unidades escolares não oferece o diagnóstico preciso, mas quando a equipe visita a unidade escolar se torna mais fácil observar o que realmente acontece e, dessa maneira, oferecerem-se interferências na busca de soluções de problemas. Torna-se evidente a preocupação com a observação de cada unidade escolar, uma vez que se considera que cada uma é única, portanto, com necessidades e busca de soluções próprias. Mais uma vez reitera-se a necessidade de observar e oferecer ações específicas para cada escola, bem como a evidência de cada uma sofrer interferências próprias, ou seja, possuírem variáveis locais únicas.

O departamento compreende 34 escolas, sendo 6 de Educação Infantil, 14 de Ensino Fundamental e 14 creches. As escolas de Ensino Fundamental possuem diretores, as demais, coordenadores na função de gestores. A criança é recebida pela rede pública municipal a partir de 4 meses. Atende-se 7.600 alunos. No ano de 1998 o departamento assinou convênio com a secretaria de estado, municipalizando as escolas de ensino fundamental I, passando então a ter o número acima mencionado.

Para melhor contextualização torna-se necessária a descrição do município. A princípio, a região era local, onde tropeiros e boiadeiros usavam de pousada, num córrego conhecido como Bebedouro, pois era onde os animais saciavam sua sede. Assim o nome passou a pertencer ao povoado que surgia. São conhecidos como fundadores Joaquim José de Lima, Antônio Gonçalves Valim, Rogério Alves de Toledo, Padre Antônio Luiz dos Reis França, a família Pimenta, entre outros. A data de 3 de maio é marcada como o início desse município. Data de fundação: 3 de maio de 1884, primeiramente denominada Vila de Bebedouro e pertencendo a Jaboticabal, até a data de 11 de março de 1899, quando foi reconhecida como cidade.

O município de Bebedouro, estado de São Paulo, possui uma área de 682.511 Km<sup>2</sup>, localiza-se a uma latitude de 20 graus sul e uma longitude de 48° oeste, estando a uma altitude de 573 metros. Situa-se na região norte do estado de São Paulo. Economicamente, o município vivia da lavoura do café. Após a crise de 1930, a laranja substituiu o café, chegando a ser o maior produtor mundial de laranja. Atualmente produz também cana-de-açúcar em grande escala.

Bebedouro possui atualmente um dos mais altos índices de IDH do país, apresentando também uma alta renda per capita (R\$ 39.112 em 2007, segundo o IBGE). Isto é, devido principalmente, a seu parque industrial, no qual se destacam indústrias de suco de laranja, de óleos vegetais, de fertilizantes, carrocerias e confecções. Bebedouro possui 1.596 empresas, 126 Indústrias, 1.144 no comércio, 16 Agências Bancárias e 10 Empresas de Hospedagem. Bebedouro é privilegiado por sua localização estratégica e com uma estrutura desenvolvida.

A densidade demográfica é de 109,62 de habitantes por quilômetro quadrado; apresenta a taxa de 10,35 de mortalidade infantil por mil habitantes de crianças até um ano, a expectativa de vida é de 74,48 anos; a taxa de alfabetização é de 92,37% e o índice de desenvolvimento humano é de 0,819, sendo: IDH-M renda de 0,746, o IDH-M Longevidade de 0,825 e o IDH-M educação de 0,887.

Especificando, na área da educação, quem responde pelo departamento é o senhor Fabiano Botamedi, que relata as atribuições e funções que remetem a pasta. Esse departamento é um órgão que tem por objetivo assistir e assessorar o Prefeito Municipal na fixação de políticas, programas, planos, projetos, diretrizes e metas referentes ao Sistema Municipal de Educação, competindo-lhe:

- Planejar e Coordenar a execução de Políticas de Educação do Município, em consonância com as normas e critérios dos Planos Nacional e Estadual de Educação;
- Supervisionar, Coordenar e Controlar os órgãos que lhe são subordinados;
- Atuar em conjunto com as Comissões e Conselhos Municipais específicos de sua área de atuação, no desenvolvimento de ações ligadas à sua pasta, convocando reuniões quando necessário, tendo em vista o entrosamento entre a Administração Municipal e a Comunidade;
- Determinar normas e procedimentos da Área de Educação Municipal em consonância com as Leis e Diretrizes da âmbito Federal e Estadual, inclusive com o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Supervisionar, Coordenar e Controlar a execução de programas complementares à Educação, como a Alimentação Escolar, Transporte Escolar, Equipamentos e Material Didático-Pedagógico, Assistência à Saúde Física, Mental e Emocional dos educandos, bem como atender às especificidades dos portadores de necessidades educacionais especiais;

- Promover a administração, o controle, a atualização e o aperfeiçoamento, através de sistema de formação continuada, bem como a avaliação do pessoal da Rede de Educação Municipal sob a sua responsabilidade, em consonância com a política de Administração de Recursos Humanos do Município;
- Criar mecanismos que assegurem a plena liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a cultura, a arte e o saber, em condições de igualdade e sem distinção de qualquer espécie;
- Manter a Educação Infantil de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e o Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano destinados à formação da criança e do adolescente, variando em conteúdos e métodos, segundo as fases de desenvolvimento dos alunos;
- Manter a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos anos iniciais do Ensino Fundamental, destinada a suprir a escolaridade regular para adolescentes e adultos que não a tenham concluído na idade própria;
- Estimular cursos de formação e aperfeiçoamento profissional destinados a capacitar a população economicamente ativa no município, de baixa qualificação profissional, para melhores oportunidades de emprego, através da Escola Técnica Estadual – Centro Paula Souza, que é uma parceria Estado/Município;
- Manter entidades que congreguem professores e pais de alunos com o objetivo de colaborar para o eficiente funcionamento dos estabelecimentos de ensino, através das APMs e dos Conselhos de Escola;
- Fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar a frequência dos alunos;
- Prestar atendimento adequado aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Outro município pesquisado, Catanduva, possui secretaria municipal de educação, tendo como responsável a senhora Tânia Bottós. A secretaria é organizada por quatro departamentos, sendo eles o departamento de recursos humanos, o de patrimônio, o de assistência ao educando e o pedagógico. O departamento de recursos humanos atende contratações, exonerações, férias, enfim, à vida profissional dos profissionais da educação. O departamento de patrimônio cuida do registro e manutenção de qualquer bem permanente, ou seja, dos prédios, armários, carteiras, cadeiras etc. que necessitam de um número de registro para provar o pertencimento ao patrimônio público. O departamento de assistência ao educando pratica compras de tudo relacionado à necessidade do aluno, bem como a

manutenção da qualidade de ensino que exige produto, ou seja, computadores, livros, transporte, merenda entre outros. Já o pedagógico oferece assistência aos diretores, vice-diretores, coordenadores, professores e alunos na questão do processo de ensino e aprendizagem, através do estabelecimento de processos de avaliações, reuniões de estudo, oferta de reforço, elaboração de eventos e comemorações, etc.

No total de 30 escolas, sendo 14 de educação infantil, 16 de ensino fundamental, Catanduva procura desenvolver um trabalho com diretrizes únicas através da contratação de um apostilamento por uma empresa privada (Positivo), oferecendo um mesmo material pedagógico a todas as crianças, independente da unidade escolar que freqüente ou do professor que responde por sua classe. O objetivo é oferecer o mesmo a todos. No ano de 2006 a secretaria acertou um convênio com a secretaria de educação de estado para a municipalização do Ensino Fundamental I. Isso fez com que as escolas de ensino fundamental I passassem a fazer parte do sistema educacional municipal, bem como os professores e os alunos.

A secretaria atende 11.071 distribuídos em 6.854 alunos do Ensino Fundamental, 3.584 alunos da educação Infantil, 586 alunos da Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA), 31 alunos especiais e 16 da sala de recurso (deficiência de aprendizagem).

A Secretaria Municipal de Educação de Catanduva denomina-se como sendo um órgão que tem por objetivo assistir e assessorar o Prefeito na fixação de políticas, programas, planos, projetos, diretrizes e metas referentes ao Sistema de Educação Municipal, competindo-lhe:

- Planejar e coordenar a execução de políticas de educação do Município em consonância com as normas e critérios dos planos nacional e estadual de educação;
- Supervisionar, coordenar e controlar os órgãos que lhe estão subordinados;
- Atuar, em conjunto com as comissões e conselhos municipais específicos de sua área de atuação, no desenvolvimento de ações ligadas à sua pasta, convocando reuniões quando necessário, tendo em vista o entrosamento entre a Administração Municipal e a comunidade;
- Determinar normas e procedimentos da área de educação municipal em consonância com as leis e diretrizes de âmbito federal e estadual, inclusive com o Estatuto da Criança e o Adolescente;

- Supervisionar, coordenar e controlar a execução de programas complementares à educação, como a alimentação escolar, transporte escolar, equipamentos e material didático-pedagógico, assistência à saúde física, mental e emocional dos educandos;
- Promover a administração, o controle, a atualização, a reciclagem e o aperfeiçoamento, bem como a avaliação do pessoal da Rede de Educação Municipal sob sua responsabilidade, em consonância com a Política de Administração de Recursos Humanos do Município;
- Criar mecanismos que assegurem a plena liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a cultura, a arte e o saber, em condições de igualdade e sem distinção de qualquer espécie.

Catanduva significa terra ruim. A história diz que os fundadores foram o senhor Antônio Maximiano Rodrigues, Joaquim Figueiredo e Domingos Borges da Costa. A lei de nº 1564 elevou a estado de município e instituiu o dia 14 de abril de 1918 como a data de aniversário da cidade.

Possui uma área de 292, 24 Km<sup>2</sup>, latitude de 21 graus Sul, longitude de 48 graus Oeste e altitude de 503 metros. O IDH é de 0,833. O clima de Catanduva é de um inverno seco e ameno; a temperatura média do mês mais frio é de 17 graus C, a temperatura média anual é de 25 graus.

Em sua economia destaca-se por ser considerada a capital nacional dos ventiladores. As fábricas da cidade são responsáveis por cerca de 90% da produção nacional de ventiladores e empregam 60% da mão-de-obra ocupada na indústria no município. Em quatro grandes indústrias de ventiladores, trabalham 2,8 mil metalúrgicos. Em 2006, a cidade colocou no mercado 2,5 milhões de ventiladores de parede e de teto. Catanduva apresenta características de pólo microrregional, com comércio, setor de serviços e indústria, que tentam responder às demandas de consumo da região. A agricultura é um dos pilares da economia do município. Catanduva encontra-se situada, na quarta maior região sucroalcooleira do Estado, produzindo cerca de 22 milhões de toneladas de cana, 35 milhões de sacas de 50 kg de açúcar e 903 milhões de litros de álcool anidro e hidratado (Fonte: Apac). Essa cultura predomina, sendo seguida pela produção de laranjas e por outras culturas, destacando-se o limão tahiti.

São fontes culturais em Catanduva a Estação Cultura, o Museu Padre Albino, a Biblioteca Municipal "Embaixador Macedo Soares" (48 mil volumes com 21mil títulos diferentes e acervo via internet), o Museu da Imagem e do Som (MIS), o Museu Histórico "Governador Pedro de Toledo", o Centro de Criação Artística e Popular "Antonio Figueiredo Malheiros" (Casa do Artesão), o Museu da Cachaça no Engenho Santo Mário, o Sítio da Uva,

o Espaço Cultural "Professor Luis Carlos Rocha", dentre outros. Também há o Cine República, o Cine Bandeirantes e o Teatro Municipal "Aniz Pachá".

No esporte a cidade destaca-se como a campeã nacional do basquete. Também possui o time de futebol Grêmio Esportivo Catanduvense, que joga na terceira divisão.

## **CAPÍTULO II: O Processo Avaliatório do Plano Nacional de Educação (PNE): uma análise crítica e uma proposta de indicadores locais**

### **2.1 Processo institucional do sistema avaliatório no Brasil**

A busca por um plano que oferecesse diretrizes para toda a nação era esperada e sua conquista foi aclamada, na intenção de que alcançasse patamares de igualdade e eficiência educacionais para toda a nação. O Plano Nacional de Educação foi criado com a intenção de ser um plano decenal, aprovado pelo congresso federal, como consta na Lei 10.172, artigo 2º. Os artigos que seguem aprovam que o mesmo deverá ser avaliado pela União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade civil, bem como ser acompanhado pelo Poder Legislativo, por intermédio das Comissões de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados e da Comissão de Educação do Senado Federal. Coube à União instituir um Sistema Nacional de Avaliação e estabelecer os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes no plano. O plano é uma conquista de todos e para todos os brasileiros, oferece metas para serem atingidas de maneira igualitária, sem preconceitos de raça, cor, idade, estado civil, cultural ou econômico. É, portanto, uma ação de todos os brasileiros, propondo envolver diferentes atores em diferentes locais, com especificidades próprias.

Considerando que é um plano de todos os brasileiros, pois também todos serão beneficiados, observa-se a necessidade de uma avaliação. O artigo 6º estabelece que cabe aos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios empenharem-se na divulgação do Plano Nacional de Educação e na progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e possa acompanhar sua implementação.

Nos objetivos do plano é possível destacar: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública, e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.



A mencionada lei considera os limites dos recursos financeiros, bem como a capacidade para responder ao desafio de se oferecer uma educação compatível, na extensão e na qualidade, à dos países desenvolvidos. Para isso é preciso ser construída constante e progressivamente, portanto, considera algumas prioridades, segundo o dever constitucional e as necessidades sociais, como a garantia de ensino fundamental obrigatório às crianças de 7 a 14 anos desde o ingresso na escola, sua permanência e a conclusão deste ensino.

O processo pedagógico deve ser adequado às necessidades dos alunos e corresponder a um ensino socialmente significativo. Especificamente essa prioridade valoriza uma adequação pedagógica às necessidades do aluno. Pode-se assim detectar uma preocupação com o educando quanto ao seu perfil específico e a garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou não o concluíram. Nessa prioridade está a busca pela erradicação do analfabetismo, que considera a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e como parte intrínseca desse nível de ensino.

Esse processo também considera a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres. Como terceira prioridade, visa à ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino, ou seja, além do ensino fundamental obrigatório para crianças de 7 a 14 anos, o ensino médio e a educação técnica e superior. Incluída nessa prioridade encontra-se a garantia de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica, que possa conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, integrada às diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

Aparece como prioridade nesse plano a valorização dos profissionais da educação, bem como uma atenção especial à formação inicial e continuada dos professores, garantia de condições adequadas de trabalho. Como quinta e última prioridade aparece a importância no desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive a educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento do processo de coleta e difusão dos dados.

Pode-se, portanto, entender que esse plano define as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação; as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino e as diretrizes e metas para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação, nos próximos dez anos, bem como ocasiona a implementação de um sistema nacional de avaliação que possa avaliar essas perspectivas.

No Capítulo I da lei mencionada, em “objetivos e prioridades”, torna-se claro que o Plano Nacional de Educação, trata de metas educacionais gerais para o conjunto da

Nação, portanto, “será preciso, como desdobramento, adequação às especificidades locais e definição de estratégias adequadas, a cada circunstância, elaboração de planos estaduais e municipais” (BRASIL, 2008c).

Para melhor interpretação e encaminhamento, esta lei apresenta um diagnóstico, diretrizes, objetivos e metas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, acrescentando ainda o aspecto de financiamento e gestão para a Educação Superior. Esclarece as modalidades de ensino no Brasil, iniciando pela educação de jovens e adultos, educação a distância e tecnologias educacionais, educação tecnológica e formação profissional, educação especial e indígena, magistério da educação básica, formação dos professores e valorização do magistério, seguida da questão financiamento e gestão. Encerra com a questão de acompanhamento e avaliação do Plano Nacional de Educação.

O PNE ficou consagrado como sendo as diretrizes pelas quais o Brasil ansiava e de que precisava para nortear a questão educacional; no entanto, a prática mostrou a dificuldade que envolvia o tema. Como já mencionado, ele recebeu uma complementaridade através do Plano de Desenvolvimento da Educação Básica (PDE) - decreto lei, que, através de mais de quarenta programas, veio para colocar em prática os objetivos do plano.

Ainda recentemente, no encontro estadual da UNDIME, a cobrança por parte dos dirigentes municipais de educação do estado de São Paulo era referente à falta de um currículo nacional que pudesse oferecer as mesmas matérias (disciplinas) e os mesmos conteúdos para toda a nação. Muito se falou sobre as vantagens acadêmicas de Cuba, bem como sobre a Conferência Nacional de Educação (CONAE) que, no mês de março/2010 aconteceu em Brasília<sup>12</sup>.

O resultado auferido pela coleta de dados com os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem dos municípios de Catanduva e Bebedouro destaca a preocupação com a contradição entre existir, de um lado, uma legislação que pratica uma postura descentralizadora, como a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que orienta uma prática com adequações locais e regionais para melhor atender o aluno e assim favorecer seu aprendizado de maneira significativa, ou seja, envolvendo assuntos de sua realidade local; por outro lado, uma preocupação em serem avaliados de maneira única, sem considerar a importância em ter uma prática pedagógica que considere os aspectos locais, ou seja, o índice é o resultado de uma prova idêntica aplicada a todos os

---

<sup>12</sup> O objetivo do CONAE é elaborar o novo Plano Nacional de Educação.

alunos de uma mesma série em todo o país, em que se consideram somente duas disciplinas e o resultado de fluxo e retenção dos alunos.

Acreditam serem vítimas do IDEB, que oferece uma nota para rotular a unidade escolar, conseqüentemente o município, sem avaliar o perfil local, as dificuldades e sucessos próprios de uma única localidade. Um dos exemplos apresentados foi o caso de alunos filhos de trabalhadores da cana-de-açúcar que realizam suas matrículas geralmente no mês de março e voltam para seu estado em novembro; dessa maneira não acompanham um ano letivo, mas causam à escola uma defasagem na questão de fluxo e, por vezes, em retenção.

## **2.2 Análises dos processos avaliatórios no Brasil: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**

Verifica-se, no capítulo 6 da lei do Plano Nacional de Educação, a importância em haver acompanhamento e avaliação do plano, bem como de todas as diretrizes que o acompanham, considerando a sua importância e complexidade. Apresenta-se a necessidade de prever mecanismos de acompanhamento e avaliação que lhe dêem segurança no prosseguimento das ações ao longo do tempo e nas diversas circunstâncias em que se desenvolverá. Consta-se também a necessidade de adaptações e medidas corretivas conforme a realidade for mudando ou assim que novas exigências forem aparecendo.

Três documentos importantes precisam estar sempre em consonância: os planos nacional, estadual e municipal, devendo compor um conjunto integrado e articulado quanto aos objetivos, prioridades, diretrizes e metas. Caberá à União, através do Ministério da educação o papel de indutor e cooperador técnico e financeiro, na intenção de correção ante as diferenças regionais. Em parceria com o ministério, a lei coloca a importância do desempenho do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), bem como a participação de entidades da comunidade educacional, dos trabalhadores da educação, dos estudantes e dos pais, todos reunidos nas suas entidades representativas.

A lei registra que a avaliação do Plano Nacional de Educação deve valer-se também dos dados e análises quantitativas e qualitativas fornecidos pelo sistema de avaliação operado pelo Ministério da Educação, nos diferentes níveis, como o Sistema de Avaliação do

Ensino Básico (SAEB); do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); do Sistema de Avaliação do Ensino Superior (Comissão de Especialistas, Exame Nacional de Cursos, Comissão de Autorização e Reconhecimento), avaliação conduzida pela Fundação/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Existe clara no texto da lei a preocupação de que o plano seja acolhido como Plano de Estado e não como Plano de Governo, para que seja assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Essa complexidade de esforços busca atingir o âmbito em que a educação produza grande mudança, no panorama do desenvolvimento, da inclusão social, da produção científica e tecnológica e da cidadania do povo brasileiro. Acredita-se que a avaliação encontra-se embutida na complexidade de se atingir sucesso. No que se refere ao conceito de avaliação, o Ministério da Educação criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>13</sup>.

O IDEB surgiu em 2007, na intenção de se estabelecerem padrões e critérios de monitoramento do sistema de ensino no Brasil, ou seja, de mensurar a qualidade da educação buscando um entendimento entre os estabelecimentos de ensino numa escala que vai de zero a dez. É baseado em exemplos bem sucedidos, que demonstram a importância do uso de indicadores para monitoramentos e mediação dos programas em relação às metas e resultados fixados. Fez uso dos resultados da Prova Brasil e SAEB de 2005 para iniciar o estabelecimento de índices e de metas para 2007, e assim continuamente em anos ímpares, até 2021.

O IDEB, na função de indicador de qualidade educacional combina informações de desempenho em exames padronizados – Prova Brasil e SAEB – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do ensino fundamental e 3<sup>o</sup> ano do ensino médio) com informações sobre rendimento escolar (aprovação). As metas do IDEB foram calculadas pelo INEP no programa de metas fixadas pelo Compromisso Todos Pela Educação, que é um dos eixos do Plano de Desenvolvimento da Educação, que trata da educação básica. A lógica é a de que o Brasil chegue à média 6,0 no ano de 2021, período estipulado que tem como base a simbologia do bicentenário da independência brasileira em 2022. Cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos e com esforço maior

---

<sup>13</sup> Na última década aconteceram as grandes mudanças educacionais por interferências de políticas públicas. Em 1996, o Brasil recebeu a nova Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB); por conseguinte, em 2001 o Brasil finalmente recebe o seu Plano Nacional de Educação (PNE), por uma lei federal, que vem seguido de um decreto lei para sua complementaridade, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), acompanhado do Compromisso e Metas Todos pela Educação, que é um de seus eixos. Todas essas mencionadas políticas objetivam atender à educação básica.

daqueles que partem em pior situação, com um objetivo implícito de redução da desigualdade educacional.

A função dos indicadores é demonstrar a mensuração de cada instituição de ensino, cidade, estado, estabelecendo assim um indicador nacional, para então traçar metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022. Os primeiros dados foram apresentados após a medição de 2005; portanto, para 2007, as primeiras metas foram efetivamente apresentadas.

A Prova Brasil e SAEB são testes padronizados de Língua Portuguesa e Matemática e questionários socioeconômicos em que o aluno é submetido a fornecer informações que podem diagnosticar o seu nível de proficiência, isso tudo com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino brasileiro. As médias de desempenho dessas avaliações subsidiam o cálculo do IDEB.

A sua média é, portanto, calculada pelos índices de aprovação obtidos pelo Censo Escolar e pelo desempenho demonstrado pelo aluno através da Prova Brasil (para IDEB de escolas e municípios) e do SAEB (no caso do IDEBs dos estados e nacional). A fórmula de seu cálculo é:  $N_{ji} P_{ji} = IDEB_{ji}$ ; em que  $i$  = ano do exame (Prova Brasil e SAEB) e do Censo Escolar;  $N_{ji}$  + média de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade  $j$ , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;  $P_{ji}$  = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade  $j$ <sup>14</sup>.

Percebe-se que a intenção maior é a de fomentar todos os sujeitos envolvidos na educação brasileira, ou até mesmo uma ampliação de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que demonstra em seus resultados o que, na educação, é considerado a essência, ou seja, promover a permanência do aluno na escola com eficiência de aprendizagem. Essa ótica torna-se visível quando o IDEB aparece como sendo o condutor de uma política pública em prol da qualidade de ensino, uma vez que comprova que, se um sistema de ensino reprovar o aluno para obter o resultado de melhor qualidade no SAEB ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria no sistema, e apressar a aprovação do aluno sem preparo, o resultado da avaliação indicará igualmente a necessidade dessa melhoria.

As metas do IDEB servem como um caminho em busca da qualidade de ensino comparada aos índices dos países desenvolvidos que participam da Organização para a

---

<sup>14</sup> Ver legislação: (1) Portaria nº 47, de 3 de maio de 2007 – Estabelece sistemática para a realização da Prova Brasil 2007. (2) Portaria nº 89, de 25 de maio de 2005 – Estabelece sistemática para a realização do SAEB 2005.

Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), são não somente apresentadas bianualmente, mas também diferenciadas e únicas para cada escola, município, região e estado.

A base metodológica da Prova Brasil e SAEB é a mesma; ambas avaliam Língua Portuguesa e Matemática. A diferença está na população de estudantes nas quais são aplicadas e, obviamente, nos resultados que cada uma oferece, além de permitir que os resultados sejam acompanhados ao longo dos anos, ou seja, a prova Brasil avalia os alunos dos quartos e oitavos anos e o SAEB, os alunos do Ensino Médio.

A questão de fluxo envolve o número de aprovação, retenção e evasão escolar através do censo escolar, no programa Educa Censo do PDE. O censo acontece todo começo de ano em que as escolas devem atualizar os dados informados no ano anterior referentes às escolas, turmas, alunos, docentes.

No caso do cadastro da escola, a unidade escolar deve dizer se atende à educação especial de maneira exclusiva, parcial, ou se não atende; recursos humanos: informar o total de funcionários da escola; cadastro das turmas: número de turmas e alunos por sala; cadastro de alunos: aluno com deficiência, transtorno global, altas habilidades; situação do aluno: aluno que frequentou o ano todo, se transferido, evadido, aprovado ou reprovado<sup>15</sup>.

Esses dados são de responsabilidade da escola que deve fornecê-los ao MEC<sup>16</sup>. O preenchimento correto dos dados é fundamental para o cálculo das estatísticas básicas de educação, para o acompanhamento das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e para o cálculo do IDEB. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos (EJA). O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar.

Após o cadastro do censo de 2008 em 2009, o MEC divulga os resultados que são conferidos pelos municípios e, em casos de erros, as devidas correções são realizadas. Referentes ao ano mencionado, os erros foram apresentados pelo ministério através de um relatório dos dados informados no Módulo “Situação do Aluno” e sua implicação no resultado

---

<sup>15</sup> O cadastro de alunos é o utilizado pelo IDEB.

<sup>16</sup> O endereço do cadastro deve ser pelo site [www.educacenso.inep.gov.br](http://www.educacenso.inep.gov.br). As escolas pesquisadas realizaram esse cadastro no período de 02/02 a 15/03 de 2009, referente ao ano de 2008.

do IDEB, no site do MEC/Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no mês de abril de 2010. O relatório justifica que, devido aos erros de informação prestados por algumas escolas e sistemas de ensino, considerou necessária a reabertura do banco de dados do Módulo “Situação do Aluno”, para que se efetuem as correções. Dos 27 estados da Federação, apenas 12<sup>17</sup> apontaram a necessidade de correção de informações nos dados de rendimento e movimento dos alunos. Em um total de 198 mil escolas que preencheram a base de dados, 1.853 realizaram correções.

Após essas correções, em 01/08/2008, três situações sofreram alterações nos valores estaduais no novo cálculo do IDEB: Pernambuco, anos finais e São Paulo, anos iniciais e ensino médio.<sup>18</sup>

Com relação aos municípios foram realizadas 262 correções; dentre esses 26 municípios tiveram seu IDEB afetado. Os municípios Conceição do Araguaia, no Pará, Quixeramobim, no Ceará, Garanhuns, em Pernambuco, Gongogi, na Bahia, Bilac, em São Paulo e Major Vieira em Santa Catarina tiveram seu IDEB diminuído. Em 20 municípios o IDEB aumentou e nos demais 236 não houve alteração.

A Prova Brasil também recebeu nesse mesmo período solicitações de correções, sendo 1 correção no Pará, 15 em Pernambuco, 1 Rio de Janeiro, 3 em Minas Gerais, 1 em Goiás, 6 na Bahia, 1 no Rio Grande do Sul.

Considerando os dados acima percebe-se a evidente presença de possíveis erros na nota do IDEB, comprovada pelo fato de acontecerem erros de registro no sistema de base dos alunos no Censo Escolar. Fator esse que não tem direta relação com o processo de aprendizagem, mas que causa interferência direta.

Dessa maneira os sistemas municipais, estaduais e federal de ensino precisam atingir as metas propostas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), que foi o responsável pela elaboração desse indicador. Fixaram a média 6,0 (seis) para o país chegar até 2022, considerando que, em 2005, a média foi 3,8; em 2007, 4,2 e essa fixação foi baseada na média alcançada pelos países da OCDE.

Segundo Fernandes (2007, p.6), o IDEB combina a utilização de dois indicadores: indicadores de fluxo, que correspondem à promoção, retenção e evasão, e o outro, que é o de pontuações em exames padronizados por estudantes ao final de determinada etapa do sistema de ensino (4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do ensino fundamental e 3<sup>o</sup> do ensino médio),

---

<sup>17</sup> Os 12 estados são: São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco, Pará, Piauí, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Tocantins, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

<sup>18</sup> Nesse quantitativo de escolas não está incluído o total de escolas alteradas no município de São Paulo (capital), devido à regra utilizada que foi explicitada na primeira nota.

existindo uma complementaridade entre eles. Não existe uma análise avaliativa que considere possíveis interferências locais, mesmo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) reja que um dos seus principais objetivos é oferecer aos municípios condições para que atuem de maneira a respeitar o perfil local.

A Prova Brasil oferece resultados de cada escola participante, das redes nos âmbitos dos municípios, dos estados, das regiões e do Brasil. Avalia os alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental da rede pública e urbana de ensino. Já o SAEB é uma avaliação por amostragem, ou seja, nem todos os estudantes e turmas das séries avaliadas participam da prova. Não é oferecido um resultado por escola e por município, pois a amostra por sorteio é feita de maneira a demonstrar uma representatividade das redes estadual, municipal e particular no âmbito do país, das regiões e dos estados.

Para a realização dessa complexa ação as secretarias de educação representam um importante papel, pois servem de elo entre o INEP/MEC e todas as escolas avaliadas.

Ao criar um deslocamento para uma ótica mais próxima a cada um dos indicadores, é perceptível a questão do fluxo de alunos no estabelecimento de ensino. Essa questão não carrega a preocupação de acesso à escola, pois quase toda a totalidade das crianças brasileiras está matriculada no ensino obrigatório. A preocupação consiste, portanto, em três variáveis de maior destaque: a elevada taxa de repetência, a evasão escolar e a baixa proficiência obtida por nossos estudantes.

Após o IDEB apresentar sua análise e oferecer as metas a serem alcançadas, inicia-se, portanto, a busca de cada escola e rede para atingir os objetivos estabelecidos. Na busca pelo sucesso, que se espera ser desejo de todos os brasileiros, o MEC oferece apoio técnico e/ou financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino. Outra preocupação é a de que cada município e cada escola apresentem uma realidade única, com variáveis locais que influenciem no resultado, o que afeta também nas metas a serem atingidas, pois essas mesmas metas sofrem interferências locais. Com relação ao suporte financeiro, o presente estudo não pretende analisar resultados. Esse aporte técnico ou financeiro se dá por meio da adesão do município ao Compromisso e Metas Todos pela Educação, que é um termo voluntário de adesão do prefeito e, na presente data, todos os 5.565 municípios brasileiros aderiram ao compromisso, o de elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR).

Atualmente nenhum município brasileiro está fora do programa, todos estão envolvidos em busca de metas a serem atingidas e de indicadores a serviço de avaliação. Souza (2006) conceitua os indicadores como sendo medidas cujos valores fornecem uma



indicação incompleta, mas útil sobre um fenômeno que se busca apreciar. A autora nos sugere, portanto, que na busca de compreensão de uma situação complexa sejam utilizados diversos indicadores, que podem ser de natureza quantitativa ou qualitativa. Espera-se que essa possibilidade venha à tona e novos indicadores sejam construídos garantindo maior eficiência avaliativa e de resultados. Vale lembrar que o IDEB avalia fluxo (aprovação, retenção e evasão) e proficiência em Língua Português e Matemática.

O IDEB apresenta as condições de ensino no Brasil e a fixação de uma média nacional é considerada, levando em conta o resultado obtido pelos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nos municípios em que se realizou a pesquisa, o IDEB referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental é o que se apresenta nos **Quadros 1 e 2**:

<b>IDEB</b>	<b>Resultado obtido (IDEB observado) 2005</b>	<b>Meta 2007</b>	<b>Resultado obtido (IDEB observado) 2007</b>	<b>Meta 2009</b>
Brasil	3,8	3,9	4,2	Não apresentado
Bebedouro	4,9	4,9	4,9	5,3
Catanduva	3,9	3,9	5,1	4,3

**QUADRO 1:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica conforme amostragem de pesquisa

*Fonte:* Elaboração do pesquisador, 2008.

Município	Escola	Resultado obtido (IDEB observado) 2005	Meta 2007	Resultado obtido (IDEB observado) 2007	Meta 2009
Bebedouro	EME Básica Coronel Conrado Caldeira	5,8	5,8	5,8	6,1
Bebedouro	EMEF Yolanda Carolina Giglio Villela	Não apresentado	Não apresentado	4,5	4,9
Catanduva	EMEF Octacílio de Oliveira Ramos	Não apresentado	Não apresentado	6,2	6,5
Catanduva	EMEF Nelson Macedo Musa	3,1	3,2	3,8	3,5

**QUADRO 2:** Quadro de Unidades Escolares utilizadas na pesquisa de campo  
*Fonte:* Elaboração do pesquisador, 2008.

Ao receber seu índice, a unidade escolar precisa mobilizar-se para alcançar a meta estabelecida para a próxima avaliação. As escolas que se encontram abaixo da média prevista em seu município são consideradas prioritárias. Essa classificação como prioritária representa que existe a necessidade de alcançar a nova meta em ritmo mais acelerado do que a escola que atingiu a meta; para tanto, são oferecidos beneficiamentos, ou seja, a escola prioritária recebe mais benefícios dos governos municipal, estadual e federal, como, por exemplo, investimento para adequação de prédio para acessibilidade (construção de rampas e banheiros para cadeirantes – alunos que necessitam do uso da cadeira de rodas), recurso financeiro do governo federal, como o PDE Escola, entre outros.

O presente estudo escolheu duas unidades escolares considerando uma que fosse de bairro centralizado e outra de bairro de periferia, em um mesmo município. Pode-se observar que uma escola de cada um dos municípios pesquisados não realizou a Prova Brasil em 2005 e assim não obteve média para ser alcançada em 2007; no entanto, em 2007, todas participaram e assim obtiveram uma média para ser alcançada em 2009.

Uma contradição do IDEB que causa interrogação é com relação a uma unidade escolar receber uma meta menor que a sua nota atingida. Na escola Coronel Conrado Caldeira em Bebedouro, a meta de 2007 (5,8) foi igual à nota de 2005 (5,8), portanto, deduz-se que não era preciso ter melhoras. Outra contradição é observada na escola Nelson de Macedo Musa, em Catanduva, que atingiu 3,8 de nota em 2007 e recebeu uma meta menor para 2009, de 3,5. Como será que o MEC espera melhora nessa escola? Entende-se que a

última nota (ano de 2007) pode ser reduzida para 3,5, que é a meta para 2009. Essa incoerência incomoda os próprios atores envolvidos no processo escolar.

Dessa maneira o processo avaliatório do IDEB prosseguirá, ou seja, em todos os anos ímpares, a prova Brasil será aplicada e uma nova meta será estabelecida para o ano ímpar seguinte. A meta estabelecida leva em consideração o alcance da unidade escolar na última avaliação e o número que essa escola precisa atingir para chegar em 2021 com a média estabelecida para o país: média 6,0 (seis). Portanto, certas unidades escolares chegarão mais rapidamente a suas médias estabelecidas (metas) e outras precisarão de mais tempo. O grande desafio é que todas as unidades escolares do Brasil possam atingir a média 6,0 (seis) até 2021. O grande desafio dessa pesquisa é oferecer dados que comprovem a existência direta de variáveis locais associadas ao resultado da nota.

### **2.3 Proposta de indicadores de controle e impacto da eficácia de gestão para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano): indicadores de diagnósticos locais**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394/96, estabelece em seu Título I, artigo 1º, que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A seguir propõe que a educação escolar é a que se desenvolve por meio de ensino e nas instituições próprias. Esse tipo de educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, portanto entende-se que a educação escolar tem o dever de apresentar vínculos com a realidade, ou seja, com o mundo do trabalho e da prática social.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram criados após a LDB na intenção de se constituírem como um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental, bem como orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, colocando a escola como um espaço de formação e informação, em que os conteúdos programáticos, ou seja, a matéria a ser trabalhada deve fazer uma inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e em um universo social maior. Essa mesma escola deve ter uma perspectiva de construção de cidadania, “precisa

assumir a valorização cultural de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites” (BRASIL, 2001 p.46). A proposta é trabalhar uma postura contextualizadora e não de conteúdos fragmentados e desarticulados da realidade do aluno.

Na intenção de oferecer parâmetros educacionais para servir de suporte à LDB, foram criados os PCNs. São referenciais para a renovação e reelaboração da proposta curricular, buscando reforçar a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da co-responsabilidade de todos os educadores. Os parâmetros apresentam:

na medida em que o princípio de equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional, tendo em vista a garantia de uma formação de qualidade para todos, o que se apresenta é a necessidade de um referencial comum para a formação escolar no Brasil, capaz de indicar aquilo que deve ser garantido a todos, numa realidade com características tão diferenciadas, sem promover uma uniformização que descaracterize e desvalorize peculiaridades culturais e regionais (BRASIL, 2001 p. 36).

A lei coloca o estudo sobre a importância de garantir as características diferenciadas, sem descaracterizar ou desvalorizar as peculiaridades culturais e regionais. Entende-se nessa leitura a importância em considerar as interferências locais, ou seja, as variáveis locais que oferecem interferências na rotina do processo de ensino e aprendizagem. No entanto, o que se comprova é que essas interferências são cobradas, ou seja, é necessário não descaracterizar, nem mesmo desvalorizar peculiaridades culturais e regionais. No entanto, o IDEB avalia somente fluxo e proficiência em Língua Portuguesa e Matemática. Não existe por parte dessa avaliação, que atribui uma nota e estabelece uma média para ser alcançada, a preocupação em avaliar a realidade local, os problemas específicos e únicos de uma unidade escolar ou de um município. É como se toda a população, todos os municípios, todas as unidades escolares e todos os atores envolvidos nesse processo (inclusive o aluno) fossem iguais e sofressem uma mesma interferência no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Bureth e Llrena (1992), é preciso identificar os fatores locais que mobilizam ou não os ‘sujeitos’ para que esses possam ter maior ou menor capacidade de aproveitamento em diferentes ambientes na viabilização de atividades, no caso, a implantação de determinadas ações para se atingir as metas estabelecidas. Esse sistema é conceituado pelos mencionados autores de Sistema Local de Inovação (SLI).

Na construção do quadro três pela autora, foi feita a relação em cada um dos itens da cartilha do Ministério da Educação: Guia Prático de ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e da cartilha do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação: Instrumento de campo, também do Ministério da Educação que orienta cada município a elaborar o Plano de Ações Articuladas (PAR). Essas leituras serviram de embasamento para verificar que o município deve observar, investir e transformar um número enorme de variáveis que interferem no cotidiano do processo de ensino e aprendizagem de cada uma de suas escolas. A coleta de informações em campo para os diversos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem seguirá esse embasamento teórico, não havendo nenhuma questão que fuja exatamente daquilo que a política pública analisada orienta, ou seja, o Plano Nacional de Educação. Portanto, se a lei menciona a importância de se considerar interferências locais, as quais o estudo chama de variáveis locais, pretende-se provar que essas interferências existem e que deveriam ser avaliadas e mensuradas.

O quadro abaixo foi criado na intenção de mostrar que, dentre as diretrizes da própria lei do PNE, existe a orientação de se considerar a realidade local única e específica de uma determinada localidade. Esse quadro oferece uma ótica dessa construção com o questionário para os atores envolvidos no processo de gestão. O questionário encontra-se no Apêndice A, bem como o questionário para os pais de alunos no Anexo C; no Apêndice B, um questionário para os dirigentes municipais de educação; e no Apêndice C questionário complementar para os diretores de escola. O quadro apresenta também uma análise para coleta de informações em que 9 categorias são apresentadas. Cada categoria é acompanhada por seus possíveis indicadores, totalizando 51, bem como apresenta a maneira como a coleta de dados foi realizada e o ator a quem a entrevista abordou.

<b>Categoria</b>	<b>Indicador</b>	<b>Instrumentos de Coleta</b>	<b>Atores</b>
1. Organização de pais e professores	Percentual de pais de alunos com formação no Ensino Fundamental (antigo 1º grau)	Questionário, grupos focais	Professores e pais de alunos
	Nível de escolaridade dos pais de alunos que compõem a Associação de Pais e Mestres		
	Percentual de professores que possuem graduação		
	Percentual de professores que possuem especialização		
	Percentual de professores que possuem mestrado ou doutorado		

2. Ações na melhoria da qualidade do ensino	Percentual de alunos de seis anos fora da escola	Questionário, grupos focais	Secretário de educação, diretor, vice-diretor, coordenador e professor
	Percentual de encaminhamento e frequência de alunos ao reforço escolar		
	Percentual de reprovação (retenção) de alunos de seis e sete anos		
	Quantidade de alunos por sala de aula		
	Percentual de tarefas semanais relacionadas às diversas disciplinas que compõem as séries do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental		
	Percentual de controle de tarefas realizadas e não realizadas pelos alunos semanalmente		
	Quantidade de atividades extraclasse oferecidas pelo professor semanalmente		
	Percentual de participação dos alunos nas atividades extraclasse		
	Quantidade de livros adquiridos para a escola nos últimos seis meses		
	Quantidade de atividades extraclasse oferecidas pela escola nos últimos seis meses		
3. Investimento na infraestrutura	Quantidade de reformas realizadas na escola nos últimos dozes meses, especificando-as	Questionário, grupos focais	Secretário de educação e diretores
	Oferta de adaptação para atendimento aos alunos com necessidades especiais		
	Oferta de laboratórios na escola. Quais		
	Oferta de sala contendo computadores para os alunos. Quantidade		
4. Investimento à tecnologia educacional	Oferta de salas para atividades extracurriculares. Especificar		
	Percentual de capacitações e professores capacitados para o uso da informática a favor da educação	Questionário, grupos focais	Secretário de educação e diretores
	Quantidade de computadores com acesso a internet de uso dos professores e funcionários		
	Quantidade de computadores com acesso à internet de uso dos alunos		
	Quantidade de computadores com acesso á internet de uso da comunidade		

	Percentual semanal de atividades pedagógicas curriculares que utilizam a informática com o aluno		
5. Práticas Pedagógicas	Presença de coordenadores ou supervisores pedagógicos na escola	Questionário, grupos focais	Diretor, vice-diretor, coordenador e professor
	Reuniões pedagógicas e horários de trabalhos pedagógicos para discussão dos conteúdos e metodologias de ensino		
	Existência de programas de incentivo à leitura, para o professor e o aluno.		
	Utilização do tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem		
	Existência de uma diretriz pedagógica que oriente professores e coordenadores		
6. Formação continuada do professor	Quantidade de cursos/capacitação destinados à formação dos professores (percentual mensal)	Questionário, grupos focais	Secretário de Educação, diretor, vice-diretor e coordenador
	Percentual da carga horária dos professores destinada a atividades extraclasse		
	Percentual de presença dos professores nas horas de atividades programadas (HTPCs)		
	Periodicidade de atualização do plano de carreira do professor desde a data de criação do Plano Nacional de Educação		
	Percentual de investimentos nos salários da educação relacionados ao FUNDEB		
7. Estrutura familiar e aspectos sociais	Número de pessoas que compõem a família	Questionário, grupos focais	Pais de alunos
	Responsável por dirigir a família		
	Quantos trabalham na casa		
	Grau de escolaridade dos membros da família		
	Total da renda familiar		
8. Segurança alimentar e Programa Público	Comprometimento da renda familiar com alimentação e educação		
	Nível de segurança alimentar da família	Questionário, grupos focais	Nutricionista, merendeiras, professores, pais e alunos
	Quantidade e qualidade da merenda		

9. Formas de gestão municipal (estrutura de gestão do município)	Número de membros que fazem parte de cada conselho	Questionário, grupos focais	Diretores
	Percentual de participação de pais de alunos em cada um dos conselhos		
	Número de reuniões de cada um dos conselhos		
	Existência de regimento interno para cada um dos conselhos		
	Número de capacitação para elaboração e implantação do Projeto Pedagógico		
	Implantação de uma metodologia de planejamento na escola		
	Verificação de implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação Escola (PDE Escola)		
	Nível de execução das ações do PDE Escola		

**QUADRO 3:** Quadro de análise para coleta de informações

*Fonte:* Elaboração do Pesquisador, 2008.

O **Quadro 3** oferece diferentes categorias agrupadas por possíveis indicadores que, segundo as cartilhas do MEC, devem ser consideradas na prática do processo de ensino e aprendizagem, portanto, podem existir e oferecer interferência no dia-a-dia da escola.

São 9 categorias, cada uma com seus possíveis indicadores que são analisados na coleta de campo através de diferentes atores, considerando a premissa de ser uma ação de todos os brasileiros. Na terceira coluna descreve-se o instrumento de coleta, ou seja, a maneira como a autora fez uso para coletar determinada informação. A última coluna descreve a quem o instrumento de coleta pretende atingir, ou seja, o ator envolvido<sup>19</sup>.

Todas as categorias objetivam atingir dados através dos secretários (dirigentes) municipais de educação, diretores, vice-diretores, coordenadores, professores e pais de alunos através de questionários, visitas *in loco* e conversas informais. Objetivam confirmar quais possíveis indicadores demonstram variáveis que interferem na nota do IDEB. A primeira categoria refere-se à organização de pais e professores. Os possíveis indicadores são: nível de escolaridade dos pais de alunos, bem como dos que participam da associação de pais e mestres de cada unidade escolar; formação acadêmica dos professores (percentual do quadro docente com graduação, especialização, mestrado e doutorado).

<sup>19</sup> Todos os instrumentos de coleta encontram-se em anexos e apêndices ao texto.



Busca-se verificar qual é a interferência da escolaridade dos pais no acompanhamento, incentivo e orientação de seus filhos; qual é a interferência da escolaridade dos pais que compõem a associação de pais e mestres, uma vez que essa associação acompanha, orienta e por vezes direciona o andamento de algumas das atividades da escola, acredita-se que pais com maior domínio acadêmico e desenvoltura social conseguem ações e soluções maiores; qual é a interferência da formação acadêmica dos professores, incluindo suas especializações, formação continuada e domínio das novas tecnologias, no desempenho dos alunos e conseqüentemente no rendimento dos mesmos na avaliação da Prova Brasil, sua aprovação ou retenção.

A segunda categoria refere-se a investimentos na qualidade de ensino. São ações que afetam diretamente o desempenho do aluno: percentual de alunos fora da escola; oferta e acompanhamento do reforço escolar; percentual de aprovação/retenção de alunos nos anos iniciais (6 e 7 anos); oferta e acompanhamento de tarefas; oferta e participação em atividades extraclasse; quantidade de livros adquiridos nos últimos meses.

As ações diretamente ligadas ao dia-a-dia dos alunos no processo de aprendizagem são analisadas. Observa-se que existe uma diferença na nota do IDEB nos casos das escolas que oferecem reforço escolar para os alunos com defasagem de aprendizagem, bem como quando oferecem um acompanhamento direto nas tarefas executadas e diversificadas, atividades extraclasse e incentivo de leitura para alunos e professores. Os casos de alunos com dificuldade são recuperados em sua maioria, ou seja, aluno orientado no reforço, elogiado, que lê mais e se envolve na busca de soluções para suas dificuldades, consegue sucesso em recuperação.

Investimento na infraestrutura é a terceira categoria analisada; corresponde a observar se a escola que recebeu investimento em reformas, adaptações de acessibilidade para os alunos com deficiências, oferta de laboratórios e salas com computadores (para alunos e professores) e atividades extracurriculares apresenta melhoras no IDEB. Procura observar de que maneira essas adequações interferem no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que facilitam o dia-a-dia do aluno através de melhores acomodações. Além do que a oferta de laboratório oferece também a oportunidade de aulas empíricas e provavelmente mais significativas.

A quarta categoria é referente à tecnologia educacional. Observa os possíveis indicadores: percentual de capacitações e de professores capacitados para o uso da informática a favor da educação; oferta de computadores com acesso a internet para alunos, professores e comunidade, bem como a maneira como esse recurso é utilizado (periodicidade,

oportunidades, uso pedagógico dessa ferramenta, etc.). Escolas que utilizam a tecnologia a favor do processo educacional posicionam-se em melhores condições do que as que utilizam ainda o mimeógrafo ou somente atividades escritas.

A quinta categoria é referente às práticas pedagógicas. Os indicadores considerados como possíveis e observados são: verificar se a escola possui coordenadores e supervisores na unidade escolar; periodicidade e percentual de reuniões pedagógicas para discussão de conteúdos e métodos; existência de programas de incentivo à leitura, para professor e aluno; utilização do tempo do gestor para dedicação e acompanhamento ao reforço escolar; existência de diretrizes pedagógicas que orientem e acompanhem a unidade escolar. O trefismo é algo que atinge diretamente o professor, pois existem as preocupações em desenvolver todos os conteúdos, em corrigir, em planejar, em envolverem os alunos em projetos comemorativos, entre outras. Portanto, a oferta de acompanhamento com coordenador, supervisor e horários pré-determinados para estudo e reflexões são analisados.

Formação continuada do professor é a sexta categoria. Os indicadores a seguir são considerados como possíveis a serem apresentados: oferta de capacitação para professores; percentual da carga horária dos professores destinado a atividade extraclasse, bem como nas HTPCs (hora de estudo dirigido – hora de trabalho pedagógico coletivo); existência e atualização do plano de carreira do magistério; percentual de investimento no salário do professor. A análise observa se esses investimentos mostram-se presentes no resultado de nota do IDEB uma vez que os horários de HTPCs<sup>20</sup> são importantes para que o professor se prepare para as aulas, bem como a oferta de capacitações os mantém melhor preparados. Observa-se também se há a oferta de um plano de carreira atualizado e justo e se as exigências com salários de professores são cumpridas.

Estrutura familiar e aspectos sociais se apresentam como a sétima categoria a analisar possíveis indicadores, como: quantas pessoas compõem a família, bem como quem é o responsável; quantos trabalham na casa; grau de escolaridade dessas pessoas; total da renda familiar, bem como maiores investimentos dentro da família. A importância da qualidade de vida que o aluno recebe em sua casa é observada para comprovar dados sobre as possíveis dificuldades e interferência no rendimento escolar do aluno, conseqüentemente na nota da avaliação. Procura-se observar casos em que os alunos recebem satisfatórias condições de moradia como, por exemplo, um quarto para si, uma cama, horário definido para alimentação

---

<sup>20</sup> HTPC significa hora de trabalho pedagógico coletivo, são, geralmente, duas horas semanais remuneradas em que os professores permanecem na escola e recebem orientações ou estudos dirigidos pelo coordenador pedagógico no objetivo de oferecer oportunidade para se planejar as aulas.

etc. Bem como se o aluno mora em uma casa com muitos moradores e não recebe acomodações satisfatórias, dormem muitos em um mesmo cômodo, ou até mesmo se não têm um lugar para realizar suas tarefas escolares, entre outros.

Seguidamente vem a oitava categoria com um perfil que trata do nível da segurança alimentar da família; quantidade e qualidade alimentar da merenda, ou seja, importância de uma boa alimentação para o desenvolvimento do educando em sua casa e na unidade escolar. Torna-se importante analisar o desenvolvimento físico dos alunos, observar casos de desnutrição, obesidade ou outros, também se os alunos recebem orientação nutricional através da merenda, se repetem várias vezes a quantidade da merenda, etc.

A nona categoria refere-se à forma de gestão do município. É a análise dos conselhos com relação ao número de participantes e quantos são pais de alunos, número de reuniões, existência de regimento interno, capacitações. Também é a análise da postura metodológica da escola, conhecimento do PDE, entre outros. O processo educacional, segundo o plano nacional, é uma ação de todos os brasileiros. Nessa fala enxerga-se que é preciso ter uma efetiva parceria e comunicação entre escola e comunidade, mais precisamente escola e pais de alunos. São esses os atores que deveriam fazer parte dos conselhos e assim propor ações para melhorias na escola. Nessa mesma postura analisa-se o conhecimento dos profissionais da educação em relação à metodologia da unidade escolar e em relação a programas e projetos governamentais como o PDE.

Todas as categorias foram, portanto, observadas através de questionários, entrevistas, fotos e observações *in loco* totalizando aproximadamente 140 perguntas dirigidas além das informais durante as visitas nas unidades escolares.

A rotina de uma escola é um processo intrínseco no qual acontecem ações e reações de diferentes níveis, envolvendo diferentes atores. Diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos, professores, inspetores, secretários, escriturários, merendeiros, alunos, pais de alunos entre outros são atores que agem e reagem em diferentes situações como a questão cognitiva, pedagógica, didática, alimentar, social, cultural, econômica, entre outras que fazem parte da vida desses atores; portanto, existe uma falácia ao avaliar somente fluxo e proficiência em Língua Portuguesa e Matemática para se rotular uma unidade escolar com uma nota e estabelecer metas para serem cumpridas, porque, por vezes, essas metas são menores que a anteriormente alcançada. É preciso considerar que existem inúmeras variáveis e interferências locais que caracterizam uma unidade escolar de maneira específica, ou seja, cada local é único, com sua vivência própria.

### **CAPÍTULO III: Perfis diferenciados das instituições e da gestão dos municípios de Bebedouro e Catanduva**

Como discutido nos capítulos anteriores, o Plano Nacional de Educação (PNE), direciona os estados e os municípios a criarem seus planos correspondentes de maneira a valorizar a realidade local de cada cidade, ou seja, considerar que cada município consiste em uma verdade única de um determinado local.

As orientações que os municípios recebem para a elaboração de seus planos municipais são as de que devem desenvolver ações que garantam um processo democrático de participação, que envolva diferentes atores que influenciam, direta ou indiretamente, na qualidade da educação do município. O professor, o aluno, pais de alunos, inspetores, o Poder Legislativo, o Ministério Público e representantes de toda a sociedade civil, entre outros, determinam que aconteça uma sondagem local, bem como um planejamento de implementações de ações que atendam em específico àquela realidade.

Nesse momento surge a necessidade de se obter uma análise de todos os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, bem como as interferências que cada um oferece e recebe no meio em que vive, além da necessidade de considerar o perfil próprio de cada unidade escolar. Portanto, remete ao que esse estudo propõe: a confirmação de variáveis locais com a proposição de indicadores.

Ao selecionar uma amostragem para busca de informações, o critério utilizado foi o de apoiar-se nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2007 e escolher dois municípios, relativamente próximos, com perfis distintos.

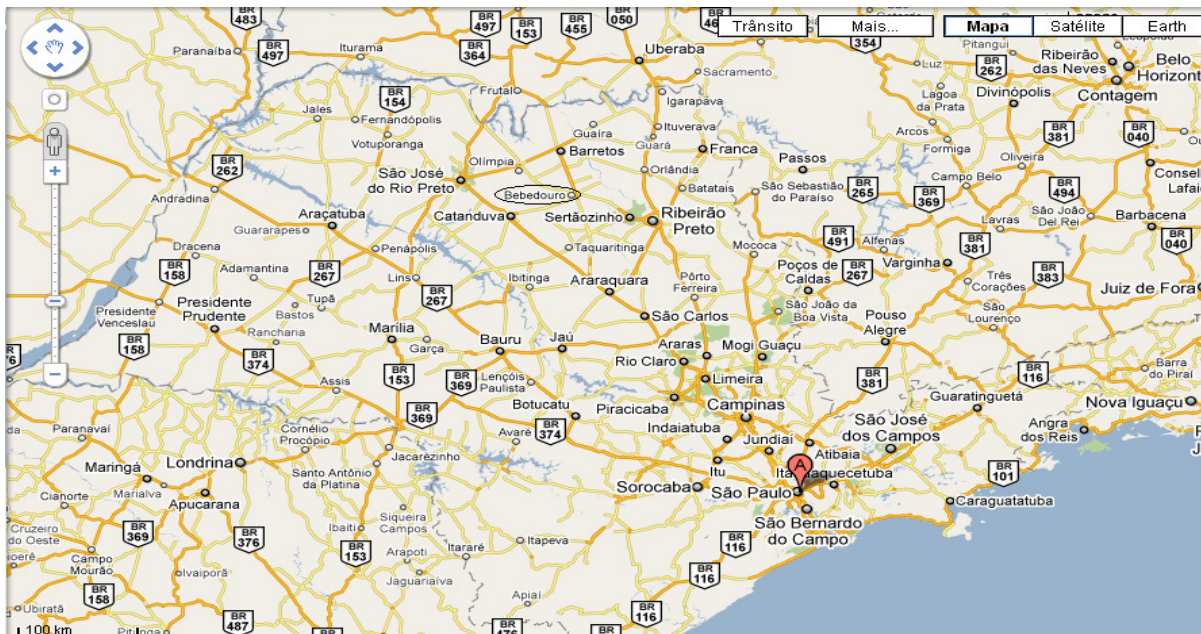
Na intenção de realizar a pesquisa de campo mencionada, iniciou-se a coleta de informações com um primeiro contato de solicitação de consentimento pelos secretários de educação dos municípios escolhidos. Depois de obtida a devida permissão, os diretores das escolas de Bebedouro e Catanduva foram entrevistados através de questionários (Apêndice A e C) para a equipe gestora, totalizando quatro unidades escolares. A observação participativa serviu de técnica para o alcance de uma visão do dia-a-dia de cada escola, para a obtenção de fotos sobre a estrutura física e também para traçar o perfil de cada unidade escolar.

Ao escolher as unidades escolares em cada um dos municípios, o critério utilizado foi o de apontar duas escolas em cada cidade, sendo uma escola de bairro central e outra de bairro periférico. A opção ofereceu como resultado a seguinte escolha: em

Bebedouro optou-se pela Escola Municipal de Educação Básica Coronel Conrado Caldeira, localizada na Praça Abílio Manoel, nº 135, no centro, com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) observado 5,8 e meta 5,8, e a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Yolanda Carolina Giglio Villela, localizada à Rua Alameda Cabo Frio, nº 49, no bairro Jardim Menino II, com IDEB de 4,5, sendo que não apresenta média porque não participou da Prova Brasil em 2005. Na cidade de Catanduva optou-se pela EMEF Prof. Octacílio de Oliveira Ramos, localizada à Rua Rio Grande do Sul, nº 348, no bairro Higienópolis, com IDEB 6,2 e que não apresenta meta, e a EMEF Nelson de Macedo Musa, localizada à Rua Cubatão, nº 1032, no bairro Jardim Alpino, com IDEB 3,8 e meta 3,2.

### 3.1 Estrutura de gestão do município de Bebedouro e o perfil das unidades escolares

O município de Bebedouro localiza-se na BR 265, é conhecida pelos seus moradores como a Cidade da Laranja, pois o grande cultivo da agricultura local é essa fruta.



**FIGURA 1:** Mapa da localização do município de Bebedouro  
*Fonte:* BEBEDOURO (Prefeitura Municipal), 2010.



**FIGURA 2:** Vista aérea da cidade de Bebedouro  
*Fonte:* BEBEDOURO (Prefeitura Municipal), 2010.

A escola de centro no município de Bebedouro EMEF “Coronel Conrado Caldeira”, localizada à Praça Abílio Manoel, nº 135, atende nos períodos da manhã e da tarde a 552 alunos, tem 23 professores pedagogos em cada período, um de língua inglesa e um de educação física, totalizando 25. Oferece reforço para os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem no contra turno com efetiva comunicação entre o professor titular e o de reforço, além de projetos específicos de leitura para os alunos e outro para os professores. Geralmente, as unidades escolares desenvolvem projetos de leitura que envolvem os alunos e assim os professores também lêem os mesmos livros para que possam desenvolver atividades relacionadas ao assunto e, assim, avaliar com eficiência; no entanto, oferecer um projeto específico para os professores, com leituras de interesse educacional, evidencia uma postura que realmente valoriza a leitura, oferece aos docentes a oportunidade de atualização e envolve um maior número de atores em uma atividade.

O projeto de leitura entre os diferentes atores (alunos e professores) busca desenvolver o hábito de ler de maneira sistematizada, ou seja, em uma rotina agradável, com registros das leituras e troca de experiências, como demonstra a **Figura 3**. Todos os livros lidos são registrados para servir de embasamento com relação aos que mais lêem e assim incentivar os demais, que por ventura ainda não se identificam com esse hábito. O diálogo, nesse momento, é incentivado para que se manifeste a vontade da troca de experiências. A

direção da escola adquiriu livros através do Programa Dinheiro Direto na Escola<sup>21</sup>, do governo federal, para investir na melhoria da biblioteca escolar. Esse programa é oferecido a todas as escolas que compram devidamente seu cadastro junto ao censo escolar e pode ser utilizado com base em algumas regras de consumo, na maioria delas com bens permanentes. Os gastos devem ser justificados na contabilidade da Associação de Pais e Mestres (APM) da unidade.



**FIGURA 3:** Alunos do 2º ano do Ensino Fundamental  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

O Conselho Escolar é formado por professores e pais de alunos representantes de vários segmentos: donas de casa, funcionários públicos, comerciantes, empregadas domésticas, cabeleireiras, vendedores, entre outros, que, em sua maioria, possuem formação completa em ensino médio e alguns, grau universitário. De natureza consultiva e deliberativa, o Conselho desenvolve um trabalho de parceria com a escola, auxilia nas dificuldades do dia-a-dia e na implementação de projetos que venham ao encontro da necessidade dos alunos. Ao descrever as outras unidades escolares percebe-se que a formação dos conselhos e associações é a mesma em todas as escolas, uma vez que são orientados pelo governo, o que distingue um do outro é a qualificação e o nível de participação e comprometimento de seus membros.

A APM é formada a partir da realização de uma assembléia geral em que pais de alunos e professores se candidatam e passam por eleição. A escola conta com um contador que auxilia a prestação de contas. O município oferece as diretrizes a serem seguidas e cabe

---

<sup>21</sup> O controle do dinheiro do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é realizado pela diretora da unidade escolar e a prestação de contas deve ser acompanhada pela APM e por um contador.

ao diretor, juntamente com sua equipe, elaborar as ações específicas para sua unidade escolar, de maneira a atender às necessidades próprias.

A merenda é de qualidade e fornecida através da Central de Alimentação, local onde os alimentos são distribuídos para as escolas. As merendeiras que trabalham na unidade auxiliam na distribuição da merenda e a procura não é grande, pois poucos alunos aceitam a refeição oferecida; a maioria leva o lanche de suas casas.



**FIGURA 4:** Pátio de refeições da Escola Coronel Conrado Caldeira  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.



**FIGURA 5:** Pátio da Escola Coronel Conrado Caldeira  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.





**FIGURA 6:** Pátio para as crianças brincarem da Escola Coronel Conrado Caldeira  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

A **Figura 4** mostra o espaço oferecido aos alunos para sua alimentação, local em que todos podem sentar-se e usar mesas plásticas para se alimentar, pois as cadeiras de plástico, brancas, são colocadas junto às mesas. Nas **Figuras 5 e 6** pode-se observar que os alunos brincam após a merenda com a opção de brincadeiras dirigidas e acompanhadas por inspetores. Brincadeiras com escorregador, carrinhos, amarelinha e bola são as preferidas dos alunos.

A direção da escola solicitou ao departamento reformas com as adequações aos recursos de acessibilidade; no entanto, somente os banheiros foram adaptados.

O projeto pedagógico é revisto anualmente através de reuniões de estudo em que os gestores<sup>22</sup> procuram discutir de maneira democrática e participativa as pautas que envolvem o Projeto Político Pedagógico (PPP). Nesse momento, busca-se planejar a funcionabilidade da unidade escolar de maneira a considerar as interferências locais do tipo: projeto de reforço, projeto de leitura, projetos temáticos como dengue, meio ambiente, Estatuto do Idoso e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), festas comemorativas do dia das mães, dos pais, junina entre outras. O plano de gestão é refeito a cada 4 anos, mas revisto anualmente.

O professor é considerado um mediador no processo de ensino e aprendizagem, dizem os gestores; nele são depositadas as expectativas com relação às escolhas acertadas em

---

<sup>22</sup> A equipe gestora de uma unidade escolar é composta pelo diretor, vice-diretor, coordenadores pedagógicos e supervisor escolar.

sua didática e em seu relacionamento com o aluno, também em suas intervenções de maneira desafiadora e incentivadora com relação à construção do conhecimento pelos alunos. Nessa perspectiva o plano de carreira do magistério foi atualizado no ano de 2009 e implantou-se um critério de valorização do professor através de sua qualificação.

Na unidade escolar existe a conscientização de que é preciso investir em tecnologia e ter avanços tecnológicos, pois vive-se em um mundo digitalizado e a escola não pode estar à parte desse processo. Os alunos conhecem recursos de informática que fazem parte de seu dia-a-dia, como o celular, controle remoto, computadores. Todos os atores da escola são importantes nessa ação, portanto, conforme demonstra a foto 6, os alunos recebem aulas de informática no contra turno de seu período e muitas de suas atividades são desenvolvidas com essa ferramenta.



**FIGURA 7:** Sala de aula de computação dos alunos

*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

Os alunos freqüentam a sala de computação com acesso à internet, na qual ocorre uma comunicação com os conteúdos da série, ou seja, os conteúdos da aula de informática relacionam-se com os da série em que o aluno está inserido. Existe uma comunicação antes e depois entre o professor titular da série e o instrutor de informática, no momento de planejar uma aula e em avaliar. Esse diálogo acontece nas reuniões semanais de estudos (HTPC). Muitos dos alunos possuem computadores em suas casas e essa ferramenta vem auxiliar ainda mais suas atividades. As aulas acontecem de maneira a construir o conhecimento dos alunos, uma vez que apresentam um perfil pesquisador e respeito ao ritmo

de cada um. Costumam ocorrer, ao mesmo tempo, pesquisas por alunos que sondam diferentes conteúdos, e observa-se que é preciso expor o que se pesquisou, portanto é preciso ler e entender.

Os professores também são contemplados com a oportunidade dessa ferramenta multimídia; podem utilizar na sala dos docentes o computador com acesso à internet e impressora, o que é observado na **Figura 8**. Os mesmos sentem-se privilegiados com o fato de não precisarem gastar com impressão ou papel em suas residências.



**FIGURA 8:** Sala dos professores com acesso à internet e impressora para uso exclusivo dos docentes

*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

A equipe gestora, os professores e demais funcionários acreditam que na escola é preciso haver o comprometimento de todos os atores para que as atividades se desenvolvam. A escola depende de outros órgãos da comunidade em que se encontra inserida e principalmente da família do aluno para resolver problemas e atingir desenvolvimento. Nessa ótica percebe-se que os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem dessa unidade escolar buscam combater o fragmentarismo, ou seja, promovem situações que provocam ações articuladas e contextualizadas. Esses atores acreditam que, sem a parceria dos pais, seria muito difícil controlar as faltas dos alunos, a participação deles nos projetos, o próprio comprometimento discente se tornaria difícil. Também seria árdua a tarefa de

desenvolver uma festa sem que a comunidade se envolvesse; é impossível desenvolver o projeto de leitura se o diretor não ler, ou se os professores não lerem.

Algumas ações acontecem para que a proximidade escola-família-comunidade aconteça, uma das principais são as reuniões de pais que acontecem bimestralmente ou sempre que se faz necessário. Os pais participam e se envolvem muito na vida escolar dos filhos, através de suas presenças nas reuniões, acompanhamento nas tarefas de seus filhos, participação em ações e comemorações que a escola oferece. Torna-se relevante dizer que essa escola localiza-se no centro, recebe alunos de toda parte da cidade, de diferentes e distantes bairros. Os pais levam seus filhos para a escola, geralmente de carro ou transporte contratado (pelos pais), pois a procura por vaga é concorrida. O envolvimento dos pais é grande e, em sua maioria<sup>23</sup> são participativos e colaboradores.

Ao se analisar a questão dos planos nacional, estadual e municipal de educação percebe-se que é um assunto pouco discutido e esclarecido. Acredita-se que existe a intenção de realizar um diálogo, bem como se busca uma complementaridade entre os planos, mas isso nem sempre acontece.

O IDEB é interpretado, na opinião dos gestores dessa unidade escolar, como sendo um indicador e uma avaliação “externa” importante para corrigir distorções e para complementar lacunas no processo de ensino e aprendizagem. A partir de então devem se repensar as práticas, melhorar e complementar o que não está bem. No entanto, o IDEB apresenta falhas como todas as outras formas de avaliação.

Constata-se certa dificuldade de compreensão à conceitualização do IDEB, pois, ao questionar o conceito desse indicador, as respostas não são claras; ninguém se atreve a dizer que não sabe, mas as respostas são desviadas, por vezes equivocadas.

Os gestores acreditam existirem variáveis locais que interferem no resultado do índice. Quanto ao professor, pode-se notar diferença de qualidade na preparação e desenvolvimento de suas aulas, em sua qualificação, pode-se analisar a maneira como conduz seu trabalho. Também pode-se observar a participação da família no dia-a-dia do processo de ensino e aprendizagem de seu filho, atuando de maneira participativa, estimuladora e colaborativa.

Em relação a outra unidade escolar do município, na cidade de Bebedouro, analisa-se a escola EMEF Yolanda Carolina Giglio Villela, localizada à Alameda Cabo Frio,

---

<sup>23</sup> Acredita-se que essa maioria dos pais considerados participativos e colaboradores representa, aproximadamente, 95% do total.

nº 49, no Bairro Menino Deus I, na periferia de Bebedouro. Essa escola atende nos períodos da manhã e tarde a mais de 600 alunos somente no Ensino Fundamental I<sup>24</sup>.

A unidade escolar conta com 18 professores do Ensino Fundamental I, sendo que também atende ao sexto ano com 15 professores, além de especialistas<sup>25</sup> em inglês, educação física, matemática, geografia, história, artes, ciências, educação para a saúde, português, produção textual. Como na escola anterior, as duas possuem um número satisfatório de alunos para cada professor, em média de 30 a 32 por sala de aula.

O Ensino Fundamental I, objeto do presente estudo, totaliza 18 turmas, em uma média aproximada de 25 alunos por classe nas três primeiras séries e 30 alunos nos 4º e 5º anos.

Existe uma preocupação em oferecer oportunidade de resgate à defasagem de aprendizagem e à distorção idade e série. Assim, o reforço é oferecido no contra turno do aluno. Inicialmente é realizada uma avaliação diagnóstica<sup>26</sup> e os alunos são agrupados por suas necessidades e dificuldades, procurando respeitar o agrupamento dos amigos da mesma turma. A seguir, os responsáveis são chamados para se evitar as faltas e busca-se conscientizá-los das dificuldades a serem superadas e da importância da frequência dos alunos. Em muitos casos existe a falta de compromisso da família.

O Conselho Escolar é constituído anualmente através de eleição, tendo a participação de professores, pais, alunos e especialistas. Conta com uma comissão de normas e regras de convivências cuja finalidade é garantir o bom desenvolvimento da unidade escolar. A natureza do conselho é consultiva e deliberativa, tomando decisões que respeitem os princípios e as diretrizes da política educacional, a proposta pedagógica da escola e a legislação vigente. Colabora também em ações que buscam auxiliar a escola, como no planejamento e execução de uma festa junina. Trabalha junto à equipe da escola e à comunidade na busca de prendas, brindes e também ajuda a servir no dia da festa.

A APM constitui-se através do Decreto 12.983/78 e a Resolução 25/79, e apresenta a finalidade de colaborar no aprimoramento do processo educacional na assistência e integração geral entre família, escola e comunidade. Em todo início de ano letivo é realizada uma assembléia geral, com a participação de todos os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. A partir daí é realizada a eleição da Diretoria Executiva e do Conselho

---

<sup>24</sup> Ensino Fundamental I: 1º ao 5º ano.

<sup>25</sup> Considera-se professor especialista aquele que leciona uma determinada disciplina e não o professor/pedagogo que atende à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental I no perfil polivalente, em que leciona sozinho as disciplinas de língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências e educação artística.

<sup>26</sup> Avaliação diagnóstica: análise preliminar em um curso na busca de identificar ou avaliar os conhecimentos específicos dos alunos antes de iniciar as atividades.

Fiscal. As prestações de contas e o plano de aplicação de verbas são analisados nas reuniões e realiza-se o balanço e balancetes.

Ao questionar-se sobre as diretrizes pedagógicas da unidade escolar, bem como se existe um respeito de adequações ao perfil local não se obteve explicação.



**FIGURA 9:** Biblioteca da Escola Yolanda C. G. Villela  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.



**FIGURA 10:** Biblioteca da Escola Yolanda C. G. Villela  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

A biblioteca é uma sala de aula comum, demonstrada nas **Figuras 9 e 10**, com dificuldade de iluminação, poucas prateleiras e uma organização ímpar. A escola conta com um projeto de leitura e existe a necessidade de investimento em livros. As aquisições acontecem através da APM e dos livros que o governo federal envia. Entretanto, não se constatou nenhum projeto que envolvesse os professores ou funcionários para o incentivo à leitura.

Com relação à merenda escolar existe um cardápio balanceado e elaborado por nutricionista, e o fornecimento é pela Prefeitura Municipal, através da cozinha piloto. Percebe-se que, diante do número de alunos, não existe lugar para todos se sentarem e se alimentarem de maneira acomodada, pode-se observar na **Figura 11**.

Muitos alunos aderem à oferta da merenda. Existe um número grande de repetições e é visível a necessidade de os alunos se alimentarem adequadamente, até mesmo por terem em suas casas a dificuldade de fazê-lo com qualidade.



**FIGURA 11:** Espaço para a merenda da Escola Yolanda C. G. Villela  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.



**FIGURA 12** Espaço para a merenda da Escola Yolanda C. G. Villela (visão ampla)

*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

A unidade escolar é composta por dois prédios distintos, sendo um do Ensino Fundamental e o outro da Educação Infantil. O espaço é grande, com possibilidade de muitas brincadeiras para os alunos (ver **Figuras 13** e **14**). No entanto, não oferece quadra poliesportiva coberta, como demonstra a **Figura 15**; portanto, nos momentos de sol forte, os alunos são prejudicados, e quando chove, as aulas de educação física precisam acontecer no pátio de refeições.

O bairro é desprovido de oportunidades de lazer, cultura e esporte, portanto a unidade escolar é referência para essas atividades. Existe uma procura, principalmente dos jovens em estar usufruindo da quadra e do espaço livre da escola.

As solicitações atendidas obedecem a algumas regras, como um termo de responsabilidade pelo uso do espaço, geralmente assinado por um adulto. “É necessário cuidar disso para não ocorrerem danos”, diz a direção, afirmando que não pode se omitir proibindo a comunidade de usufruir desse espaço, bem como deve solicitar que apresentem um responsável por isso.





**FIGURA 13:** Espaço livre para brincadeiras da Escola Yolanda C. G. Carneiro  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.



**FIGURA 14:** Espaço livre para brincadeiras da Escola Yolanda C. G. Carneiro  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.



**FIGURA 15:** Quadra poliesportiva descoberta da Escola Yolanda C. G. Villela  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

O prédio em que se encontra o Ensino Fundamental recebeu algumas adaptações referentes aos recursos de acessibilidade, como rampas, banheiro adaptado, corrimão, dentre outros. No entanto, há um único banheiro adaptado, as rampas não estão pintadas em azul escuro como recomenda o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e por ser um prédio de dois andares, deveria ter elevador.

O PPP é reelaborado no início de cada ano letivo; nesse momento acontece uma revisão desse documento. No final de cada ano é avaliado e procura-se elencar os sucessos e as dificuldades encontradas. Os professores, funcionários, estagiários, representantes de pais e da comunidade, além dos gestores participam dessa ação.

Dessa mesma forma é elaborado e acompanhado o Plano de Gestão. Nesses dois casos prioriza-se um diagnóstico inicial do quadro de alunos, definição de metas e estabelecimento de prioridades, implementação de ações destinadas ao cumprimento das metas e avaliação.

A equipe gestora descreve os documentos acima mencionados como sendo de grande importância, pois traça o perfil da escola, conferindo-lhe identidade própria. Na medida em que contempla as intenções comuns de todos os envolvidos, norteia o gerenciamento das ações intraescolares e operacionaliza a proposta pedagógica. Cada escola é única e cada clientela específica, com suas aspirações e necessidades próprias. No caso da escola Yolanda C. G. Villela a comunidade é desprovida de oportunidades culturais, eventos,

festas, com uma vida social pacata e com dificuldades financeiras, portanto, cabe à escola oferecer algo que venha ao encontro dessas necessidades.

A escola oferece ensaios para a banda e fornece equipamentos e vestimenta que são observados na **Figura 16**. É uma oportunidade para aqueles que se identificam com a música e não possuem outro recurso para tanto.



**FIGURA 16:** Equipamentos e roupas da banda da Escola Yolanda C. G. Villela  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

Alguns alunos são motivados para assistir às aulas e freqüentam a sala para não perderem suas vagas na banda.

Outras ações desse tipo acontecem na escola, no objetivo de oferecer aos alunos o desenvolvimento de diferentes habilidades e competências, bem como mantê-los motivados para a freqüência escolar. Existe a participação dos pais, mas percebe-se que muitos não conseguem acompanhar seus filhos em tarefas, projetos ou orientação por falta de tempo e dificuldade própria, pois a escolaridade da maioria desse país é ensino fundamental incompleto.

O projeto horta é um dos que ganhou estabilidade e pode-se observar nas **Figuras 17 e 18**. Todos os anos realizam-se com os alunos o cultivo da horta escolar com o plantio de verduras e legumes. Há um rodízio entre as turmas para esse cuidado. A colheita acontece para aproveitamento na merenda, e em parte, para os alunos levarem para casa e

usufruir com a família, bem como conscientizar os pais da importância da convivência escolar.



**FIGURA 17:** Horta escolar da Escola Yolanda C. G. Villela  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.



**FIGURA 18:** Horta escolar da Escola Yolanda C. G. Villela  
*Fonte:* Pesquisa de campo, 2009.

No início do ano de 2010 houve a reestruturação do Plano de Carreira do Magistério com a participação dos professores. O plano incentiva a qualificação da categoria, prevê a progressão da carreira mediante a promoção por critérios de habilitação e

merecimento, bem como a valorização mediante formação continuada, piso salarial e garantia de condições de trabalho.

A equipe gestora considera os professores como atores principais no processo de ensino e aprendizagem, a alma de qualquer instituição educacional. Segundo a direção:

Por mais que se invista em equipamentos, laboratórios, bibliotecas, anfiteatros, quadras poliesportivas, etc. tudo isso não se configura mais do que aspectos materiais se comparados ao papel e à importância do professor, pois as ações são pensadas e refletidas dentro de um grupo, porém é no interior da sala de aula que ela acontece ou não.

Acreditam que a tecnologia está invadindo o mundo, portanto deve fazer parte da escola. No entanto deve haver grande investimento em materiais e em capacitações e todos os atores devem estar envolvidos nisso.



**FIGURA 19:** Sala de computação para as aulas dos alunos da Escola Yolanda C. G. Villela  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

Os alunos podem fazer aulas de computação no contra turno, e é preciso que se cadastrem. As aulas são monitoradas por professores formados em informática. A sala é ampla, no entanto, existem duas fileiras de mesas com cadeiras de plástico brancas no centro

da sala, o que atrapalha a acomodação. O espaço é usado para aula de computação e estudo, portanto, há dificuldade também de concentração para os alunos. Observa-se tal descrição na **Figura 19**.

Outro elemento importante observado na pesquisa é que os gestores buscam atingir uma interação entre escola e comunidade, fazendo com que ambas conheçam as realidades uma da outra e construam coletivamente uma relação de diálogo mútuo. “É preciso que a escola busque meios para que essa parceria se concretize, apesar das dificuldades e diversidades”, disse a diretora dessa escola. Essa comunicação tende a colaborar para um equilíbrio no desempenho escolar do aluno e assim atingir maiores êxitos. Sendo assim, percebe-se a importância de a escola oferecer diferentes maneiras de atingir esse diálogo e assim acontecer uma comunicação eficiente entre família e escola. O objetivo maior do resultado dessa ação é o de auxiliar a família a estimular e acompanhar seus filhos no rendimento escolar, quem sabe orientando-os nas tarefas de casa ou, em caso de não conseguirem, incentivando-os. Sabe-se que nessa realidade de escola e perfil de alunos, “é preciso considerar o nível cultural, a falta de tempo disponível, entre outros problemas enfrentados pela família”, segundo a diretora.

Acredita-se ainda que essa confiança mútua seja essencial para a conquista dos objetivos propostos em uma unidade escolar. Na escola busca-se fortalecer essa parceria através de constantes reuniões de pais e mestres; também se busca a família quando se percebe que ela não está se importando com o desempenho de seu filho. Acredita-se que a relação familiar e escolar é fundamental para o processo educacional, pois os dois contextos possuem o papel de se complementarem no processo de formação integral do aluno.

Torna-se importante dizer que a preocupação acima mencionada refere-se à efetiva parceria dos pais na vida escolar dos filhos, bem como sua compreensão e comprometimento, porque, quando convocados, a presença é de aproximadamente 98% tanto em reuniões como eventos.



**FIGURA 20:** Painel de incentivo as boas maneira da Escola Yolanda C. G. Villela  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

Existe uma preocupação em oferecer conhecimentos para uma boa convivência em sociedade, inclusive com relação a uma conduta adequada. O trabalho realizado na intenção de oferecer orientação de conduta e ética comprova essa colocação. A **Figura 20** demonstra uma ação desse gênero em que o desenho solicita que ocorram entre os alunos palavras de maior respeito, como “obrigado (a), com licença, bom dia/boa tarde” entre outras.

Finalmente, ao referir-se ao Plano Nacional de Educação, os gestores acreditam que existe uma consonância entre os governos, em virtude das avaliações que acontecem: Prova Brasil e Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). “Acontece nesse momento um grande equívoco, pois elas não se complementam, mas avaliam momentos e conceitos diferentes”, comenta a diretora.

Nessa unidade escolar, os gestores referem-se ao IDEB como sendo um indicador que permite um mapeamento da educação brasileira, com dados de escolas, municípios e estados e também permite verificar quem e quais unidades mais precisam de investimentos; esses resultados devem ser usados para incentivar e melhorar cada vez mais a educação e não como um rótulo para as unidades visto que “é um desafio para a instituição de ensino avaliar a qualidade de sua educação oferecida”, diz a diretora.

Nesse sentido questiona-se sobre quais investimentos essa unidade recebeu após sua avaliação e nota: nenhum.







**FIGURA 22:** Vista aérea da cidade de Catanduva  
*Fonte:* CATANDUVA (Prefeitura Municipal), 2010.

A escola de centro pesquisada no município de Catanduva foi a EMEF Octacílio de Oliveira Ramos, localizada à Rua Rio Grande do Sul, nº 348, Higienópolis, que conta com 42 professores do Ensino Fundamental I, tendo ainda 3 professores de educação física e 3 de inglês. A unidade escolar é composta por 28 classes, tendo entre 25 a 30 alunos cada uma: 25 alunos para as turmas de primeiros e segundos anos, e 30 alunos para as turmas de 3º, 4º e 5º anos. Esses números demonstram a preocupação de não lotar as salas de aulas e, assim, tentar-se desenvolver um trabalho de melhor qualidade junto aos alunos.

Existe a preocupação em oferecer auxílio aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, portanto, é oferecido reforço. No entanto, o reforço acontece paralelamente à aula e não no contra turno. A oferta do reforço auxilia o aluno que apresenta dificuldade de aprendizagem, uma vez que é orientado a superar seus limites, bem como aquele que apresenta defasagem de aprendizagem, para que acelere os conteúdos que precisa alcançar e atinja suas necessidades.

O Conselho Escolar é de natureza consultiva e deliberativa, composto por professores, inspetores, auxiliar de serviços gerais, alunos e a direção. Procura observar os princípios e as diretrizes da proposta pedagógica da escola. As eleições acontecem anualmente e procura-se realizar reuniões mensais.

A APM do Octacílio foi fundada em 1977 e conta com 963 associados. Esse número deve-se a ex-pais de alunos, que continuam vinculados e oferecem ajuda. As eleições acontecem a cada dois anos, em assembléia geral, e as reuniões acontecem em datas pré-determinadas, conforme o calendário escolar. Essa instituição procura dar oportunidade à

escola, bem como, solicitar auxílio aos associados sempre que o calendário exigir alguma ação. Um dos fatos observados é a questão de planejar a festa junina da escola. Todos os associados são convidados e assim acontece uma ação de colaboração imensa e envolvente com relação à comunidade. Tudo se torna mais simples e o resultado, de sucesso.

Existe um diferencial ainda em relação à APM, dessa escola e das outras estudadas, em que alguns associados são contadores e as notas são apresentadas e expostas em um mural da escola, um espaço destinado especificamente para esses balancetes. A administração realiza com seriedade e clareza os recursos vindos do FNDE<sup>27</sup> e da cantina e, existe um empenho em promover a conservação do prédio, adquirir equipamentos e administrar os recursos dessa instituição com ações que priorizam também os aspectos educativos.

A escola procura seguir as diretrizes pedagógicas estabelecidas pela Secretaria de Educação, de acordo com as propostas que acompanham o material apostilado adquirido para os alunos, o apostilamento do Positivo – Sistema de Ensino Aprende Brasil. No entanto, existe um respeito ao perfil local através de um diagnóstico que se realiza no início de cada ano, e a proposição de ações, que se fundamenta na discussão diante dos acertos e erros apresentados pelos alunos em seu dia-a-dia escolar.



**FIGURA 23:** Sala de vídeo e biblioteca da Escola Octacílio de O. Ramos  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

---

<sup>27</sup> No caso dessa escola, o recurso do FNDE que fica na unidade é o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

A unidade escolar oferece uma sala específica para TV e vídeo (ver **Figura 23**) e conseguiu investir em livros e filmes através da APM e assim atender às solicitações que os professores faziam para leitura e filmes para os alunos e os próprios docentes. Várias coleções foram adquiridas e também receberam algumas do FNDE.

O cardápio da merenda é oferecido às merendeiras com antecedência pela nutricionista e existe a preocupação em oferecer um cardápio qualitativo, considerando valores nutricionais.

O prédio recebeu as adequações aos recursos de acessibilidade e atende atualmente a 2 alunos cadeirantes.

O projeto político pedagógico é elaborado com a participação de todos os membros da instituição e revisto anualmente, bem como nos momentos em que isso se faz necessário. Nessa mesma postura é elaborado e revisto o plano de gestão.

O Plano de Carreira do Magistério está, no momento, sendo revisto; no entanto, ninguém desta unidade escolar foi convidado a participar.

Segundo os gestores da escola, o professor é considerado o grande ator do processo educacional. Portanto, procuram conscientizá-lo de que é preciso ter bom senso, permitir e proporcionar o desenvolvimento da autonomia de seus alunos. Existe um espaço coberto utilizado para atividades livres entre os alunos que se pode observar na **Figura 24**. É preciso ter entusiasmo, paixão, didática para conseguir trabalhar o todo da classe, ou seja, não privilegiar alguns e deixar outros com menor participação. Afinal, é fácil dar aula para os bons alunos; o desafio está justamente em promover aquele que mais apresenta dificuldades.

Essa postura gestora possibilita o desenvolvimento do professor em uma didática positiva, ou seja, quando o docente percebe que é valorizado em suas atitudes, que é mediador de conhecimento, que deve oferecer desafios positivos aos seus alunos e é respeitado, acontece um comprometimento maior, e muitas vezes, afetuoso entre os diversos atores. Não existe concorrência, mas, sim, parceria e trabalho em equipe.



**FIGURA 24:** Pátio com palco da Escola Octacílio de O. Ramos  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

A escola tem um pátio onde os alunos podem tomar lanche, brincar, e principalmente, desenvolver atividades de interpretação através de teatros, encenações, jograis, entre outros. Nesses momentos existe o incentivo para dar oportunidade aos que mais precisam de estímulos.



**FIGURA 25:** Espaço para coleta seletiva de lixo da Escola Octacílio de O. Ramos  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

Existe a preocupação em oferecer diferentes projetos para serem desenvolvidos com os alunos, como a educação ambiental, em que se procura conscientizá-los da importância da preservação do meio, bem como dos conceitos de desenvolvimento e consumo sustentável (ver **Figura 25**). No entanto, essa ação não acontece de maneira isolada ou fragmentada, mas contextualizada para que ocorra uma aprendizagem significativa. Para tanto, envolvem-se também a comunidade e os pais de alunos.

Dessa maneira a escola também desenvolve outros conteúdos como projetos de leituras, estatutos do idoso e da criança e do adolescente, cultura afro e indígena, datas comemorativas como a valorização ao dia das mães e dos pais, entre outros.

As brincadeiras são estimuladas, bem como as atividades lúdicas e ao ar livre, já que a escola dispõe de um espaço aberto para isso (ver **Figura 26**). Nesse local, segundo os gestores, as crianças brincam às vezes com orientação dos professores e, às vezes, livremente, buscando desenvolver uma sociabilidade de respeito e amizade.



**FIGURA 26:** Espaço para brincadeiras da Escola Octacílio de O. Ramos  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.



**FIGURA 27:** Quadra coberta para os alunos da Escola Octacílio de O. Ramos  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

A escola possui uma quadra coberta para as aulas de educação física, brincadeiras e eventos, possível de se observar na **Figura 27**. Também oferece os recursos de acessibilidade e uma quantidade enorme de árvores que compõem uma paisagem agradável e arejada.

Ao referir-se aos avanços tecnológicos dentro de uma unidade escolar, acredita-se que é necessário o envolvimento de todos os atores e não somente a oferta de aulas de informática para os alunos. Nessa escola os alunos recebem aulas semanais e os professores podem usar computadores com impressora e internet.

Ao referir-se ao perfil da clientela da unidade escolar, os gestores orgulham-se em dizer que recebem alunos de toda parte da cidade, as vagas são procuradas com antecedência e existe lista de espera para transferências de outras escolas para o Octacílio, graças ao reconhecimento de uma unidade séria com desenvolvimento pedagógico de qualidade. Muitos alunos vêm para a escola de carro. Os pais são participativos e comprometidos com o dia-a-dia dos alunos, acompanhando-os em tarefas, reuniões, eventos entre outros. Esse perfil é um diferencial de qualidade para a instituição, pois o que acontece é uma acolhida da comunidade para com a escola e vice-versa, portanto tudo fica mais fácil. A comunicação escola e família é uma verdadeira parceria, de maneira cooperativa e responsável.

As reuniões de pais acontecem bimestralmente em dois dias da semana, sendo uma no período da manhã e outra no período da noite para facilitar o atendimento aos pais que

trabalham; mesmo assim são marcados horários extras para os que não podem comparecer. A presença é quase total, passa de 95% dos pais. Sempre é oferecida uma palavra incentivadora, lembrando-os de sua responsabilidade junto ao dia-a-dia de estudo, bem como o modelo que são para seus filhos.

Ao discutir sobre os planos nacional, estadual e municipal de educação, os gestores disseram não conhecer bem os planos nacional e estadual, no entanto, relatam que o municipal está em fase de elaboração, acreditam que será de qualidade, mas não há nenhum representante dessa unidade escolar participando de sua elaboração. Essa questão demonstra a ausência de uma postura democrática e participativa por parte da secretaria municipal, pois as orientações do governo federal, bem como do Conselho Nacional de Educação, é que aconteçam encontro e fóruns para discussão com os atores da educação, conforme a resolução CNE/CEB (Câmara de Educação Básica) nº 2, de 28 de maio de 2009.

Ao se falar em IDEB, o desenvolvimento do assunto torna-se limitado, pois percebe-se a falta de conhecimento desse índice. Ao questionar a existência ou ausência de interferências e variáveis locais, afirma-se que a realidade de uma escola para outra é totalmente diferente, considerando que cada uma recebe a influência do local em que está localizada. Isso já torna o desenvolvimento da escola típico desse lugar, bem como a formação acadêmica dos pais, as questões sociais e culturais, que também interferem, tanto no desempenho do aluno como no dia-a-dia da escola. Existe uma insegurança em considerar que o IDEB pode rotular a escola com uma nota que avaliou somente duas disciplinas e não a escola e os alunos como um todo. Em um momento em que a educação busca alcançar uma avaliação contextualizada, a escola é avaliada de maneira fragmentada.

Em relação a outra unidade escolar pesquisada no município, é localizada em bairro afastado do centro da cidade: EMEF Prof. Nelson de Macedo Musa, localizada à Rua Cubatão, nº 1032, no Jardim Alpino. Possui 18 professores do Ensino Fundamental I, 2 professores de apoio, 2 de educação física e 2 de inglês, em um total de 16 salas de aulas. Atende também ao Ensino Fundamental II. A unidade escolar desenvolve o “Projeto Crescer” dirigido por 4 recreacionistas. Percebe-se que, em relação ao número de alunos por professor, está compatível com as demais escolas.

As salas de aulas atendem a um total de 360 alunos do Ensino Fundamental I, sendo 3 turmas do primeiro ano, 3 do 2º ano, 2 do 3º ano, 3 do 4º ano e 3 do 5º ano.

O bairro em que a escola está inserida é afastado do centro, com famílias de baixa renda, que apresentam muitas dificuldades econômicas. No ano de 2008 e 2009 a comunidade escolar passou por sérios problemas de ordem judicial. O diretor percebeu que

algo estava errado com alguns alunos, procurou um contato mais próximo a eles e a seus pais e foi surpreendido com a possibilidade de alguns desses alunos estarem sofrendo abuso sexual.

O diretor procurou auxílio na Secretaria de Educação e no Conselho Tutelar. O caso foi encaminhado à polícia para investigações e então foram surpreendidos com um número assustador de alunos envolvidos. Mais de quarenta crianças disseram estar sendo vítimas desse tipo de abuso. As investigações ainda estão em andamento, mas sabe-se que o caso é grave e tomou proporções de divulgação nacional. Essas crianças foram expostas a depoimentos e participaram de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que foi instaurada. A imprensa escrita e televisiva explorou o caso com sensacionalismo.

Os gestores da escola buscam promover projetos que envolvam os alunos que mais precisam de auxílio, quer no campo afetivo ou social ou pedagógico, mas muitas dificuldades impedem o sucesso dessas ações. Os alunos com defasagem de aprendizagem são orientados no próprio período de aula, pois a escola não oferece reforço.

O reforço deveria ser oferecido pela Secretaria, mas isso não acontece, pois envolve a elaboração e implementação de um projeto e a contratação de professores. Percebe-se que a falta dessa ação causa uma lacuna no resgate das dificuldades de aprendizagem dos alunos.

O Conselho Escolar é de natureza consultiva e deliberativa, tem suas atribuições elencadas no artigo 13 do Regimento Escolar e procura considerar, em cada decisão, os princípios e diretrizes da proposta pedagógica da escola e da legislação vigente. “As eleições são realizadas anualmente, contando com a representação de pais, alunos, funcionários e professores, ou seja, todos os segmentos escolares”, diz o diretor.

As profissões de membros do conselho são compostas por 9 professores do ensino fundamental I e 7 professores do ensino fundamental II; pais de alunos: uma mãe autônoma, 3 mães de prendas domésticas, 3 empregadas domésticas, uma mãe estudante, uma operária, uma auxiliar de enfermagem e uma auxiliar de serviços gerais; alunos: 10; 2 coordenadoras pedagógicas; funcionários: um auxiliar de serviços gerais e um inspetor de alunos. As reuniões são bimestrais ou sempre que se faz necessário.

A APM é uma instituição auxiliar da EMEF Nelson de Macedo Musa, localizada na sede da escola, no Jardim Alpino. Fundada em 11 de abril de 2001, devidamente registrada. Conta com aproximadamente 755 associados, mas sem participações. As reuniões acontecem bimestralmente ou quando se faz necessário.

Segund o diretor, dentre os objetivos da APM:



os principais são auxiliar na promoção da comunicação escola/família/comunidade; colaborar com a administração escolar na conservação do prédio e aquisição de equipamentos, assim como na utilização deles junto à comunidade; administrar os recursos financeiros da instituição a fim de promover a integração do aluno de forma harmoniosa, envolvendo-os em ações voltadas às suas necessidades.

As diretrizes pedagógicas da escola são elaboradas em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e com o Projeto Político Pedagógico (PPP). Procura-se respeitar as peculiaridades da comunidade e suas reais necessidades. Houve, nessa unidade escolar, um projeto direcionado por uma equipe que assessorava a secretaria de educação, denominado hortas escolares. Objetivava oferecer a oportunidade de cuidar e produzir, através de um trabalho em equipe. No momento, nenhum projeto desse tipo acontece. Percebe-se a ausência de incentivo e orientação por parte da Secretaria.

A unidade escolar é ponto de referência no bairro, bem como o diretor é reconhecido por seu trabalho sério e comprometedor. Ele está na direção há aproximadamente 6 anos e é visto como uma referência de autoridade. Também posicionou-se a favor da busca da justiça no caso de investigação no caso da pedofilia, buscando auxílio junto às autoridades e oferecendo apoio aos pais e alunos envolvidos.

O ginásio de esportes é oferecido para a comunidade que o utiliza à noite e aos finais de semana, considerando que não existe outra opção de lazer no bairro. A unidade escolar é um ponto em que a comunidade se apóia para desenvolver momentos de lazer, bem como participar deles.



**FIGURA 28:** Parte da frente da Escola Prof. Nelson de Macedo Musa (quadra coberta do ginásio de esportes)  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

A quadra coberta, **Figuras 28 e 29**, é utilizada para as aulas de educação física, ensaios de danças e brincadeiras. Nos intervalos a utilização é livre, os alunos podem inclusive brincar de bola.



**FIGURA 29:** Ginásio de esportes da Escola Prof. Nelson M. Musa  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

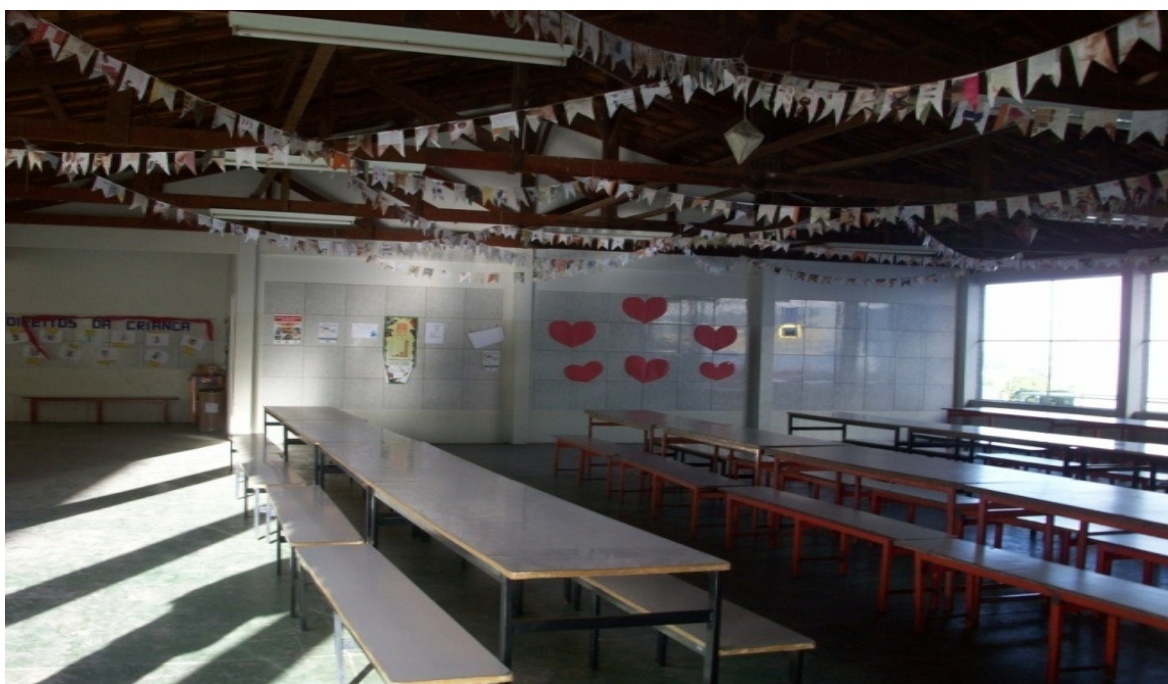
Atualmente a escola possui um espaço pequeno, menor que uma sala de aula, para leitura, sendo impossível a organização de uma biblioteca. Assim o investimento limitou-

se apenas a pequenas aquisições de livros, sobretudo porque a escola passa por uma reestruturação de suas acomodações, dentre elas a sala de leitura.

Ao referir-se aos recursos de acessibilidade, percebe-se que a escola possui rampas e espaço térreo que favorecem o aluno cadeirante, mas as adequações não aconteceram devidamente. A escola aguarda deferimento da secretaria para que aconteçam as devidas reformas e ampliações.

Torna-se urgente a construção de salas para reforço, para a biblioteca e para os professores. Mesmo com as dificuldades de estrutura física, existe na escola uma comunicação e comprometimento entre os funcionários para que aconteçam as acomodações necessárias e assim o aluno não ser prejudicado. Exemplo disso é que a pequena sala de leitura é também utilizada para estudo dos alunos no período de aula, ou seja, aqueles alunos que deveriam receber reforço são orientados no mesmo período em que estudam.

É evidente que o quadro organizacional da escola se desdobra em duplas funções para alguns, na intenção de que as necessidades prioritárias sejam atendidas.



**FIGURA 30:** Espaço para a merenda dos alunos da Escola prof. Nelson M. Musa  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

O espaço para a merenda é arejado, com bancos suficientes para todos, ao lado de um jardim, pode-se observar na **Figura 30**. O investimento da Secretaria de Educação com relação à merenda é satisfatório, segundo o diretor, com diversidade e qualidade dos produtos, além do que tem acompanhamento de uma nutricionista que organiza os cardápios. Muitos

alunos praticam a repetição dos pratos oferecidos, procurando saciarem-se e realizar na escola a melhor refeição que recebem no dia.

Havia um projeto assessorado por uma equipe contratada da Secretaria de Educação que acompanhava o sistema da merenda escolar, desde cardápio, compra, recebimento, e principalmente, qualidade nutricional e quantidade de refeições oferecidas, contando com as repetições, ou seja, a quantidade de vezes que o aluno se servia. Isso não acontece mais; perderam-se os dados, mas é evidente que as repetições são muitas, disse o diretor.

A comunidade escolar, isto é, todos os atores que compõem a escola, participam da elaboração do projeto Político Pedagógico, procurando seguir as orientações da Secretaria de Educação e da LDB. Anualmente realiza-se a revisão.

O Plano de Gestão da unidade escolar é elaborado pelo diretor em consonância com o projeto político pedagógico e com o apoio de toda a equipe técnico-pedagógica. Existe a preocupação em adequar as metas às necessidades e às dificuldades locais, por exemplo, falta de sala para os professores, falta de sala e instalação dos computadores entre outras.



**FIGURA 31:** Sala dos professores da Escola Prof. Nelson de M. Musa  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

A sala dos professores precisou ser reduzida para acomodação dos computadores que ficam ao lado; é dividida por armários e ocupa um pequeno corredor, sem janela e com uma pequena mesa para café (ver **Figura 31**).



**FIGURA 32:** Espaço para descanso dos professores da Escola Prof. Nelson de M. Musa  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

Como já mencionado acima, o diretor da escola recebe uma respeitabilidade admirável da comunidade local, incluindo os atores da própria escola, devido a suas ações de liderança e busca de soluções para que atenda às emergências. No caso da figura acima, ele fechou parte de um corredor e acomodou com alguns móveis um espaço para que os professores pudessem descansar no intervalo.

Segundo os gestores da unidade escolar, o professor é considerado o grande ator capaz de alcançar o sucesso no processo educacional; de nada adiantam investimentos em infraestrutura, informatização entre outros, se não houver a valorização do professor. Tudo é importante, mas a valorização do professor vem adiante.

A seguir questionou-se se os gestores acreditam que o avanço científico e tecnológico dentro da escola é necessário e de qual ator essa ação mais depende. Responderam que é de grande importância, uma vez que os alunos vivem uma era digital e que caberia a todos os atores envolvidos moverem-se em busca desse êxito, principalmente ao Poder Público, gestores, professores e alunos.

Sabe-se que cabe ao Poder Público investir em compra de equipamentos, capacitações, ampliações de salas, contratação de profissionais especializados e manutenção desse investimento. Cabe aos gestores e professores atualizarem-se para lidar com essa nova

ferramenta, bem como na aplicabilidade dela no dia-a-dia da aula. Cabe ao aluno receber essa oportunidade, é uma questão de direito.



**FIGURA 33:** Sala de computação da Escola Nelson de Macedo Musa  
*Fonte:* Pesquisa de Campo, 2009.

A sala de computação não existe nessa escola, pois os computadores foram fornecidos pelo FNDE, através do Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) e estão guardados na mesma sala em que há um armário e uma mesa de café para os professores. É com tristeza que se observa os aparelhos amontoados na **Figura 33**. Não estão instalados e existe a preocupação com a perda de algum dos aparelhos por ficar mais de 2 anos sem utilização.

O relacionamento escola e comunidade deve ser efetivo e afetuoso. A escola precisa do comprometimento e colaboração dos pais, mas para isso, a escola deve atuar de forma a atrair esses pais, de maneira participativa, oferecendo projetos que atendam às reais necessidades locais. Somente assim se conquistará respeito e credibilidade e a escola poderá cobrar maior participação, uma vez que cumpre o seu papel social dentro da perspectiva local.

Nesse sentido, uma das ações desenvolvidas é a reunião de pais, que acontece mensalmente, na qual são tratados assuntos do interesse de todos, como, por exemplo: o desempenho do aluno; prestação de contas da APM; assuntos relacionados a tema de interesse e necessidade da comunidade local, como saúde, direitos e deveres, responsabilidade social, drogas, entre outros através de palestras.

Ao discutir os planos nacional, estadual e municipal, os gestores posicionam-se dizendo que no estado de São Paulo o plano de educação está em consonância com o federal,

já que inúmeras reuniões realizadas na presença de vários segmentos da sociedade visam formular propostas e discutir o plano de educação. No entanto, no plano municipal algumas considerações merecem ser feitas, dentre elas, a tentativa de um maior interatividade da população e demais segmentos da sociedade.

Em relação ao IDEB, os gestores acreditam que poderia ser excelente, se fosse utilizado como ferramenta para diagnosticar os pontos positivos e negativos da aprendizagem, mas a ideologia da sociedade em geral é de competitividade. Existe a prática de se comparar uma unidade escolar com outra, sem considerar a realidade em que está inserida, seus problemas e dificuldades. Compara-se uma unidade escolar com outra, um município com outro. Na teoria essa comparação não existe e é como se cada avaliação fosse única. Na prática as pessoas fazem essa comparação o tempo todo, e o pior é que não se levam em conta as particularidades que são específicas de um local e de uma escola, são próprias e únicas. Simplesmente as escolas recebem uma nota e é preciso buscar melhorias, atingindo-se metas sem haver uma orientação específica, além do que todos acham que em uma escola só existe língua portuguesa e matemática, pois somente essas disciplinas são avaliadas na Prova Brasil.

É preciso sempre aplicar avaliações, mas utilizá-las para melhorias, ter o objetivo de diagnosticar reais necessidades. As interferências e variáveis locais existem, e muitas, como a formação dos pais, o acompanhamento deles junto à escolarização de seus filhos, até mesmo existe a interferência do momento da aplicação da Prova Brasil, pois existem professores que, com o objetivo de êxito nos resultados dessas provas, distorcem sua real finalidade e favorecem alunos. Consequentemente o resultado é falacioso, posicionam-se os gestores. Além do que, dizem, a publicação dos resultados das referidas provas deveria observar o nível sócio-cultural no qual a comunidade escolar está inserida, afastando, assim, eventuais injustiças em suas divulgações, o que ocasiona as comparações até mesmo dentro da própria equipe de gestores do município.

## **CAPÍTULO IV: Diagnóstico dos indicadores do Plano Nacional de Educação (PNE) nos municípios**

### **4.1 Apresentação dos indicadores de classe social e da unidade educacional local**

No Capítulo II, **Quadro 3**, foram apresentados as categorias pesquisadas e os possíveis indicadores. Com os resultados da coleta de dados, obtêm-se o **Quadro 4**, construído de maneira a oferecer os resultados de cada categoria, bem como a manifestação de cada possível indicador. As 9 categorias e os 51 possíveis indicadores são referentes às diretrizes, metas e indicadores do Ministério da Educação (MEC), divulgados através do Guia Prático de ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e da Cartilha do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação: Instrumento de campo.

Para melhor referenciar cada escola, o **Quadro 4** remete à escola de centro como unidade A e à escola de bairro periférico como unidade B, lembrando que as escolas de centro apresentam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) elevado e as de periferia apresentam IDEB baixo. Esse resultado se faz presente nos dois municípios.

A coleta de dados ofereceu uma visão da realidade de cada unidade escolar. O primeiro indicador observado é o geográfico, pois, as escolas de bairro centralizado demonstraram similaridades, enquanto as de bairro periférico também, tal como no resultado do IDEB. Esse indicador não se apresenta entre os possíveis 51 observados; no entanto, é considerado, uma vez que se faz presente em toda a coleta de campo, ou seja, é evidente a diferença no resultado do IDEB e em cada ação do processo de ensino e aprendizagem a questão da unidade escolar ser localizada em centro ou em bairro periférico.

As informações obtidas resultam em um diagnóstico que percebe a presença das 9 categorias, através de 23 indicadores que se manifestaram presentes, além do indicador de localidade, totalizando, portanto, 24 indicadores. Desse total classificam-se sendo 15 indicadores da unidade educacional local e 8 indicadores de classe social.

Na primeira categoria, organização de pais e professores, aparece como indicadores de classe social o percentual de pais de alunos com formação no Ensino Fundamental e o nível de escolaridade dos pais de alunos que compõem a Associação de pais e Mestres. Seguido pela categoria de ações na melhoria da qualidade do ensino, com 5



indicadores da unidade local, sendo o primeiro o percentual de encaminhamento e freqüência de alunos ao reforço escolar; percentual de controle de tarefas realizadas e não realizadas pelos alunos semanalmente; percentual de participação dos alunos nas atividades extraclasse; quantidade de livros adquiridos para a escola nos últimos seis meses e quantidade de atividades extraclasse oferecidas pela escola nos últimos seis meses.

A terceira categoria, investimento na infraestrutura, aparece com indicadores da unidade educacional local. O primeiro é referente à oferta de sala e quantidade de computadores para uso dos alunos e oferta de salas para atividades extracurriculares.

A quarta categoria refere-se a investimento à tecnologia educacional; somente o indicador da unidade educacional local de percentual semanal de atividades pedagógicas curriculares que utilizam a informática com o aluno se manifestou presente. Essa categoria é seguida pela quinta, que se manifesta com 2 indicadores da unidade educacional local nas práticas pedagógicas, sendo existência de programas de incentivo à leitura, para o professor e o aluno, e a utilização do tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem. A sexta categoria, referente à formação continuada do professor, apresenta somente um indicador da unidade educacional local: percentual da carga horária dos professores destinada a atividades extraclasse.

A referência a estrutura familiar e aspectos sociais, sétima categoria, com 6 indicadores de classe social; manifesta-se de maneira completa, sendo: número de pessoas que compõem a família; responsável por dirigir a família; número de pessoas que trabalha na casa; grau de escolaridade dos membros da família; total da renda familiar e comprometimento da renda familiar com alimentação e educação.

A oitava categoria, segurança alimentar e programa público, apresenta 2 indicadores da unidade educacional local: nível de segurança alimentar da família e quantidade e qualidade da merenda. É seguida pela nona categoria, que se refere às formas de gestão do município, que dentre os 8 possíveis indicadores, resultou em 2 que se manifestaram presentes como indicadores da unidade educacional local, sendo o número de membros que fazem parte de cada conselho e percentual de participação de pais e alunos em cada um dos conselhos.

Categoria	Possível indicador	Município Bebedouro: escola A	Município Bebedouro: escola B	Município Catanduva: escola A	Município Catanduva: escola B	Manifestou-se presente com interferência no resultado do IDEB	Tipo de indicador
1. Organização de pais e professores	Percentual de pais de alunos com formação no Ensino Fund.	30% com Ensino Fund. completo; 40% Ensino Médio completo; 20% Graduação; 6% Ensino Médio incompleto e 4% Ensino Fund. incompleto	60% Ensino Fund. incompleto; 30% Ensino fund. completo; 10% Ensino Médio, apenas 4% obtiveram diploma	40% com Ensino Fund. completo; 30% Ensino Médio completo; 20% graduação; 5% Ensino Médio incompleto e 5% Ensino Fund. incompleto	40% Ensino Fund. incompleto; 30% Ensino fund. completo; 30% Ensino Médio, apenas 15% obtiveram diploma	Sim	Indicador de classe social
	Nível de escolaridade dos pais de alunos que compõem a APM	60% Ensino Médio completo e 40% graduação	50% Ensino Fundamental completo e 50% Ensino Médio completo	50% Ensino Médio completo e 50% graduação	50% Ensino Fundamental completo e 50% Ensino Médio completo	Sim	Indicador de classe social
	Percentual de professores que possuem graduação	100% possuem graduação	100% possuem graduação	100% possuem graduação	100% possuem graduação	Não	Indicador não manifestado
	Percentual de professores que possuem especialização	100% possuem graduação	100% possuem graduação	100% possuem graduação	100% possuem graduação	Não	Indicador não manifestado
	Percentual de professores que possuem mestrado ou doutorado	Nenhum professor com mestrado e nenhum com doutorado	Nenhum professor com mestrado e nenhum com doutorado	Nenhum professor com mestrado e nenhum com doutorado	Um professor com mestrado e nenhum com doutorado	Não	Indicador não manifestado.
2. Ações na melhoria da qualidade do ensino	Percentual de alunos de seis anos fora da escola	Não há lista de espera de alunos = 0%	Aproximadamente 5%	Não há lista de espera de alunos = 0%	Aproximadamente 5%	Não	Indicador não manifestado
	Percentual de encaminhamento e frequência de alunos ao reforço escolar	Menos de 10%, são os que precisam. A frequência é de 100%	Mais de 15% são encaminhados ao reforço. A frequência é de 75% a 80%	Menos de 10% . frequência de 100%	Não há a oferta do reforço	Sim	Indicador da unidade educacional.
	Percentual de reprovação (retenção) de alunos de seis e sete anos	Não há reprovação nessa série	Não há reprovação nessa série	Não há reprovação nessa série	Não há reprovação nessa série	Não	Indicador não manifestado
	Quantidade de alunos por sala de aula	25 nos três anos iniciais e 35 nos finais	25 nos três anos iniciais e 35 nos finais	25 nos três anos iniciais e 30 nos finais	25 nos três anos iniciais e 35 nos finais	Não	Indicador não manifestado
	Percentual de tarefas semanais relacionadas às diversas disciplinas que	4 tarefas semanais, sendo 80% nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e	4 tarefas semanais, sendo 80% nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e	4 tarefas semanais, sendo 80% nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e	4 tarefas semanais, sendo 80% nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e	Não	Indicador não manifestado

	compõem as séries do primeiro ao quinto ano do Ensino Fund.	20% nas demais disciplinas	20% nas demais disciplinas	20% nas demais disciplinas	20% nas demais disciplinas		
	Percentual de controle de tarefas realizadas e não realizadas pelos alunos semanalmente	Realizadas 95% e não realizadas 5%	Realizadas 70% e não realizadas 30%	Realizadas 98% e não realizadas 2%	Realizadas 65% e não realizadas 35%	Sim	Indicador da unidade educacional local
	Quantidade de atividades extraclasse oferecidas pelo professor semanalmente	Música, computação, dança e artes	Música/banda, computação, dança/corpo coreográfico da banda, boas maneiras, horta e educação ambiental	Computação, educação ambiental, Estatuto da criança e do adolescente e estatuto do idoso	Boas maneiras, horta, educação ambiental, estatuto da criança e do adolescente e estatuto do idoso	Não	Indicador não manifestado
	Percentual de participação dos alunos nas atividades extraclasse	100% dos inscritos, pois as inscrições dependem de opção do aluno ou encaminhamento direcionado do diretor	80% dos inscritos, as inscrições dependem de opção do aluno ou encaminhamento direcionado do diretor	100% dos inscritos	70%	Sim	Indicador da unidade educacional local
	Quantidade de livros adquiridos para a escola nos últimos seis meses	100 livros adquiridos através do PDDE	Não houve aquisição	80 livros adquiridos através da APM,	Não houve aquisição	Sim	Indicador da unidade educacional local
	Quantidade de atividades extraclasse oferecidas pela escola nos últimos seis meses	4 semanais	1 semanal	5 semanais	1 semanal	Sim	Indicador da unidade educacional local
3. Investimento na infraestrutura	Quantidade de reformas realizadas na escola nos últimos doze meses, especificando-as	1 reforma	1 reforma	1 reforma	Nenhuma	Não	Indicador não manifestado
	Oferta de adaptação para atendimento aos alunos com necessidades especiais	Somente os recursos de acessibilidade nos banheiros	Recursos de acessibilidade em um banheiro, corrimões e rampas	Recursos de acessibilidade em um banheiro, corrimões e rampas	Rampas	Não	Indicador não manifestado
	Oferta de laboratório na escola. Quais	Informática, TV e vídeo, leitura e ciências	Informática, TV/vídeo	Informática, TV/vídeo	Nenhum	Não	Indicador não manifestado
	Oferta de salas contendo computador es para os alunos. Quantidade	1 sala com 15 computadores	1 sala com 15 computadores, no entanto, é também usada para estudo	1 sala com 15 computadores	Nenhum	Sim	Indicador da unidade educacional local

	Oferta de salas para atividades extracurriculares. Especificar	4: computação, música, dança e artes	1: informática	2 salas: informática e TV/ vídeo	Nenhum	Sim	Indicador da unidade educacional local
4. Investimento na tecnologia educacional	Percentual de capacitações e professores capacitados para o uso da informática a favor da educação.	1 capacitação e 90% são capacitados	1 capacitação e 90% são capacitados	1 capacitação e 100% são capacitados	1 capacitação e 100% são capacitados	Não	Indicador não manifestado
	Quantidade de computadores com acesso à internet de uso dos professores e funcionários	3 computadores.	1 computador.	2 computadores.	1 computador.	Não.	Indicador não manifestado.
	Quantidade de computadores com acesso à internet de uso dos alunos.	15 computadores.	15 computadores.	15 computadores.	Nenhum.	Não.	Indicador não manifestado.
	Quantidade de computadores com acesso à internet para uso da comunidade.	Nenhum.	Nenhum.	Nenhum.	Nenhum.	Não.	Indicador não manifestado.
	Percentual semanal de atividades pedagógicas curriculares que utilizam a informática com o aluno.	20%.	5%.	20%.	0%.	Sim.	Indicador da unidade educacional local.
5. Práticas pedagógicas	Presença de coordenadores ou supervisores pedagógicos na escola.	1 coordenador e nenhum supervisor.	1 coordenador e nenhum supervisor.	1 coordenador e nenhum supervisor.	1 coordenador e nenhum supervisor.	Não.	Indicador não manifestado.
	Reuniões pedagógicas e horários de trabalhos pedagógicos, para discussão dos conteúdos e metodologias de ensino.	HTPC de 3 horas semanais.	HTPC de 3 horas semanais.	HTPC de 2 horas semanais.	HTPC de 2 horas semanais.	Não.	Indicador não manifestado.
	Existência de programas de incentivo	1 programa específico para o professor e 1 para professor e	1 programa para o aluno.	1 para os alunos e outro para os professores.	1 programa para os alunos.	Sim.	Indicador da unidade

	à leitura, para o professor e o aluno.	alunos juntos.					educacional local.
	Utilização do tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.	4 horas no contra turno.	2 horas semanais.	4 horas semanais.	Não há essa oferta.	Sim.	Indicador da unidade educacional local.
	Existência de uma diretriz pedagógica que oriente professores e coordenadores.	A secretaria municipal oferece diretrizes próprias.	A secretaria municipal oferece diretrizes próprias.	A secretaria municipal oferece diretrizes próprias, além de material apostilado.	A secretaria municipal oferece diretrizes próprias, além de material apostilado.	Não.	Indicador não manifestado.
6. Formação continuada do professor	Quantidade de cursos/capacitação destinados à formação dos professores (percentual semanal).	Dois ao ano, 1 no planejamento (fevereiro) e outro no replanejamento (julho).	Dois ao ano, 1 no planejamento (fevereiro) e outro no replanejamento (julho).	Dois ao ano, 1 no planejamento (fevereiro) e outro no replanejamento (julho). Além dos cursos oferecidos pelo apostilamento Positivo.	Dois ao ano, 1 no planejamento (fevereiro) e outro no replanejamento (julho). Além dos cursos oferecidos pelo apostilamento Positivo.	Não.	Indicador não manifestado.
	Percentual da carga horária dos professores destinada a atividades extraclasse.	3 horas semanais.	1 hora semanal.	2 horas semanais.	1 hora semanal	Sim.	Indicador da unidade educacional local.
	Percentual de presença dos professores nas horas atividades programadas (HTPCs).	100% de presença.	100% de presença.	100% de presença.	100% de presença.	Não.	Indicador não manifestado.
	Periodicidade de atualização do plano de carreira do professor desde a data de criação do PNE	2 vezes.	2 vezes.	2 vezes.	2 vezes.	Não.	Indicador não manifestado.
	Percentual de investimentos nos salários da educação relacionados ao FUNDEB.	Mais de 60% considerado obrigatório, aproximadamente 70%.	Mais de 60% considerado obrigatório, aproximadamente 70%.	Mais de 60% considerado obrigatório, aproximadamente 90%.	Mais de 60% considerado obrigatório, aproximadamente 90%.	Não.	Indicador não manifestado.
7. Estrutura familiar e aspectos sociais	Número de pessoas que compõem a família.	Média de 3 a 4 pessoas.	Média de 6 pessoas.	Média de 4 pessoas.	Média de 6 a 7 pessoas.	Sim.	Indicador de classe social.
	Responsável por dirigir a família.	92% homens e 8% mulheres.	70% homens e 30% mulheres.	90% homens e 10% mulheres.	65% homens e 35% mulheres.	Sim.	Indicador de classe

							social.
	Quantos trabalham na casa.	Média de 2.	Média de 1 a 2.	Média de 2.	Média de 1 a 2.	Sim.	Indicador de classe social.
	Grau de escolaridade dos membros da família.	10% Ensino Fundamental, 60% Ensino Médio e 30% ensino superior	80% Ensino Fundamental, 15% Ensino Médio e 5% ensino superior	15% Ensino Fundamental, 55% Ensino Médio e 30% ensino superior	94% Ensino Fundamental, 6% Ensino Médio e 0% ensino superior	Sim.	Indicador de classe social.
	Total da renda familiar.	2 a 7 salários mínimos.	2 salários mínimos.	2 a 6 salários mínimos.	2 salários mínimos.	Sim.	Indicador de classe social.
	Comprometimento da renda familiar com alimentação e educação.	20% a 40%	60% a 100%	30% a 50%	70 a 100%	Sim.	Indicador de classe social.
8. Segurança alimentar e Programa Público.	Nível de segurança alimentar da família.	Alimentos em quantidade suficiente e de qualidade.	Dificuldade em adquirir os alimentos para o mês todo. Entre qualidade e custo, prevalece o custo	Alimentos em quantidade suficiente e de qualidade.	Dificuldade em adquirir os alimentos para o mês todo. Adulto, por vezes, deixa de se alimentar para a criança fazê-lo. Entre qualidade e custo, prevalece o custo.	Sim.	Indicador de classe social
	Quantidade e qualidade da merenda.	Qualidade nutricional satisfatória, acompanhada por nutricionista. 80% consomem a merenda escolar, desse número 10% repetem.	Qualidade nutricional satisfatória, acompanhada por nutricionista. 100% consomem a merenda escolar, desse número 50% repetem.	Qualidade nutricional satisfatória, acompanhada por nutricionista. 75% consomem a merenda escolar, desse número 10% repetem.	Qualidade nutricional satisfatória, acompanhada por nutricionista. 100% consomem a merenda escolar, desse número 70% repetem.	Sim.	Indicador da unidade educacional local.
9. Formas de gestão municipal (estrutura de gestão do município)	Número de membros que fazem parte de cada conselho.	Média de 20 membros em cada conselho. Aproximadamente, 10 pais em cada um.	Média de 20 membros em cada conselho. Aproximadamente, 6 pais em cada um.	Média de 20 membros em cada conselho. Aproximadamente, 12 pais em cada um.	Média de 20 membros em cada conselho. Aproximadamente, 4 pais em cada um.	Sim.	Indicador da unidade educacional local.
	% de participação de pais de alunos em cada um dos conselhos	50%	30%	60%	20%	Sim	Indicador da unidade educacional local.
	Nº de reuniões de cada um dos conselhos	1 reunião mensal	1 reunião mensal	1 reunião mensal	1 reunião mensal	Não	Indicador não manifestado
	Regimento interno para cada um dos conselhos	Sim, todos os conselhos possuem regimento interno	Sim, todos os conselhos possuem regimento interno	Sim, todos os conselhos possuem regimento interno	Sim, todos os conselhos possuem regimento interno	Não	Indicador não manifestado
	Nº capacitação p/elaboração e implantação do PP	1 anual para os presidentes e até 2 conselheiros	1 anual para os presidentes e até 2 conselheiros	1 anual para os presidentes e até 2 conselheiros	1 anual para os presidentes e até 2 conselheiros	Não	Indicador não manifestado.
Implantação	Sim, orientada	Sim, orientada	Sim, orientada	Sim, orientada			

	de uma metodologia de planejamento na escola	pela Secretaria de Educação	pela Secretaria de Educação	pela Secretaria de Educação	pela Secretaria de Educação	Não	Indicador não manifestado.
	Verificação de implantação do PDE Escola	Essa escola recebeu somente um benefício: PDDE, aproximadamente R\$ 1.500,00 ano	Essa escola recebeu somente um benefício: PDDE, aproximadamente R\$ 1.500,00 ano	Essa escola recebeu somente um benefício: PDDE, aproximadamente R\$ 1.500,00 ano	Essa escola recebeu somente um benefício: PDDE, aproximadamente R\$ 1.500,00 ano	Não	Indicador não manifestado
	Nível de execução das ações do PDE Escola	Essa escola não recebeu nenhum acompanhamento	Essa escola não recebeu nenhum acompanhamento	Essa escola não recebeu nenhum acompanhamento	Essa escola não recebeu nenhum acompanhamento	Não	Indicador não manifestado

#### **QUADRO 4:** Resultado dos possíveis indicadores locais

*Fonte:* Elaboração do pesquisador, 2009.

Diante dos dados apresentados no **Quadro 4**, analisa-se a seguir (seção 4.2) a interferência desses possíveis indicadores locais na eficácia do processo de ensino e aprendizagem nos municípios.

#### **4.2 Interferências dos indicadores das unidades educacionais locais e de classe social na eficácia do processo de ensino e aprendizagem nos municípios**

Ao descrever as interferências manifestadas em cada um dos indicadores, é necessário registrar o primeiro que se faz presente: geográfico (localidade). As duas escolas de baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) são localizadas em bairros periféricos e as duas de IDEB elevado são escolas localizadas no centro da cidade, além do que, as duas escolas de centro, são procuradas por pais de alunos que se deslocam de diferentes bairros somente por oferecer essa matrícula aos seus filhos. Essa questão se repete nos dois municípios.

A análise do **Quadro 4** se dá a partir das categorias e seus respectivos indicadores que se manifestaram presentes e oferecendo interferência no processo de ensino e aprendizagem, interferindo no IDEB à partir da diferença de classe social e do perfil da unidade educacional local. Os indicadores propostos manifestam-se da maneira a seguir.

Percentual de pais de alunos com formação no Ensino Fundamental e nível de escolaridade dos pais de alunos que compõem a Associação de Pais e Mestres demonstram

que a formação técnica e acadêmica dos pais oferece correlações no desenvolvimento do processo cognitivo dos alunos, uma vez que os pais que apresentam facilidade para acompanhar seus filhos em tarefas, atividades do dia-a-dia escolar, comunicação com as atividades da escola, participação nas ações da Associação de Pais e Mestres (APM) entre outros, auxiliam seus filhos na busca pelo sucesso escolar.

O percentual de encaminhamento e frequência dos alunos no reforço escolar também se manifestou presente. As duas escolas que oferecem reforço e os alunos freqüentam com assiduidade, apresentam melhor nota no IDEB, também são as localizadas em bairro de centro. Das outras duas unidades escolares, localizadas na periferia, uma delas não oferece reforço e a outra não atinge freqüência satisfatória dos alunos, ou seja, ocorrem muitas faltas. Conclui-se, portanto, que a oferta do reforço e a freqüência dos alunos com assiduidade resultam em uma nota melhor do IDEB. Acredita-se que a oportunidade em resgatar a defasagem de aprendizagem dos alunos com dificuldades oferece resultado positivo no processo de ensino e aprendizagem.

Percentual de controle de tarefas realizadas e não realizadas pelos alunos semanalmente também se manifesta presente como indicador. Nas escolas em que os alunos realizam suas tarefas com sistematização, o IDEB é elevado; nas duas escolas em que o percentual de tarefas executadas não é elevado, o IDEB é baixo.

Ao referir-se ao percentual de participação dos alunos nas atividades extraclasse, percebe-se que, quando os alunos freqüentam assiduamente as atividades extraclasse, a escola possui o IDEB elevado; nas escolas em que os alunos matriculados nas atividades extraclasse faltam em média de 20% a 30%, o IDEB é baixo. Portanto, acredita-se que na escola que oferece atividades extraclasse e consegue obter freqüência elevada dos alunos, o índice se eleva. Relacionado a esse indicador, acompanha-o o que se refere à quantidade de atividades extraclasse oferecidas pela escola nos últimos seis meses, pois nas escolas que oferecem uma média de 4 a 5 atividades semanais, o IDEB é elevado, as que oferecem 1 semanal, o IDEB é baixo. O indicador infra-estrutura aparece outro indicador ao relatar sobre a oferta de salas para atividades extraclasse: as escolas que apresentam de 2 a 4 salas obtiveram melhor IDEB que as outras. Uma das escolas de baixo IDEB oferece apenas uma sala e a outra, nenhuma.

No que se refere à aquisição de livros para a escola, o resultado é que as escolas que adquiriram livros oferecem IDEB melhor que as unidades que não adquiriram. Acredita-se que o fato de obtenção de livros para a escola, que acarreta em oferta de leitura para os alunos, oferece relação com o resultado do IDEB.



O indicador que se refere à oferta de salas contendo computadores para os alunos também se mostra presente, pois duas escolas que fazem essa oferta possuem IDEB melhor, as outras não; uma delas oferece a sala, mas ela não é exclusiva para computação e a outra não possui esse tipo de sala. Percebe-se que a oportunidade dos alunos receberem essa capacitação e poderem estudar em uma sala exclusiva para informática faz diferença. O indicador que se refere ao percentual de atividades pedagógicas curriculares que utilizam a informática com o aluno está presente nas escolas que oferecem até 20% dessas suas atividades com os alunos, portanto, nas duas escolas de alto IDEB. Nas duas outras escolas, baixo IDEB, essas atividades quase não acontecem, ou seja, uma desenvolve 5% de atividades e a outra 0%.

Ao se fazer referência às práticas pedagógicas, observa-se que o indicador referente à existência de projetos de leitura está presente. Implantar e desenvolver um projeto de leitura somente para os alunos está presente nas quatro escolas, mas quando se avalia a presença de um projeto específico para os professores, somente as unidades escolares de alto IDEB o fazem. Acredita-se que é preciso desenvolver o hábito da leitura nos alunos, paralelamente com a oportunidade de desenvolver interpretação e produção; no entanto, o professor também precisa praticar esse hábito e precisa poder participar de situações em que possa expressar o que entendeu.

O aproveitamento do tempo para oferecer assistência individual ou coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem interfere no resultado do processo de ensino e aprendizagem, pois duas escolas oferecem 4 horas semanais para essa atividade, chamada de reforço escolar e possuem alto IDEB; as outras duas, com baixo IDEB, não, pois uma não oferece essa ação e a outra oferece somente 2 horas semanais.

O indicador referente ao percentual da carga horária dos professores destinada a atividades extraclasse aparece e constata-se a importância de o professor trabalhar com seus alunos fora da sala de aula e oferecer atividades extras, pois uma escola oferece 3 horas semanais e outra 2, estão com IDEB alto, as outras que oferecem a média de apenas 1 hora semanal apresentam baixo índice.

As categorias 7 e 8 aparecem com total presença. Todos os seus indicadores manifestaram presença. As famílias das escolas de centro (alto IDEB) possuem a média de 4 pessoas por casa; a maioria delas é dirigida por homens; aproximadamente 50% desses membros da família trabalham; uma média de apenas 10 a 15% possuem Ensino Fundamental, os outros Ensino Médio completo – 55% a 60% - e 30% possuem graduação; a renda familiar gira em torno de 2 a 6 salários mínimos; comprometem 20% a 50% da renda

com alimentação e educação; conseguem obter alimentos para a família para o mês todo e com qualidade; além do que a merenda que é servida nessas escolas é em quantidade satisfatória e, no total de alunos dessas escolas, 75% a 80% consomem a merenda, mas apenas 10% participam da repetição dessa refeição.

Ainda nas categorias 7 e 8, constata-se que as famílias das escolas de periferia (baixo IDEB) possuem a média de 6 pessoas por casa; 30% a 35% dessas famílias são chefiadas por mulheres; 1 a 2 membros dessas famílias trabalham; apresentam uma média superior a 80% dos moradores com formação em Ensino Fundamental, 6 a 15% com Ensino Médio, não apresentam moradores com faculdade; recebem uma média de até 2 salários mínimos por família; comprometem de 60% a 100% de seus salários com alimentação e educação; apresentam dificuldade em adquirir alimento para o mês todo, por vezes, o adulto deixa de se alimentar para a criança fazê-lo e, dos alunos dessas escolas, a maioria busca a merenda para se alimentar e, em uma média de 50% a 65%, repetem essas refeições.

Torna-se evidente observar que as dificuldades vivenciadas por esses alunos em suas residências oferecem interferência real e direta no processo de ensino e aprendizagem, diagnosticada através do índice da escola em que estudam.

Na nona categoria, a influência dos pais e respectivas famílias dos alunos no processo de ensino e aprendizagem também se faz presente. Observa-se que, em cada um dos conselhos, a média de participantes é de 20 membros, sendo que, nas escolas de alto índice, 50% a 60% são pais de alunos e, nas outras escolas, essa média cai para 20% a 30%. Acredita-se que, quando os pais participam de maneira atuante na escola, conduzem ações e participam de conselhos, o resultado reflete-se no sucesso do índice da unidade escolar.

Constata-se, portanto, que as nove categorias apresentadas na elaboração das metas municipais, segundo as orientações federais, se manifestam presentes na forma de 24 indicadores: 1 geográfico, 8 de classe social e 15 da unidade educacional local. Considerando que o IDEB avalia somente proficiência em Língua Português e Matemática e fluxo, através dos números de aprovações, retenções e evasões da unidade escolar, torna-se impossível o aprimoramento da efetividade da política educacional e de gestão somente pela avaliação do IDEB. Essa proposição é comprovada no resultado do IDEB de 2009, cuja avaliação aconteceu em novembro do mencionado ano e o resultado divulgado em junho de 2010, conforme demonstra tabela abaixo.

Município	Escola	Resultado obtido (IDEB observado) 2005	Meta 2007	Resultado obtido (IDEB observado) 2007	Meta 2009	Resultado obtido (IDEB observado) 2009
Bebedouro	EMEB Coronel Conrado Caldeira	5,8	5,8	5,8	6,1	6,4
Bebedouro	EMEF Yolanda Carolina Giglio Villela	Não apresentado	Não apresentado	4,5	4,7	5,5
Catanduva	EMEF Octacílio de Oliveira Ramos	Não apresentado	Não apresentado	6,2	6,3	6,5
Catanduva	EMEF Nelson Macedo Musa	3,1	3,2	3,8	3,5	5,0

**QUADRO 5:** Unidades Escolares utilizadas na pesquisa de campo

*Fonte:* Elaboração do pesquisador, 2010.

Nos dois municípios prevaleceram as melhores notas nas unidades escolares localizadas no centro do município, com todas as variáveis locais já comprovadas, assim, apesar das unidades de bairros periféricos terem atingidos a meta de 2009, não alcançaram o índice das outras escolas. As diferenças existem e prevalecem.

Acredita-se que o IDEB somente avalia, aliás, de forma incompleta, uma vez que os indicadores apresentados nesse estudo evidenciam as necessidades das crianças. Os indicadores apresentados são reflexos dessas carências.

Avaliado o entorno da escola, questiona-se ainda o que a política educacional poderia mudar em uma situação que é sistêmica? Acredita-se haver variáveis que podem ser transformadas melhorando os índices, como o investimento em gestão. O olhar gestor pode apresentar maior eficiência e eficácia quando considerada a realidade local e assim oferecer situações que combatam os entraves.

É possível oferecer horários de reforço que possam ser atendidos pelos alunos, até mesmo transporte para que esse reforço seja presencial; é possível oferecer um número de alunos por classe que combata a dificuldade didática do docente; é possível oferecer uma sala de computação que funcione com qualidade de ferramentas e horários possíveis de serem

freqüentado; é possível investir em merenda de maneira a suprir as carências alimentares que o aluno possa sofrer no período fora da escola, dentre outras ações.

Acredita-se que outras ações não dependem da política educacional, cujas causas estão no sistema. Seria difícil transformar o grau de escolaridade dos pais, ou mesmo sua renda familiar, no entanto, é possível haver no município programas que exijam diálogo entre os setores. É possível acontecer ações intersetoriais que objetivam combater esses resultados. Enfim, acredita-se que a questão de gestão, quer no âmbito da unidade escolar, quer no âmbito municipal, deve ser revista de maneira a considerar as variáveis locais e, assim, enxergando melhor o entorno de cada localidade, existir a possibilidade de oferecer ações que combatam os entraves.

Acredita-se ser possível a utilização do presente estudo, considerando indicadores locais, geográficos e de classe social, para entender melhor o entorno de uma localidade educacional. Propõem-se novos estudos em que o IDEB estaria correlacionado com as condições do entorno e as questões de gestão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados após a coleta de dados levam a refletir sobre a postura descentralizadora que existe na Constituição Brasileira de 1988. Pode-se perceber que os municípios obedecem de maneira responsável às leis vigentes, buscam trabalhar de maneira eficiente as leis federais. Os municípios cumprem as regras e normas estabelecidas, bem como a aplicabilidade de ações de caráter local. O Plano Nacional de Educação sugere que aconteçam os planos correspondentes e assim o é, pois o Estado de São Paulo oferece o plano estadual, e os municípios pesquisados o Plano Municipal de Educação, bem como o Plano de Carreira do Magistério, entre outros. Existe a intenção de promover implementações que obedeçam ao perfil local. No entanto, quando os municípios se propõem a executarem a aplicabilidade das leis vigentes, permanece a preocupação em efetivar seu devido cumprimento. Com isso não acontece o respeito às variáveis locais, uma vez que essas não são cobradas. Portanto, cumpre-se o que é obrigatório, cumprem-se prazos, mas não se efetiva a preocupação com as variáveis locais, que estão presentes e são específicas de um único lugar. Cada município vive uma realidade única, com seus próprios atores.

Ao descrever os resultados obtidos em campo nos municípios de Bebedouro e Catanduva, mostra-se claramente a diferença do perfil de escola de centro, da escola de bairro periférico, no que se refere ao IDEB. As escolas de centro apresentam o IDEB alto e as unidades escolares de periferia comprovam baixo IDEB, o que resulta na comprovação de um indicador de localidade (geográfico). A presença de variáveis locais ofereceu o resultado de indicadores educacionais locais e de classe social.

Os indicadores educacionais locais apontam para a existência de diferenças no resultado do IDEB da escola que oferece reforço para os alunos perante a que não oferece; indica também a existência de diferença da escola em que os alunos realizam com assiduidade as tarefas; participam de atividades extraclases oferecidas pelo professor e pela escola; recebem, por parte da escola, a oferta de livros para leituras; da escola que oferece sala com computadores para os alunos e sala para atividades extracurriculares; indicam a diferença nas escolas que utilizam a informática com atividades pedagógicas; indicam diferença onde existem programas de leitura para os alunos e para os professores; indicam diferença aos que oferecem assistência individual ou coletiva aos alunos com dificuldade de aprendizagem; oferecem horas atividades para os professores prepararem e corrigirem atividades;

investimento na merenda, bem como quantidade de vezes em que os alunos se alimentam na escola.

Os indicadores sociais apontam para diferenças que interferem no resultado do IDEB nos casos da escola que apresenta o grau de escolaridade dos pais mais elevado que outra, bem como a participação e atuação desses pais na APM e nos conselhos; percentual de participação dos pais nos conselhos; número de pessoas que compõem a família e seu responsável; dentre esse número quantos trabalham; renda familiar e comprometimento dessa renda com alimentação e educação.

Pode-se, portanto, observar a interferência de inúmeras variáveis locais presentes em um determinado local. Comprova-se a questão desses indicadores existirem e interferirem na realidade local sem, no entanto, serem avaliados. Acredita-se que deveria haver a avaliação dos indicadores locais para se oferecer melhor ferramenta de mensuração ao processo pedagógico, bem como deveriam existir metas e diretrizes capazes de atender a esses indicadores e assim atingir transformações.

Pode-se analisar, após confirmação da coleta de dados, que o fato de o IDEB apresentar um indicador para cada escola de um município e a média dessas escolas resultarem na nota municipal, confirma uma falácia, uma vez que as variáveis locais não são as mesmas nas unidades escolares de um mesmo município. As interferências do tipo gestão, formação cultural, capacitação de professores, alimentação, grau de escolaridade dos pais, entre outros, atuam no processo da prática pedagógica, por vezes na atuação do aluno, por vezes na prática dos diretores e professores, enfim as variáveis existem e oferecem interferência no dia-a-dia do processo de ensino e aprendizagem, indicando para um perfil único em cada local.

Os dois municípios analisados confirmaram o fato de desenvolverem ações que buscam atingir as metas estabelecidas; no entanto, além das variáveis já mencionadas, torna-se claro que uma mesma ação não oferece o mesmo resultado, considerando a sua localização, ou seja, 24 indicadores indicam diferenças locais, quer de classe social, quer da própria unidade escolar. Acredita-se haver realmente uma falácia na sondagem realizada, ou seja, a avaliação que resulta no IDEB considera as questões de fluxo e proficiência, o que dissimula as diferenças locais.

Além disso, o estudo comprova que os dois municípios elencados não receberam acompanhamento de implantação de um programa específico para cada um deles, assim, torna-se impossível considerar a eficácia desse programa. Não existem programas

implementados que sejam diferentes entre os municípios, ou seja, as especificidades locais de gestão não são atendidas.

Os municípios recebem acompanhamento on line para conceituarem o IDEB, mas não recebem capacitações ou programas para superarem as metas e assim melhorarem os índices.

O IDEB divulga seu índice para a unidade escolar e para o município, a seguir não oferece acompanhamento ou a oportunidade de auxílio para que as metas possam ser atingidas. Cabe, pois, ao município diagnosticar e promover ações que objetivam obter sucesso. Lembrando que cada unidade escolar responde de maneira diferente a uma implementação, considerando as 9 categorias e os 24 indicadores propostos. Portanto, as eficácias e entraves das metas relacionadas ao indicador IDEB ganham contornos diferenciados nos espaços locais. Esses espaços locais, ou seja, a unidade escolar se apresenta com perfil próprio, com características específicas nos aspectos de gestão de política educacional, cultural, econômica, social, entre outros.

Apesar das leis, metas e normas, cada escola tem condições específicas locais, tem variáveis analíticas próprias de seu ambiente, que são determinantes na aplicabilidade de uma avaliação, interferindo também na eficácia e entraves da mesma. Comprova-se e apresenta-se, portanto, a existência de 24 indicadores. Acredita-se na possibilidade de implementação de uma política de avaliação local que considere esses indicadores, afinal o IDEB está em sua terceira nota desde 2005 e a realidade de existir um perfil único e diferenciado em cada unidade escolar permanece sem avaliação.

Nessa situação surge um abismo, uma vez que as leis regem que aconteça a valorização ao perfil local, mas, na prática, essa atitude é acompanhada de inúmeras dificuldades. Não existe uma atenção a essas diferenciações. Acredita-se ser possível considerar, através de avaliação, a realidade local com os indicadores propostos nesse estudo, objetivando aprimoramento ao sistema de avaliação IDEB. Acredita-se que a aplicabilidade de avaliação da proposição dos indicadores do presente estudo viria a ser objeto de novas pesquisas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. M. M. C. **Avaliação da Eficácia da Gestão de Programas de Segurança Alimentar e do Nível de Coesão Social das redes formadas:** Análise Comparativa entre Municípios Paulistas. São Carlos: UFSCar/Departamento de Engenharia de Produção, 2009. 38p. Plano de Pesquisa de Bolsa de Pós-Doutorado Júnior (PDJ) no país.

\_\_\_\_\_. **Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar:** Análise Comparativa entre Municípios Paulistas. Campinas: UNICAMP/Faculdade de Engenharia Agrícola, 2008. 220 p. Relatório Técnico-Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 6023. Informação e documentação:** Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

\_\_\_\_\_. **NBR 6027. Informação e documentação:** Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 2 p.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520. Informação e documentação:** Citações em documentos -Apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 7 p.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724. Informação e documentação:** Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2005. 9 p.

BADARÓ, M. G. C. **A revolução na cultura.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BEBEDOURO (Prefeitura Municipal). **História e fotos.** Disponível em: <<http://www.bebedouro.sp.gov.br>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2008a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Compromisso e Metas Todos pela Educação.** Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 17 mar. 2008b.



\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 17 mar. 2008c.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. 3. ed. Brasília, DF, 2001.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Plano Municipal de Educação**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 17 mar. 2008d.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **O Plano de Desenvolvimento da educação: Razões, Princípios e Programas**, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 17 mar. 2008e.

BURETH, A; LLERENA, P. Systeme local d'innovation: approche théorique et premiers résultats empiriques. In: ACTES. **du colloque Industrie et territoire: les systems productifs localizes**. Grenoble: Institut de Recherche Economique sur la production et le Développement, 21 et 22 Oct. 1992.

CARVALHO, M. I. V. Política Pública e Políticas Públicas no Brasil: conceitos básicos e achados empíricos. In: CARVALHO, M. I. V. (Org.). **O Estado da Política: Tópicos selecionados**. Brasília, DF: Paralelo 15, 1998.

CATANDUVA (Prefeitura Municipal). **História e fotos**. Disponível em: <<http://www.catanduva.sp.gov.br>>. Acesso em: 16 mai. 2010.

CURY, C. R. J., BRITO, V. L. A. e HORTA, J. S. B. **Medo à liberdade e compromisso democrático: Lei de Diretrizes e Bases e Plano Nacional de Educação**. São Paulo: Editora do Brasil, 1997.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília/DF: Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, DF: IPEA, v.21, p. 211-259, 2000.

GOMES, A. C. **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2000.

HERMIDA, J. F. O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172). **Educar**, n. 27. Curitiba: UFPR, 2006. p. 239-258.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Consulta de Tabelas e Gráficos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 mai. 2009

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. Governo Federal. **IDEB**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 23 mai. 2009.

PINTO, J. M. R. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002). **Educação e Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 108-135, set. 2002.

ROSAR, M. F. F. A dialética entre concepção e a prática da gestão democrática no âmbito da educação básica no Brasil. **Educ. Soc.** v.20, n. 69, p. 165-176, dez. 1999.

RUA, M. G. **Desmistificando o problema**: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores. Mimeo. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública, 2004.

\_\_\_\_\_. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, M. G; CARVALHO, M. **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília, DF: Paralelo 15, 2002.

SAVIANI, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do projeto do MEC. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, 2007.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologia**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

VALENTE, I; ROMANO, R. Plano Nacional de Educação ou Carta de Intenção? **Educ. Soc.** v.23, n.80, p. 96-107, set. 2002.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 3. ed. 2002.

WINDHOFF-HÉRITIER, A. **Policy-Analyse**: eine Einfuhrung. Frankfurt am Main/New York: Campus, 1987.

WOLLMANN, H. Policy-Forschung – ein Kernbereich der Politikwissenschaft. Was denn sonst? In: HANS-HERMANN, H. (Org.). **Policy-Forschung in der Bundesrepublik Deutschland. Ihr Selbstverständnis und ihr Verhältnis zu den Grundfragen der Politikwissenschaft**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1985.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A:** Roteiro (I) de entrevista para diretores, vice-diretores e coordenadores de escola

**ROTEIRO (I) DE ENTREVISTA PARA ATORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE GESTÃO ESCOLAR (diretores, vice-diretores e coordenadores de escola)**

1. Qual a formação dos pais de alunos que fazem parte da Associação de pais e mestres?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2. Qual o percentual de professores que são formados em faculdade?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. Qual o percentual de professores que possuem especialização de 180 horas? E de 360 horas? E *latos sensu*?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Qual o percentual de professores que possuem mestrado? E Doutorado?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Qual o percentual de alunos de seis anos fora da escola?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. A secretaria municipal de educação oferece reforço escolar?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. Qual é o percentual de alunos encaminhados ao reforço escolar?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8. Qual o percentual de frequência dos alunos encaminhados ao reforço escolar?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9. Qual o percentual de reprovação (retenção) de alunos de seis e sete anos?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10. Qual a média de alunos por sala de aula?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

11. As salas de aula são homogêneas ou heterogêneas?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

12. Qual o percentual de tarefas semanais relacionadas às diversas disciplinas que compõe as séries iniciais do ensino fundamental?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

13. Qual o percentual de tarefas realizadas pelos alunos semanalmente nas disciplinas de língua portuguesa e matemática?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

14. Qual a quantidade de tarefas extraclasse oferecidas pelo professor semanalmente nos cinco primeiros anos iniciais do ensino fundamental?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

15. Qual a quantidade de livros adquiridos para a escola nos últimos seis meses?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

16. Qual a quantidade de reformas realizadas na escola nos últimos doze meses?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

17. Quais os investimentos em infra-estrutura para atendimento de alunos com necessidades especiais?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

18. Existem laboratórios na escola? Quantos? Quais?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

19. Existe sala de CPD (centro de processamento de dados ou sala de informática) para os alunos?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

20. Quantos computadores estão disponíveis para uso exclusivo dos alunos? E dos professores?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

21. Os professores têm acesso à internet e a impressão no computador?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

22. Qual a quantidade de vezes semanais que os alunos têm acesso à sala de informática?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

23. Os alunos recebem orientações na sala de informática? Por quem?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

24. Existem salas para o desenvolvimento de atividades extracurriculares? Especifique.

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

25. Qual o percentual de professores capacitados para o uso da informática a favor da educação?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

26. Qual o percentual de capacitações de professores para o domínio da informática a favor da educação?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

27. Qual o número de computadores com acesso à internet para uso dos professores e internet?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

28. Qual o número de professores e funcionários?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

29. Portanto, o percentual relacionado às perguntas acima é de?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

30. Qual a quantidade de computadores com acesso à internet de uso dos alunos?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

31. Quantos são os computadores por aluno?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

32. Qual o percentual semanal de atividades pedagógicas curriculares em que utilizam a informática com o aluno?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

33. Quais as oportunidades que o aluno tem para uso do computador sem ser uma atividade acompanhada?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

34. Qual a quantidade de coordenadores na escola?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

35. Qual a quantidade de supervisores na escola?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

36. Em que momento o coordenador se faz presente na orientação junto aos professores?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

37. Em que momento o coordenador se faz presente junto aos alunos?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

38. Em que momento o coordenador se faz presente junto à comunidade?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

39. Em que momento o supervisor se faz presente na orientação junto aos professores?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

40. Em que momento o supervisor se faz presente junto aos alunos?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

41. Em que momento o supervisor se faz presente junto à comunidade?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

42. Quantas reuniões pedagógicas os professores participam por mês?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

43. Quantas reuniões pedagógicas mensais são exclusivamente pedagógicas, para discussão dos conteúdos e metodologias de ensino?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

44. Existem programas de incentivo à leitura para os professores?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

45. Como esses programas acontecem?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

46. Quais as periodicidades de leitura que os professores praticam?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

47. Como é o acervo de livros de leitura para os professores?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

48. Existem programas de incentivo à leitura para os alunos?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

49. Como esses programas acontecem?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

50. Quais as periodicidades de leitura que os alunos praticam?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

51. Existe algum programa para atendimento aos alunos com dificuldade de aprendizagem?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

52. Como esse programa acontece?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

53. Qual o percentual de encaminhamento de alunos a esse programa por série?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

54. Qual o percentual mensal de presença dos alunos encaminhados a esse programa?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

55. Existe no município a orientação de diretriz única pedagógica?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

56. Qual a importância dessa ação?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

57. Existe apostilamento na rede? Quantos cursos anualmente o professor recebe para ser capacitado para a aplicação do material?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

58. Qual a quantidade, anual, de cursos que o professor recebe para sua capacitação (formação continuada)?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

59. Qual o percentual da carga horária dos professores que é destinada às atividades extraclasse?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

60. Qual o percentual de presença dos professores nas horas atividades programada (HTPC)?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

61. Quantas vezes o plano de carreira do magistério foi atualizado desde a data de publicação do Plano Nacional de Educação?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

62. Qual o percentual de investimento nos salários da educação relacionados ao FUNDEB?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

63. Existe prêmio ou abono por uma proposta meritocrática para o professor?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

64. Quais os conselhos que existem nessa unidade escolar?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

65. Quantos membros compõem cada um dos conselhos?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

66. Qual o número de pais de alunos que participam em cada um dos conselhos? Qual o percentual que esse número representa?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

67. Qual o número de reuniões semestralmente de cada um dos conselhos?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

68. Existe regimento interno de cada um dos conselhos? Quais?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



69. Existe Projeto Pedagógico nessa unidade escolar?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

70. Quantas capacitações ocorrerem nos últimos dois anos para capacitação e implantação do Projeto Pedagógico?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

71. Na elaboração do Projeto Pedagógico qual foi o grau de participação dos professores?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

72. Na elaboração do projeto Pedagógico qual foi o grau de participação do Conselho Escolar?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

73. Na elaboração do Projeto Pedagógico qual foi a orientação da Secretaria Municipal de Educação?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

74. Na implantação e atualização do Projeto Pedagógico qual foi a participação da Secretaria Municipal de Educação?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

75. Na elaboração e atualização do Projeto Pedagógico qual foi a consideração atribuída às especificidades locais?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

76. Existe nessa unidade escolar uma metodologia de planejamento das ações?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

77. Essa metodologia prevê ações em que periodicidade (bimestral, semestral, anual)?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

78. Existe Plano Municipal de Educação no município?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

79. O Plano Municipal de Educação foi analisado ou discutido nessa unidade escolar nos últimos seis meses?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

80. Existe Plano de Desenvolvimento da Educação – Escola (PDE Escola) nessa unidade escolar?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

81. O PDE Escola foi elaborado pelos responsáveis dessa unidade escolar ou pela Secretaria Municipal de Educação?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

82. Essa unidade escolar é priorizada pelo PDE Escola?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

83. Qual o nível de execução do PDE Escola nessa unidade escolar?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**APÊNDICE B:** Questionário para o representante da educação municipal**Questionário para o Secretário Municipal de Educação**

1. A Lei federal 10.172 trata do Plano Nacional de Educação. O que você conhece dessa lei? Qual sua opinião sobre suas viabilidades?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2. O seu município apresenta elaborado o Plano Municipal de Educação? Quando e como foi implementado? Quais os participantes em sua elaboração?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3. O seu prefeito assinou o termo de Adesão ao Compromisso e Metas Todos pela Educação (todos os municípios brasileiros já o fizeram). Após a assinatura desse termo é esperado uma sondagem local.

- a) Essa sondagem realmente aconteceu em seu município? Como?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- b) Houve a implantação de algum programa após essa sondagem? (Em caso negativo, pule para a questão 4).

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- c) Qual é o programa do seu município?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- d) Qual é a eficácia desse programa em sua aplicabilidade?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4. O Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB é um indicador que avalia fluxo e proficiência. Qual a sua opinião sobre o IDEB?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Você acredita na eficiência do IDEB? Por quê?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. A que o IDEB se propõe? Ele atende os objetivos?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. Acredita haver uma complexidade mal resolvida no desempenho escolar? Explique.

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8. Existe política pública municipal de gestão em seu município? Explique.

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9. A média do IDEB é calculada pelos índices de aprovação obtidos pelo Censo Escolar e pelo desempenho demonstrado pelo aluno através da Prova Brasil (para IDEB de escolas e municípios) e do SAEB (no caso do IDEBs dos estados e nacional). A fórmula de seu cálculo é:  $N_{ji} P_{ji} = IDEB_{ji}$ ; em que  $i$ =ano do exame (Prova Brasil e SAEB) e do Censo Escolar;  $N_{ji}$ + média de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade  $j$ , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;  $P_{ji}$ = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade  $j$ . Observando o cálculo utilizado pelo IDEB, explique o que você entende por esse cálculo.

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

10. Com relação à análise local, ao considerar especificidades de uma unidade escolar, acredita que o IDEB apresenta eficiência? Por quê?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

11. Qual seria a importância da análise das variáveis locais caso o IDEB viesse a considerar as eficácias e entraves que interferem em uma determinada localidade?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

12. Você acredita que existem variáveis locais diferentes de uma unidade escolar para outra? Explique.

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

13. O IDEB apresenta um indicador para cada escola do município e a média entre essas escolas resulta na nota do município, questiona-se sobre a realidade dessa média. Diante disso, em seu município as variáveis locais de uma escola são as mesmas em todas as unidades escolares? Por quê?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

14. a) Acredita-se que o desempenho dos professores interfere no desenvolvimento das práticas pedagógicas. Qual a sua opinião? Justifique.

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

b) O comprometimento do aluno faz interferência no resultado de um processo de ensino e aprendizagem? Por quê?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

c) O perfil dos pais de alunos de uma unidade escolar oferece essa interferência? Explique.

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

d) Que outros fatores interferem no desenvolvimento das atividades escolares ou das práticas pedagógicas de uma unidade escolar? Justifique.

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15. O IDEB oferece uma nota para cada unidade escolar e assim uma para cada município.

Após a nota o IDEB oferece metas a serem atingidas.

a) Você acredita que a nota obtida é real? Por quê?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

b) Após a nota atingida cada unidade escolar recebe metas. As metas estabelecidas são capazes de dissimular diferenças entre cada uma das unidades escolares? Explique.

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16. a) Qual é a relação do Conselho Municipal de Educação com as metas do IDEB?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

b) Qual é o perfil do Conselho Municipal de Educação de seu município?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

c) Em sua opinião existe uma complexidade bem ou mal resolvida na prática do desempenho escolar em relação ao IDEB? Explique.

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

d) As influências locais do tipo gestão, formação cultural, capacitação dos professores, atuação dos conselhos de pais e Conselho Municipal de Educação, alimentação escolar entre outros interferem no diagnóstico do indicador? Em caso de resposta positiva como sugere que poderia ser ponderada essa questão?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

e) O executivo local oferece compromisso para atingir as metas estabelecidas pelo IDEB? Como isso acontece?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

f) Existiu ou existe a presença de uma equipe do MEC para acompanhamento de ações no âmbito do PDE ou IDEB? Explique.

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

g) O seu município já recebeu apoio técnico ou financeiro do MEC para investimento na melhoria do seu IDEB? Explique.

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**APÊNDICE C:** Roteiro (II) de entrevista para diretores, vice-diretores e coordenadores de escola

**ROTEIRO (II) DE ENTREVISTA PARA ATORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE GESTÃO ESCOLAR: DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, DIRETOR DE ESCOLA E COORDENADOR PEDAGÓGICO DE ESCOLA**

1. Quantos professores de Ensino Fundamental I têm nessa unidade escolar?
2. Quantos professores de outras disciplinas? Quais as disciplinas?
3. Quantos alunos por classe? Quantas classes/séries?
4. A unidade escolar oferece reforço? É no contra turno? Os alunos comparecem? Explique cada item.
5. Existe Conselho Escolar nessa unidade escolar? Como foi sua criação? Como acontecem as eleições? Quais as profissões dos membros do Conselho?
6. Existe Associação de Pais e Mestres? Como foi a sua criação? Como acontecem as eleições? E as prestações de contas? Descreva a sua APM.
7. Como são elaboradas as diretrizes pedagógicas de sua unidade escolar? Existe respeito ao perfil local? Como isso acontece? Explique.
8. Houve nos últimos doze meses investimentos nas bibliotecas das escolas? Explique.
9. E na merenda escolar?
10. E adaptações de prédio com relação aos recursos de acessibilidade?
11. Como é elaborado, bem como revisto ano a ano o Projeto Político pedagógico?
12. E o Plano de Gestão?
13. Explique se houve atualizações no Plano de Carreira do Magistério (explique sobre a valorização do profissional do magistério, qualificação, etc.).
14. Considerando que em uma unidade escolar existem vários atores e que cada um tem sua importância, qual é a importância do professor em sua opinião? Justifique.
15. Você acredita que o avanço científico e tecnológico dentro da escola depende de qual/quais atores? Explique.
16. Acredita-se que o relacionamento escola e comunidade é essencial para um bom desenvolvimento escolar. Qual a sua opinião sobre isso? Explique.
17. Como acontecem as reuniões de pais? Fale sobre: o comparecimento, participação, consequência, envolvimento dos pais na vida escolar de seus filhos, etc.
18. O Plano Nacional de Educação sugere que os estados e os municípios criem seus planos correspondentes em consonância com o governo federal. Você acredita que isso acontece



no Plano Estadual de Educação de São Paulo? E no Plano Municipal? Existe integração quanto aos objetivos, prioridade e metas? Explique.

19. Em relação à questão acima, existe o IDEB, que é um indicador de qualidade. Qual a sua opinião sobre ele?

20. Você acredita que existem interferências/ variáveis locais? Acredita que deveriam ser consideradas/ avaliadas? Como. Explique.

## ANEXOS

## ANEXO A: Quadro de Metas de maior impacto financeiro

<b>Quadro 1</b>	
PNE: Metas de maior impacto financeiro	
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL (total de 26 metas)</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar o atendimento de 30% das crianças na faixa de 0 a 3 anos e de 60% na faixa de 4 a 6 anos, em 5 anos, atingindo 50% e 80% nessas respectivas faixas etárias, em 10 anos, universalizando o atendimento na faixa de 6 anos e incorporando-a ao ensino fundamental que passaria a ter 9 anos de duração (não define a parcela que caberia ao sistema público de ensino). (meta 1)</li> <li>• Em 5 anos, prédios e instalações com padrões mínimos de infra-estrutura. (meta 4)</li> <li>• Que, em 5 anos, 100% dos professores tenham formação de nível médio (normal) e, em 10 anos, de nível superior. (meta 5)</li> <li>• Em 3 anos, 100% dos municípios com estrutura de supervisão da EI (pública e privada). (meta 10)</li> <li>• Alimentação escolar para todas as crianças matriculadas na EI (instituições públicas e conveniadas). (meta 12)</li> <li>• Adotar progressivamente o atendimento em tempo integral (não define prazo). (meta 18)</li> <li>• (VETADO) Atender, no Programa de Garantia de Renda Mínima, em 3 anos, 50% das crianças de 0 a 6 anos que se enquadram nos seus critérios, atingindo 100% em 6 anos. (meta 22)</li> </ul>	
<b>ENSINO FUNDAMENTAL (30 metas)</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universalizar o atendimento. (meta 1)</li> <li>• Ampliar a sua duração para 9 anos, com início aos 6 anos. (meta 2)</li> <li>• Em 5 anos, prédios e instalações com padrões mínimos de infra-estrutura. (meta 5)</li> <li>• Programa de Garantia de Renda Mínima para famílias carentes (não define %). (meta 10)</li> <li>• Escolas com, no máximo, dois turnos diurnos e um noturno. (meta 20)</li> <li>• Ampliar progressivamente a jornada escolar para, pelo menos, 7 horas/dia (sem prazo). (meta 21)</li> <li>• Promover a eliminação gradual da necessidade de oferta do ensino noturno (sem prazo). (meta 23)</li> </ul>	
<b>ENSINO MÉDIO (20 metas)</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento, em 2 anos, de todos os egressos do ensino fundamental, dos alunos com defasagem de idade e daqueles com necessidades especiais; em 5 anos, atendimento de 50% da demanda, atingindo 100% em 10 anos. (meta 1)</li> <li>• Em 5 anos, todos os professores com nível superior. (meta 5)</li> <li>• Em 5 anos, prédios e instalações com padrões mínimos de infra-estrutura. (metas 8 e 9)</li> <li>• Programa emergencial para a formação de professores, especialmente nas áreas de ciências e matemática. (meta 17)</li> </ul>	
<b>EDUCAÇÃO SUPERIOR (35 metas)</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prover, em 10 anos, atendimento para 30% da faixa etária de 18-24 anos. (meta 1)</li> <li>• (VETADO) Ampliar a oferta do ensino público de forma que ela responda por, no mínimo, 40% do total de vagas oferecidas. (meta 2)</li> <li>• Dobrar, em 10 anos, o número de pesquisadores qualificados. (meta 15)</li> <li>• Aumento de 5% ao ano do número de mestres e doutores formados. (meta 16)</li> <li>• (VETADO) Criação, por meio de legislação, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior, constituído, entre outras fontes, com, pelo menos, 75% dos recursos da União vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino para manutenção e expansão da rede federal. (meta 24)</li> <li>• (VETADO) Ampliar o programa de Crédito Educativo de modo a atender 30% da população matriculada no setor privado. (meta 26)</li> <li>• (VETADO) Ampliar o financiamento público à pesquisa científica e tecnológica de forma a triplicar, em 10 anos, os recursos do setor.</li> </ul>	
<b>EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (26 metas)</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alfabetizar 10 milhões de adultos, em 5 anos, e erradicar o analfabetismo em 10 anos. (meta 1)</li> <li>• Assegurar, em 5 anos, a oferta da EJA equivalente às quatro primeiras séries do EF para 50% da população de 15 anos ou mais que não a possua. (meta 2)</li> <li>• Assegurar, em 10 anos, o equivalente às quatro séries finais do EF para toda a população de 15 anos ou mais que concluiu a 4ª série. (meta 3)</li> <li>• Dobrar, em 5 anos, e quadruplicar, em 10 anos, a capacidade de atendimento da EJA de nível médio. (meta 16)</li> <li>• Implantar em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendem jovens e adolescentes infratores programas de EJA de níveis fundamental e médio, assim como de formação profissionalizante. (meta 17)</li> </ul>	
<b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA e TECNOLOGIA EDUCACIONAL (22 metas)</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar, em 5 anos, pelo menos 500 mil professores para a utilização da TV Escola e de outras redes educacionais. (meta 16)</li> <li>• Instalar, em 10 anos, 2.000 núcleos de tecnologia educacional. (meta 17)</li> <li>• Instalar, em 5 anos, 500 mil computadores em 30 mil escolas de nível fundamental e médio, com acesso à internet. (meta 18)</li> </ul>	

<p align="center"><b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA e TECNOLOGIA EDUCACIONAL (22 metas)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar, em 10 anos, 120 mil professores multiplicadores em informática da educação. (meta 19)</li> <li>• Capacitar, em 5 anos, 150 mil professores e 34 mil técnicos em informática educativa. (meta 20)</li> <li>• Equipar, em 10 anos, com computadores e acesso à internet todas as escolas de nível médio e todas aquelas de nível fundamental que possuam mais de 100 alunos. (meta 21)</li> </ul>
<p align="center"><b>EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA e FORMAÇÃO PROFISSIONAL (15 metas)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Triplicar, a cada 5 anos, a oferta de cursos básicos de educação profissional. (meta 3)</li> <li>• Triplicar, a cada 5 anos, a oferta de formação de nível técnico. (meta 5)</li> <li>• Triplicar, a cada 5 anos, a oferta de educação profissional permanente. (meta 6)</li> </ul>
<p align="center"><b>EDUCAÇÃO ESPECIAL (28 metas)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Generalizar, em 10 anos, o atendimento dos alunos com necessidades especiais na educação infantil e no ensino fundamental. (meta 5)</li> <li>• Assegurar que, em 5 anos, todos os prédios escolares estejam adaptados com padrões mínimos de infra-estrutura para o atendimento de alunos com necessidades especiais. (meta 12)</li> <li>• Aumentar os recursos financeiros destinados à educação especial de forma a atingir, em 10 anos, o mínimo de 5% dos recursos vinculados ao ensino. (meta 23)</li> </ul>
<p align="center"><b>EDUCAÇÃO INDÍGENA (21 metas)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Universalizar, em 10 anos, a oferta das quatro séries iniciais do EF, em uma escola indígena própria que assegure uma educação diferencial e de qualidade. (meta 3)</li> <li>• Dotar, em 5 anos, as escolas indígenas com equipamento didático-pedagógico básico, incluindo biblioteca, videoteca e outros materiais de apoio. (meta 10)</li> <li>• Implantar, dentro de 1 ano, cursos de educação profissional, especialmente nas regiões agrárias, visando à auto-sustentação e ao uso da terra de forma equilibrada. (meta 19)</li> </ul>
<p align="center"><b>MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (28 metas)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a implantação, já a partir do 1º ano, de planos de carreira de acordo com a Lei nº 9.424/96 e com as diretrizes do Conselho Nacional de Educação. (meta 1)</li> <li>• Implantar gradualmente a jornada de trabalho em tempo integral. (meta 2)</li> <li>• Destinar entre 20 e 25% da carga horária dos professores para atividades extraclasse. (meta 3)</li> <li>• (VETADO) Implantar, em 1 ano, planos de carreira para os profissionais de educação que atuam nas áreas técnicas e administrativas e os respectivos níveis de remuneração. (meta 4)</li> <li>• Generalizar, nas instituições de ensino superior públicas, cursos regulares noturnos destinados à formação de professores.</li> <li>• Garantir que, em 5 anos, todos os professores da educação infantil e das quatro séries iniciais do EF, possuam, no mínimo, habilitação de nível médio na modalidade normal. (meta 17)</li> <li>• Garantir que, em 10 anos, 70% dos professores de educação infantil e EF tenham formação em nível superior, em cursos de licenciatura plena. (meta 18)</li> <li>• Garantir que, em 10 anos, todos os professores do EM possuam formação em licenciatura plena nas áreas de conhecimento em que atuam. (meta 19)</li> </ul>
<p align="center"><b>FINANCIAMENTO E GESTÃO (44 metas)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• (VETADO) Elevação dos gastos públicos em educação até atingir 7% do PIB, ampliando-se à razão de 0,5% do PIB nos primeiros 4 anos e 0,6% do PIB no 5º ano. (meta 1)</li> <li>• Garantir, nos planos plurianuais, a previsão de suporte financeiro às metas do PNE. (meta 6)</li> <li>• (VETADO) Orientar os orçamentos de modo que se cumpram as vinculações e subvinculações constitucionais, e alocar, no prazo de 2 anos, em todos os níveis e modalidades de ensino, valores por aluno que correspondam a padrões mínimos de qualidade, definidos nacionalmente. (meta 7)</li> <li>• (VETADO) Garantir recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de aposentados e pensionistas do ensino público da esfera federal, excluindo-se estes gastos das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. (meta 13)</li> </ul>
<p align="center"><b>FINANCIAMENTO E GESTÃO (44 metas)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informatizar, em 10 anos, a administração de todas as escolas com mais de 100 alunos, conectando-as em rede com as secretarias de educação. (meta 33)</li> <li>• Assegurar que, em 5 anos, 50% dos diretores possuam formação específica de nível superior, atingindo a totalidade em 10 anos. (meta 35)</li> </ul>
<p>Fonte: PNE (Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001).</p>

**ANEXO B:** Tabela da estimativa de alunos a serem atendidos com base nas metas do PNE

## Tabela 1

Estimativa de alunos a serem atendidos com base nas metas do PNE

Nível/Modalidade de Ensino	Matrícula (2000) (x 1.000)	Metas do PNE (setor público e privado) (alunos x 1.000)	
		5 anos	10 anos
Creche	917	2.900	5.000
Pré-escola	4.421	6.000	8.500
Ensino Fundamental	35.718	34.000**	32.00
Ensino Médio	8.193	12.000	16.000***
Ensino Superior	2.700	-	7.000
Ed. Jovens e Adultos	3.410	7.000	10.000
Alfabetização	1.000*	10.000	18.000
Ed. Especial	301	-	3.000

Fonte: Tendo por base os dados do INEP (para matrícula) e do IBGE (para população na faixa etária), foram aplicados os índices estabelecidos pelo PNE.

\* estimativa; \*\* redução em função de melhoria do fluxo; \*\*\* maior que a população de 15-17 anos em função do atraso acumulado no atendimento e do ensino técnico.

## ANEXO C: Questionário para a família do aluno: pais ou responsáveis

**Perguntas sobre os filhos na escola e a série, como requisitos para a entrevista.**

**Módulo I- INFORMAÇÕES GERAIS**

*Antes de iniciar, anote o nome do morador que vai responder a este módulo:*

\_\_\_\_\_

*Quantos moradores há na casa? \_\_\_\_\_.*

*Quantos são menores de 18 anos? \_\_\_\_\_.*

**1. A sua casa é:**

1 ( ) Própria, já paga                      2 ( ) Própria, ainda pagando                      3 ( ) Alugada

4 ( ) Cedida                                      5 ( ) Outra condição

**2. Quantos cômodos têm na sua casa? \_\_\_\_\_ cômodos**

**3. A água utilizada neste domicílio é proveniente de:**

1 ( ) Rede geral de distribuição      2 ( ) Poço ou nascente      3 ( ) Caminhão Pipa      4 (

) Outro

**4. Existe banheiro/privada na sua casa?**

1 ( ) Não    2 ( ) Sim (fora da casa)                      3 ( ) Sim (dentro da

casa)

**5. Quantos cômodos são usados para dormir? \_\_\_\_\_ cômodos**

**6. Qual o destino dado ao lixo do domicílio? (poderá ser assinalada mais de uma opção)**

1 ( ) Coletado pela prefeitura

2 ( ) Queimado ou enterrado na propriedade

3 ( ) Jogado em terreno baldio ou outro local próximo à casa

4 ( ) Jogado no córrego, rio, lago ou mar

**7. Qual o tipo de esgoto sanitário que há na casa?**

1 ( ) Rede coletora de esgoto                      2 ( ) Fossa

3 ( ) Vala

4 ( ) Direto para o rio, lago ou mar

**8. Nesta casa mora algum menor de 18 anos?**

1 ( ) Sim

2 ( ) Não





**Módulo III- CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS**

Antes de iniciar, anote o nome do morador que vai responder a este módulo:

\_\_\_\_\_

1. A Sra.(Sr.) é a(o) chefe da família? 1( ) Sim 2( ) Não. (Neste caso, inicie o quadro abaixo pelo chefe da família)

**2. Quadro de CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS:**

Anote, com os códigos correspondentes, as informações de todos os moradores do domicílio principal, começando pelo chefe da família.

Nº de ordem	Primeiro nome do morador	Sexo	Idade (anos ou meses)	Qual é sua raça/cor?	Relação de parentesco com o chefe do domicílio
		M/F	a/m	1. Branco 2. Negra/Preta 3. Amarela 4. Parda 5. Indígena	1. Chefe do domicílio 2. Esposo(a)/companheiro(a) 3. Filho(a)/enteado(a) 4. Pai, mãe, sogro(a) 5. Irmão(ã) 6. Outro parente 7. Agregado(a)
<b>BENEFICIÁRIO</b>					
Estudante					
01					
02					
03					
04					

**3. Quadro de CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS – ESCOLARIDADE E TRABALHO**

Frequente creche ou escola?	(se frequente creche ou escola) Qual o nível que frequenta?	Qual série está frequentando?	(se não frequente) Até que série estudou e completou?	Qual é a condição de atividade e ocupação? (poderá ser assinalada mais de uma opção)	(apenas para a área RURAL) Toca a lavoura/criação?
1. Não 2. Sim, pública 3. Sim, privada	1. Creche 2. Pré-escola 3. Ensino fundamental 4. Ensino médio 5. Supletivo do E. fundamental 6. Supletivo do E. médio 7. Pré-vestibular 8. Superior 9. Mestrado/doutorado 10. Não sabe	1. Primeira 2. Segunda 3. Terceira 4. Quarta 5. Quinta 6. Sexta 7. Sétima 8. Oitava 9. NA	1. Sem escolaridade 2. Não sabe ler e escrever 3. Sabe ler e escrever 4. Fundamental (1ª a 4ª série) 5. Fundamental (5ª a 9ª série) 6. Ensino médio incompleto 7. Ensino médio completo 8. Superior incompleto 9. Superior completo 99. Não sabe	1. Empregado permanente, sem contar o trabalho na propriedade 2. Empregado temporário 3. Conta própria 4. Empregador 5. Trabalhador não remunerado (para membros da família) 6. Aposentado 7. Pensionista 8. Procura emprego 9. Estudante 10. Dona de casa 11. Não se aplica	1. Não 2. Sim, o dia todo 3. Sim, parte do dia 4. Sim, parte da semana 5. Sim, no fim de semana 6. Sim, durante a safra 9. Não se aplica
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					







**Módulo VI- CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO E DA RENDA DA FAMÍLIA**

1. Preencha o quadro abaixo com as informações de renda de todos os moradores do domicílio que trabalham empregados ou em propriedade agrícola, que são aposentados ou pensionistas (utilize a coluna Renda principal). Especifique sempre que existirem segundo e terceiro trabalhos na coluna outro trabalho

N° de Ordem	Nome	Rendimento Mensal em R\$	
		Renda principal	Outro trabalho
01	_____ (chefe do domicílio)		
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			

2. Ao adquirir os alimentos para o consumo da família, como são feitos os pagamentos desta compra? (pode haver mais de uma opção)

- 1( ) Pagamento à vista      2( ) Pagamento a prazo (prestações/cheque pré-datado)  
 3( ) Sistema de cadernetas      4( ) Com o trabalho  
 5( ) Outros      6( ) Não sabe/não responde

3. Os moradores deste domicílio têm dívidas relativas à compra de alimentos?

- 1( ) Sim      2( ) Não (passe ao Módulo 8)      3( ) Não sabe/não responde

4. Quanto em dinheiro é gasto com as despesas de alimentação durante o mês?

- R\$ \_\_\_\_\_      1( ) Não sabe/não responde

5. Na sua opinião, a renda total de sua família permite que vocês levem a vida até o fim do mês com:

- 1( ) Muita dificuldade      2( ) Dificuldade      3( ) Alguma dificuldade  
 4( ) Alguma facilidade      5( ) Facilidade      6( ) Muita facilidade  
 7( ) Não sabe/não responde